



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Centro de Educação e Humanidades**

**Instituto de Letras**

**Juliana de Azevedo Campos**


**O gênero gramatical nas primeiras gramáticas vernáculas  
portuguesas**

**Rio de Janeiro**

**2017**

Juliana de Azevedo Campos

**O gênero gramatical nas primeiras gramáticas vernáculas portuguesas**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Flávio de Aguiar Barbosa

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

C198 Campos, Juliana de Azevedo.  
O gênero gramatical nas primeiras gramáticas vernáculas  
portuguesas / Juliana de Azevedo Campos. - 2017.  
109 f.: il.

Orientador: Flávio de Aguiar Barbosa.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – História – Teses. 2. Língua portuguesa  
– Gramática histórica – Teses. 3. Língua portuguesa – Gênero –  
Teses. I. Barbosa, Flávio de Aguiar. II. Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Juliana de Azevedo Campos

**O gênero gramatical nas primeiras gramáticas vernáculas portuguesas**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 29 de março de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Flávio de Aguiar Barbosa (Orientador)

Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo

Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Soraia Farias Reolon Pereira

Fundação Casa de Rui Barbosa

Rio de Janeiro

2017

## DEDICATÓRIA

A meu pai Geraldo Balbino (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Maria Madalena, pela dedicação sem fim.

A meu irmão, Geovane, pela ajuda e descontração.

A Luiz, pela dedicação, paciência e companheirismo.

A Suelen Barbosa, irmã de coração, por sempre acreditar em mim.

Às companheiras de mestrado, Camille, Érica e Pilar, por dividirem as alegrias e sofrimentos durante esses dois anos. Vocês tornaram essa caminhada mais leve.

Aos familiares, pela torcida e apoio de sempre, em especial aos sobrinhos (postiços), Isabela, Pedro, Diego e Marina.

A todos os amigos, pela torcida, apoio e refúgio nos dias de angústia.

Aos professores do Instituto de Letras da UERJ, em especial a André Valente, Ana Cláudia Viegas, Cláudia Amorim, Marco Antônio Godoi, Luiz Ricardo Leitão e Magda Bahia, este trabalho tem um pouco da contribuição de cada um de vocês.

À UERJ, por acolher a diversidade e proporcionar tantos encontros maravilhosos.

Aos professores do Liceu Literário Português, pelas valiosas aulas durante o curso de especialização.

Ao professor Rosalvo do Valle, por fazer crescer a paixão pela história da língua, pelo incentivo ao longo desses quatro anos e pelo carinho. O senhor é parte fundamental deste trabalho. Muito obrigada!

Ao professor José Carlos de Azeredo, pelas preciosas aulas no curso de mestrado, por aceitar participar da banca e pelas contribuições.

A Soraia Reolon, pelo carinho, atenção e pelas valiosas considerações sobre este trabalho.

Em especial, ao meu orientador, Flávio Barbosa, pela verdadeira orientação, pela paciência, pelos conselhos. Sem você, teria sido muito mais difícil. Muito obrigada!

E não há melhor resposta  
que o espetáculo da vida:  
vê-la desfiar seu fio,  
que também se chama vida  
ver a fábrica que ela mesma,  
teimosamente, se fabrica,  
em nova vida explodida

*João Cabral de Melo Neto*



## RESUMO

CAMPOS, Juliana de Azevedo. *O gênero gramatical nas primeiras gramáticas vernáculas portuguesas*. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

Apresentam-se neste trabalho as abordagens da categoria gramatical de gênero nas duas primeiras gramáticas da língua portuguesa: *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, e *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), de João de Barros. O objetivo desta tarefa é contribuir para os estudos históricos e diacrônicos do idioma, especificamente nessas obras metalinguísticas iniciais. Para tanto, procedeu-se a uma leitura integral dos dois textos, a fim de delimitar as passagens relacionadas a esse item morfossintático. Inicialmente, há uma contextualização histórica sobre a evolução do idioma, desde a constituição da Península Ibérica até a independência de Portugal, incluindo a formação das línguas nacionais, em especial o português, e suas características em contraponto com o latim. Esta exposição compreende a perda do gênero neutro, as distintas propostas de periodização da nossa língua e a oscilação do gênero gramatical de algumas palavras dentro do idioma. Em seguida, examina-se o cenário europeu no período do Renascimento e sua influência na produção das obras em questão, bem como se situa o papel dos gramáticos pioneiros no processo de autoafirmação do vernáculo. A seção contém ainda uma breve biografia de cada um dos autores estudados. Passa-se, então, à análise das referidas obras, com base no modelo latino e nos critérios já estabelecidos pela tradição, bem como nas mudanças da nova era, as quais serviram até certo ponto de paradigma para os futuros estudos gramaticais da época. Cumprida essa tarefa, confrontam-se os trabalhos de Oliveira e Barros, no intuito de identificar os elementos comuns e os dissonantes entre ambos, sem ignorar sua vinculação ao legado grego, mas inscrevendo-os no amplo movimento de transformações sociais, geográficas e políticas do século XVI. Por meio desse cotejo, recapitulam-se as mudanças impostas ao gênero na língua portuguesa, com atenção a pontos abordados nos dois textos mencionados, como o conceito de *dição*, o contraponto entre *flexão* e *derivação*, o papel dos artigos no desaparecimento dos casos e outros fatos linguísticos de caráter morfossintático.

Palavras-chave: História da Língua Portuguesa. Gênero gramatical. Diacronia.  
Primeiras gramáticas.

## RESUMEN

CAMPOS, Juliana de Azevedo. *El género gramatical en las primeras gramáticas vernáculas portuguesas*. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

Presentamos en este trabajo enfoques sobre la categoría gramatical de género en las dos primeras gramáticas de la lengua portuguesa: *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, y *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), de João de Barros. El objetivo de esta tarea es contribuir para los estudios históricos y diacrónicos del idioma, específicamente en esas obras metalingüísticas iniciales. Para hacerlo, se ha procedido a una lectura integral de los dos textos, en aras de enmarcar los tramos asociados a ese tema de la morfosintaxis. Inicialmente, hay una contextualización histórica acerca de la evolución del idioma, desde la constitución de la Península Ibérica hasta la independencia de Portugal, incluyendo la formación de las lenguas nacionales, en especial el portugués, y sus características en contrapunteo con el latín. Esta exposición comprende la pérdida del género neutro, las distintas propuestas de periodización de nuestra lengua y la oscilación del género gramatical de algunas palabras dentro del idioma. A continuación, examinamos el escenario europeo en el período del Renacimiento y su influencia en la producción de las obras en cuestión y, a la vez, situar el rol de los gramáticos pioneros en el proceso de autoafirmación del vernáculo. La sección contiene aún una breve biografía de cada uno de los autores estudiados. Pasamos entonces al análisis de las referidas obras, basado en el modelo latino y en los criterios establecidos por la tradición, así como en los cambios de la nueva era, las cuales servían de paradigma para los futuros estudios acerca de la época. Cumplida esa tarea, confrontamos los trabajos de Oliveira y Barros, en aras de identificar los elementos comunes y los divergentes entre ambos, sin despreciar sus vínculos con la herencia griega, pero inscribiéndolos en el amplio movimiento de transformaciones sociales, geográficas y políticas del siglo XVI. A través de esa confrontación, el estudio revisa los cambios impuestos al género en la lengua portuguesa, deteniéndose sobre puntos enfocados en los dos textos citados, como el concepto de *dição*, el contrapunteo entre *flexión* y *derivación*, el rol de los artículos en la desaparición de los casos y otros hechos lingüísticos en el campo de la morfosintaxis.

Palabras clave: História de la Lengua Portuguesa. Género gramatical. Diacronía.  
Primeras gramáticas.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Extensão máxima do Império Romano .....	31
Mapa 2- Império Romano do Ocidente e do Oriente .....	33
Mapa 3- Línguas de origem românica no mundo .....	39

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Processos de formação do feminino de substantivo em língua portuguesa .....	26
Quadro 2-	Diagrama do cacto invertido .....	36
Quadro 3-	Propostas de periodização da história da língua portuguesa .....	50
Quadro 4-	Padrões de gênero de alguns grupos de termos derivados .....	73
Quadro 5-	Correlações de letras com gêneros .....	75
Quadro 6-	Vogais pequenas e grandes e seus respectivos casos .....	77
Quadro 7-	Casos latinos e seus correspondentes em português .....	77
Quadro 8-	O acidente de gênero nos pronomes demonstrativos .....	90
Quadro 9-	Declinações dos artigos os quais servem de relativo .....	92
Quadro 10-	Flexão e derivação em Oliveira .....	97
Quadro 11-	Flexão e derivação em Barros .....	97

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	17
1.1	<b>Sobre a categoria gramatical de gênero</b> .....	17
1.2	<b>História externa da Língua Portuguesa</b> .....	23
1.2.1	<u>Império Romano</u> .....	25
1.2.2	<u>Latim literário e Latim vulgar</u> .....	30
1.2.3	<u>Marcas da romanização</u> .....	32
1.2.4	<u>Línguas românicas</u> .....	34
1.3	<b>História interna da Língua Portuguesa</b> .....	38
1.3.1	<u>Periodização da história da Língua Portuguesa</u> .....	38
1.3.2	<u>Transformações na morfologia nominal do latim</u> .....	45
1.3.3	<u>Artigo - um acréscimo</u> .....	47
1.3.4	<u>Gênero</u> .....	50
1.3.5	<u>Alguns casos de mudanças de gênero</u> .....	52
1.3.5.1	Palavras antes masculinas .....	52
1.3.5.2	Palavras antes femininas .....	52
1.3.5.3	Posições do homem e da mulher na sociedade e o gênero .....	52
1.3.5.4	Algumas palavras outrora de gênero uniforme ou que oscilavam entre um gênero e outro .....	52
2	<b>SÉCULO DE TRANSFORMAÇÕES</b> .....	62
2.1	<b>Os primeiros gramáticos</b> .....	63
2.2	<b>O pioneiro Fernão de Oliveira</b> .....	64
2.3	<b>O ilustrado João de Barros</b> .....	66

3	<b>GRAMMATICA DA LINGOAGEM PORTUGUESA – FERNÃO DE OLIVEIRA</b> .....	68
3.1	<b>As declinações naturais e as declinações voluntárias</b> .....	70
3.2	<b>As exceções das declinações naturais e as regras dos primitivos e derivados</b> .....	72
3.3	<b>Artigo</b> .....	70
4	<b>GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUESA - JOÃO DE BARROS</b> .....	83
4.1	<b>Da <i>diçam</i> – A palavra em João de Barros</b> .....	85
4.2	<b>Gênero</b> .....	89
4.2.1	<b><u>Do papel dos artigos na demarcação do gênero</u></b> .....	91
5	<b>DUAS GRAMÁTICAS - ENCONTROS E DESENCONTROS</b> .....	93
5.1	<b>Do gênero da <i>dição</i></b> .....	94
5.2	<b>O caso da flexão e da derivação</b> .....	96
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	101
	<b>ANEXO A - Capa da <i>Grammatica da Lingoagem Portuguesa</i></b> .....	105
	<b>ANEXO B - Folha de rosto da <i>Grammatica da Lingoagem Portuguesa</i></b> ....	106
	<b>ANEXO C - Capa da <i>Grammatica da Lingua Portuguesa</i></b> .....	108
	<b>ANEXO D - Folha de rosto da <i>Grammatica da Lingua Portuguesa</i></b> .....	109

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa a apresentar, a partir de uma perspectiva histórica, estudos da categoria de gênero gramatical em língua portuguesa e será baseada nas primeiras gramáticas portuguesas, escritas no século XVI.

É sabido que o século alvo deste estudo é objeto de diversas pesquisas no âmbito da linguística histórica, isto é, da mudança linguística em si e da própria história da língua portuguesa enquanto disciplina. No entanto, esperamos, por meio deste trabalho, apresentar informações para que nossa língua seja mais bem compreendida por seus falantes nativos ou não.

Decidimos escrever sobre um tema que envolve diacronia e, conseqüentemente, história da língua por, empiricamente, acreditar ser este um assunto ao qual muitos dos estudantes de letras têm certa rejeição. Por outro lado, também temos consciência de que a diacronia nos ajuda a entender melhor o estado atual de língua, em face de diversos motivos que veremos mais adiante.

Acredita-se que a diacronia ajuda na descrição sincrônica da língua, pelo fato de que aquela perspectiva de estudo é parte importante e fundamental para que se compreenda como se chegou ao estado de língua atual. Ou seja, qualquer alteração feita, mesmo as “isoladas”, repercute nos sistemas futuros; assim, um fato diacrônico interfere diretamente no sistema sincrônico.

Segundo Saussure, ([ca. 1978], p. 86), “um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos.” Saussure afirma ainda que a diacronia sustenta e condiciona a sincronia, mas o contrário não acontece. Isso porque, para ele, a sincronia é um “fato estático”, um “eixo das simultaneidades” (SAUSSURE, [ca. 1978], p. 95), pois se instala em meio aos seus contemporâneos formando um sistema, estado de língua que apresenta dinamicidade entre si mesmo e seus usuários, enquanto a diacronia é um “fato evolutivo” e é baseada no “eixo das sucessões” (SAUSSURE, [ca. 1978], p. 95), a qual é condicionada pela sincronia, fazendo com que se sobreponham umas às outras. Entretanto, Eugenio Coseriu (1978, p. 254-255) vai além e afirma que o sistema, justamente por ser dinâmico, se afasta da estaticidade, sendo esta uma característica da diacronia e não da sincronia, conforme enuncia Saussure.

Quando Saussure propôs a dicotomia diacronia / sincronia, para diferenciar o eixo das sucessões do eixo das simultaneidades, a primeira dessas perspectivas de estudo já servia de orientação para os estudos linguísticos havia mais de um século, ao passo que a segunda constituía uma proposta inovadora “que rompia com mais de um século de tradição historicista e que norteou desde então as inovações linguísticas de vanguarda” (ILARI, 2001, p. 33).

Segundo Joaquim Mattoso Câmara Júnior, em seu *Dicionário de linguística e gramática* (2009), os termos podem ser definidos como:

DIACRONIA - Termo adotado por Saussure (1922, 117) para designar a transmissão de uma língua, de geração em geração, através do tempo, sofrendo ela nesse percurso mudanças em todos os níveis (v.), cujo conjunto constitui a evolução linguística (v.). O estudo diacrônico é assim a história interna (v.) da língua. Compreende a gramática histórica (v.), a semântica histórica (v.) e a história do léxico (v.). (p. 115)

SINCRONIA – Termo adotado por Saussure (1922, 117) para designar a concatenação dos fatos de uma língua num momento dado de sua história (v.). Eles se apresentam num conjunto de correlações que constitui um ESTADO LINGUÍSTICO, onde é apreensível uma estrutura (v.) [...] Os fatos sincrônicos, que assim se destacam, não estão necessariamente vinculados ao que nos revela a diacronia (v.) da língua. (p. 274-275)

Após essa divisão, os estudos sobre língua passaram a ser mais voltados para a sincronia, enquanto a diacronia foi, de certa forma, esquecida. As palavras impressas sob o título de “Nota prévia” no livro *Linguística Românica*, de Rodolfo Ilari (2001, p.13), trazem uma visão relevante acerca da importância dos estudos históricos sobre a língua:

Mais recentemente, o ensino tem tomado por base teorias que encaram a língua por um ângulo sincrônico, valorizando seu caráter sistemático ou procurando expressar com rigor matemático suas regularidades. Mas a história das línguas românicas continua a ter um forte interesse formativo para as pessoas interessadas na origem de nosso idioma.

A partir da importância que os estudos diacrônicos têm sobre a língua, buscar-se-á, por meio desta dissertação, colocar em evidência o gênero gramatical em português antigo. A pertinência deste trabalho se estabelece pelo fato de que a história da língua tem sido uma disciplina subestimada por muitos estudantes de Letras, fato este que pode implicar um ensino fragmentado. Sendo assim, o intuito é demonstrar que dispor de mais conhecimento sobre a origem e evolução de um



determinado fato linguístico certamente fará com que o aluno entenda de forma mais abrangente o estágio em que este se encontra atualmente.

Utilizemos uma metáfora elaborada por Christiane Monteiro (2012) em sua dissertação de mestrado, na qual a autora trata justamente da importância da disciplina História da Língua, para ilustrar nosso pensamento.

Segundo Monteiro (2012, p. 13), a língua pode ser vista como um corpo humano. Cada corpo é apenas mais um dentre tantos outros existentes; todavia, na sua individualidade, é composto de diversas partes: coração, rins, pulmões, tecido, dentre outros. Podemos então dizer que a língua pode ser vista como unidade (corpo humano), ou com base nas pequenas estruturas que a compõem (os órgãos, isoladamente), conforme a divisão aristotélica, seguida pela tradição gramatical.

Ainda segundo a mesma autora (p. 14):

Falta ao graduando de Letras a visão da língua como um todo, como um sistema complexo, cujas partes se relacionam, completam-se, interpenetram-se. Os estudos diacrônicos contidos na disciplina História da Língua Portuguesa (HLP), a nosso ver, podem dar a visão desse sistema complexo.

Na verdade, já nos primórdios dos estudos da linguagem baseados na sua importância como representação social e filosófica, já havia o entendimento de que as partes do discurso, analisadas por Platão, compõem um sistema gramatical complexo, sistema esse estruturado pela primeira vez por Dionísio O Trácio e adotado pelos gramáticos ocidentais.

São elas divididas (*Metafísica*, 49<sup>a</sup>, 7, 225b 5) em dez gêneros, os gêneros dos enunciados, que são as diferentes maneiras pelas quais se atribuem propriedade às coisas, representando diferenças existente no mundo real. Na base da classificação dos modos de predicação e de ser está a ideia de que o mundo físico é composto de coisas (substâncias) que têm certas propriedades (acidentes), que desencadeiam ou sofrem certos processos, que matêm em si certas relações ou que têm certa extensão ou localização no espaço ou no tempo. (NEVES, 2005, p. 75.)

Por outro lado, apesar de esse modelo ter sido seguido e chegado até nós, não se pode negar que as línguas se modificam e seus falantes são os responsáveis por suas transformações e pela manutenção de determinadas características, acredita-se que são justamente os falantes que condicionam as sincronias e a sucessão dessas, a diacronia.

Sendo assim, tentar-se-á por meio da diacronia estudar o gênero gramatical em português, tomando como suporte de análise gramáticas antigas datadas do século XVI, período inicial da tradição gramatical portuguesa. Podemos afirmar que foi a partir do referido século que se iniciou a sequência de obras no sentido da descrição e normatividade da língua portuguesa.

Será apreciada, conforme já exposto, a categoria gramatical de gênero e o *corpus* será composto pelas obras de Fernão de Oliveira, *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), e de João de Barros, *Grammatica da lingua portuguesa* (1540). Como fundamentação inicial, observaremos a expansão do latim e o processo de constituição das línguas por ele geradas, sobretudo o português; o início da formação do nosso idioma e seu reflexo principalmente na língua escrita; o desaparecimento do gênero neutro latino; a descrição naquela época de tal expressão linguística; o papel do artigo na marcação do gênero; as mudanças e oscilações por que, neste sentido, passaram algumas palavras; aspectos socioculturais, como o papel do homem e da mulher na sociedade.

A escolha do *corpus* se deu pelo fato de que as formulações da gramática de Oliveira marcam um período em que a língua portuguesa começou a criar moldes próprios e a libertar-se dos latinos. Por sua vez, quatro anos adiante, a obra de Barros tornou-se ainda mais completa, principalmente pelo caráter normativo.

Após analisar essa categoria de acordo com os aspectos supracitados, nosso objetivo é fazer uma síntese de como era o gênero gramatical nos trabalhos dos autores pesquisados, caracterizar a expressão do gênero no período, descrever o tratamento dado ao termo por Oliveira e Barros e confrontá-los, a partir de semelhanças e diferenças entre as duas obras. A hipótese principal é de que, por fazerem parte de uma época em que se valorizavam muito esses padrões, haveria forte tendência de conservação dos princípios latinos na descrição do português. Tentaremos, portanto, responder, a estas e outras questões ao longo deste trabalho.

No capítulo 1, realizamos uma contextualização histórica da evolução da língua portuguesa, desde a constituição da Península Ibérica até a independência de Portugal, abrangendo a formação dos idiomas nacionais, em particular o português, e suas características em oposição ao latim. Nesta passagem, abordamos a perda do gênero neutro, as distintas propostas de periodização da língua e a oscilação de algumas palavras dentro do idioma. No capítulo 2, examinamos o cenário europeu na época do Renascimento e sua influência na produção das obras apresentadas e

situamos o papel dos gramáticos pioneiros no processo de autoafirmação do vernáculo. Na seção, acrescentamos ainda uma breve biografia de cada um dos autores estudados. No capítulo 3 e no capítulo 4, procedemos à apreciação das referidas obras, pautados no modelo latino e nos critérios já estabelecidos pela tradição, bem como nas mudanças da nova era, as quais serviram de paradigma, ou não, para os futuros estudos acerca do tema. Por fim, no capítulo 5, confrontamos os trabalhos de Oliveira e Barros, sem desprezar seus vínculos com a herança grega, mas inscrevendo-os no amplo movimento de transformações sociais, geográficas e políticas do século XVI. Por meio desse contraponto, o estudo recapitula as mudanças impostas ao gênero em nossa língua, atendo-se a pontos abordados nos dois textos citados, como o conceito de *dição*, a oposição entre *flexão* e *derivação*, o papel dos artigos na extinção dos casos e outros fatos linguísticos de caráter morfossintático. Para encerrar a dissertação, enunciamos as principais considerações do presente estudo, destacando as contribuições dos dois gramáticos para a descrição e reavaliação metalinguística do idioma português.

# 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 1.1 Sobre a categoria gramatical de gênero

Dentre as confusões relativas a esta categoria gramatical, o equívoco mais comum está em classificar o **gênero** com base no critério físico de sexo, portanto extralinguístico. O outro desacerto, não menos comum, é a classificação do substantivo como animado ou inanimado, atendo-se ainda à divisão por sexo, quando na verdade deveria ser privilegiado o critério mórfico, linguístico.

Baseando-se apenas no gênero natural, não poderíamos enquadrar os substantivos inanimados em nenhuma subclasse dentre as utilizadas no português atual pelo motivo óbvio de não pertencerem eles nem ao sexo masculino, nem ao feminino. Assim, não caberia a tal explicação o fato de *cama*, *fivela*, *linha* e *praia* serem femininos e *copo*, *livro*, *pé* e *sofá* serem masculinos. No entanto, sabemos que esses substantivos podem ser classificados, assim como os animados, dentro dos nomes femininos ou masculinos, conforme nossa divisão bimembre.

Para além desse impasse linguístico, também entre os substantivos animados há aqueles de gênero único (masculino ou feminino) que se referem a seres de ambos os sexos, tanto dentro da espécie animal (e até, em raríssimos casos, vegetal), como na espécie humana. Os primeiros são tradicionalmente chamados **epícenos** (é o caso de *a cobra*, *o mamão* e *o tigre*), ao passo que os últimos se denominam **sobrecomuns** (veja-se, por exemplo, *o cônjuge* e *a testemunha*). Nesses casos, se necessário, o contexto vai indicar se se trata de uma *cobra macho* ou *fêmea* e se a testemunha pertence ao sexo *masculino* ou *feminino*. No entanto, o acréscimo da palavra *macho*, no caso dos animais e de alguns vegetais, não irá alterar o gênero: mesmo que o referente seja do sexo *feminino*, teremos *o tigre fêmea* no masculino (cf. CÂMARA JÚNIOR, 2011, p. 89). Além dessas ocorrências, vale lembrar que existem ainda os nomes **comuns de dois** gêneros, a citar *o/a artista* e *o/a jovem*.

Câmara Júnior, em *Estrutura da Língua Portuguesa* (2011, p. 88), chama atenção para o fato de que, assim como os verbos, os nomes são distribuídos em classes mórficas com a diferença semântica expressa nas oposições entre o

masculino e feminino: *jarro - jarra, barco - barca, urso - ursa, menino - menina*. Segundo o autor, em artigo reunido no livro *Dispersos de Mattoso Câmara Jr.* (2004, p.150), o feminino é, a rigor, um processo de particularização significativa, que está muito longe de se limitar à especificação das fêmeas no reino animal. Ou seja, a *jarra* é um tipo específico de *jarro*, assim como a *barca* é um *barco* de maiores dimensões, sutileza semântica que nos impõe uma reflexão mais profunda sobre o valor da desinência de gênero na língua.

Ainda hoje, em algumas de nossas gramáticas, a categoria gramatical de **gênero** é descrita como um processo de flexão. Vejamos a definição de flexão por Câmara Júnior em seu *Dicionário de Filologia e Linguística* (2009, p. 143): “*processo de ‘flectir’, isto é, fazer variar um vocábulo para nele fazer expressar dadas categorias gramaticais*”. Logo, a incoerência está na própria nomenclatura. A classe substantiva, termo gramaticalmente determinante, a princípio não se flexiona; tal papel é função dos adjetivos, classe dos determinados.

Os substantivos é que se chamam propriamente masculinos ou femininos, porque cada substantivo é classificado num ou noutro grupo; ao contrário, os adjetivos, com sua dupla terminação, são classificadores. Quando se diz a *terminação masculina*, ou a *terminação feminina* do adjetivo, indica-se por esse meio a terminação que o adjetivo adota para referir-se aos substantivos masculinos, ou aos femininos. (LIMA, 1984. p. 65)

Para tanto, a nomenclatura não faz jus ao processo, tendo em vista que nem todas as formações de substantivos femininos advêm do processo de flexão, sendo possível constatar a existência de outros recursos, a citar a derivação. Há diversos estudos sobre o assunto, desde os tempos do mestre Mattoso, comprovando a ocorrência desse processo sobreposto ao de flexão em um número expressivo de casos.

Segundo Câmara Júnior (2004, p. 147), “a categoria gramatical de gênero é um dos traços flexionais menos satisfatoriamente descritos em nossas gramáticas”. Por se tratar de tema complexo e por haver “várias maneiras de se processar a integração de todos os substantivos da língua no seu quadro de gêneros”, o autor defende a tese de que urge uma mudança na forma de apresentação do termo *flexão* no que concerne ao gênero dos substantivos, ou seja: “são os sufixos flexionais, ou desinenciais, que não se devem confundir com os sufixos derivacionais, destinados a criar novos vocábulos” (CÂMARA JÚNIOR, 2011, p. 81).

Ainda na visão de Câmara Júnior, o traço flexional aplica-se apenas ao caso de acréscimo do sufixo *-a* ao termo base, a partir da supressão da vogal temática: *lob (o) + a = loba*; ou em casos atemáticos, com o acréscimo do mesmo sufixo *-a*; *autor + a = autora* (2011, p. 89-90).

Outro estudioso e defensor de tal ideia é José Mário Botelho. Em *Gênero dos substantivos: derivação ou flexão?*, ele busca comprovar que há, sim, casos de flexão, mas que, no entanto, este não é o único processo na formação do feminino em português. “Na realidade, o que se tem com a variação de gênero é uma derivação possível para um número significativo de substantivos portugueses, a qual não é comum para a totalidade da língua.” (2004, p. 88).

Lembra-nos ainda Botelho que flexão é um processo sistemático e obrigatório, ao passo que derivação se trata de processo assistemático e aberto<sup>1</sup>. Este é, portanto, o principal argumento do autor ao defender a tese de que a flexão não é o único processo de formação de nomes femininos, havendo outros recursos, como o uso de formas heterônimas, ilustrado pelo par opositivo *homem / mulher*.

Por fim, veremos as considerações do professor José Carlos de Azeredo acerca da polêmica aqui discutida. Na visão de Azeredo (2000), assim como na de Botelho, a nomenclatura *flexão* não corresponde à aplicação prática, uma vez que não abrange todos os casos; ao contrário, estende-se apenas à minoria deles, o que invalida a inserção do fenômeno nesse processo.

Sendo assim, o autor se vale de três argumentos: o primeiro deles é justamente quanto ao número de exceções, nomes sem o correspondente feminino (*mosquito, besouro, papagaio, lagarto* [lagarta é um inseto], *veado* e *camundongo*) e heterônimos (*homem / mulher, carneiro / ovelha, cavalo / égua*). O segundo é quanto à variação formal da palavra: para Azeredo (2000, p. 110), “a atribuição de um gênero diferente a uma unidade lexical substantiva é uma forma de criar um novo substantivo, isto é, um processo de derivação” (*coelho / coelha*). No caso dos substantivos, há concepções distintas sobre a natureza (flexional ou derivacional) do morfema *-a*, sobretudo quando este expressa explicitamente uma oposição de sexo entre seres vivos. (2000, 110-111).

O autor vale-se das considerações feitas pelo professor Bechara na *Moderna Gramática Portuguesa* para corroborar a defesa de que, na aparente flexão de

---

<sup>1</sup> Para tal discussão, ver item 3.1 desta dissertação.

gênero, “a inclusão num ou noutro gênero depende direta e essencialmente da classe léxica dos substantivos”. Bechara ainda argumenta com base na fala de José Gonçalves Herculano de Carvalho na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*:

Não é o fato de em português existirem duas palavras diferentes – *homem / mulher, pai / mãe, boi / vaca*, e ainda *filho / filha, lobo / loba* (das quais estas *não são* formas de uma flexão, mas palavras diferentes *tanto como* aquelas) – para significar o indivíduo macho e o indivíduo fêmea (duas espécies do mesmo “gênero”, em sentido lógico) que permite afirmar a existência das classes do masculino e do feminino, mas, sim, o fato de o adjetivo, o artigo, o pronome, etc., se apresentarem sob duas formas diversas exigidas respectivamente por cada um dos termos de aqueles pares opositivos -, ‘este homem velho’ / ‘esta mulher velha’, ‘o filho mais *nôvo*’ / ‘a filha mais *nóva*’ -, formas que de fato constituem uma flexão. (CARVALHO apud BECHARA, 2009, p. 132)

Por fim, Azeredo comenta a possibilidade de o emprego de uma forma ou outra ocorrer pela livre escolha do falante, como nos casos de *chefa*<sup>2</sup>, *sargenta* e *presidenta* para nomes femininos e *borboleto*, *formigo* e *pulgo* para nomes masculinos (estes nos casos de fabulação infantil), ao contrário do que ocorre diante de uma flexão regular.

Outra observação feita pelo autor é o fato de algumas palavras derivadas com potencial adjetivo e com sufixo flexional serem consideradas um caso de flexão, visto que o processo de formação é sistemático (*sabichão / sabichona, beberrão / beberrona, cantor / cantora*). Ademais, os sufixos *-(z)ão, -(z)inho, -ão* (e seu alomorfe *-ona*), *-(z)inho, -(z)inha* se flexionam em nomes como *pontezinha, portinha, ruazinha*.

Comumente, o morfema gramatical *-a* é denominado pelos compêndios como sendo desinência de gênero acrescida a uma forma masculina (geralmente com a queda de sua vogal temática) para a formação de substantivos femininos por meio do processo denominado flexão. No entanto, há, segundo se comprovou acima, outros processos na determinação do feminino.

---

<sup>2</sup> Adverte-se aqui a possibilidade do emprego pejorativo desta e de outras formas. A este respeito, ver item 1.3.5.3 desta dissertação.

Quadro 1- Processos de formação do feminino de substantivos em língua portuguesa

<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>
garot <u>o</u>	garot <u>a</u>
professor	professor <u>a</u>
gal <u>o</u>	gal <u>inha</u>
irmã <u>o</u>	irmã <u>Ø</u>
homem	mulher
cavalo	égua
cobra <b><u>macho</u></b>	cobra <b><u>fêmea</u></b>

Fonte: Adaptado de BOTELHO (2004)

O quadro anterior comprova que a flexão não é processo único na mudança da categoria gramatical de gênero dentro da língua portuguesa. Ao contrário da formação dos adjetivos, que ocorre de maneira mais sistemática, a formação do feminino nos substantivos se dá de maneira irregular (cf. BOTELHO, 2004, p. 87):

- a partir do acréscimo do morfema gramatical *-a* a uma base masculina em que há ausência de vogal ou marca  $\emptyset$ , considerado atualmente por alguns autores como o verdadeiro processo de flexão (*professor – professora*);
- a partir do acréscimo de morfemas como *-a*, *-esa*, *-isa* (*lobo – loba*, *conde – condessa*, *poeta – poetisa*);
- pela supressão de algum elemento mórfico/fônico do nome original (*irmão – irmã*);
- mediante o emprego de formas com radicais distintos (*homem – mulher*, *cavalo – égua*), usualmente denominadas de heterônimos;
- ou com a anteposição do artigo (*o artista – a artista*).

O artigo é a principal das classes de palavras com a função de marco de classe, mais especificamente, o marco de categoria. “Sabemos que nem sempre o substantivo exprime claramente seu gênero e seu número. Dessa forma, nesses casos, o artigo assume o papel supletivo da desinência” (MACEDO, 2012, p. 75).



Para tanto, pertencem ao gênero feminino todas aquelas palavras que podem ser precedidas do artigo *a* e são masculinas todas aquelas que são ou podem ser precedidas do artigo *o*.

No latim, a classe que fazia esse papel de modificador era o adjetivo, assim nos ensina o mestre Mattoso: “*poeta* era masculino, porque era imperativo dizer *magnus poeta*, com *magnus* no masculino; da mesma sorte que *quercus* era feminino, porque já aí a expressão tinha de ser *magna quercus*, com *magna* no feminino.” (CÂMARA JÚNIOR, 2004, p. 151-152)

Seguindo o princípio saussuriano de que “na língua tudo são oposições”, é conveniente observar que costuma haver no português oposições na designação de seres vivos de sexo diferente, mas estas nem sempre são marcadas por meio da flexão de gênero. Para a palavra *homem* há a palavra *mulher*, para *galo* existe uma palavra semanticamente inversa, sua fêmea *galinha*, e assim por diante com os demais pares opostos.

É importante salientar ainda que nem todos os nomes pospostos ao artigo *a* são femininos: há aqueles que podem indicar ambos os sexos (conforme ocorre em *a testemunha*). Além disso, a indicação de gênero só se caracteriza em oposição a uma forma base masculina pela presença da forma *-a*; caso contrário, o morfema gramatical *-a* será vogal temática. Identifica-se naquele caso, então, a presença de um sufixo, sendo, portanto, derivação sufixal o processo de formação do feminino.

Ainda quanto à preocupação de enquadrar todas as palavras substantivas dentro da divisão de feminino e masculino, é importante que se faça uma ressalva para o fato de que, embora na língua portuguesa todos os nomes sejam categorizáveis como masculinos ou femininos, nem sempre se verifica a marcação formal do gênero. No caso dos substantivos atemáticos (*mar, sol, café, cajá, jiló*), por exemplo, não há o que inferir; nesta situação, então, retomamos ao latim, em que o adjetivo, além de concordar com o substantivo, fazia o papel de marcar seu gênero.

Câmara Júnior (2004, p. 147) salienta que o recorte feito no mundo para enquadrar os substantivos é arbitrário; para tanto, algumas línguas apresentam gêneros distintos para representar o mesmo conceito. Em português, *sol* e *lua* são, respectivamente, masculino e feminino: dizemos *o sol* e *a lua*. No entanto,

apresentam gênero inverso em alemão: *die Sonne* ('o sol', feminino) e *der Mond* ('a lua', no masculino<sup>3</sup>).

Mesmo dentro da língua portuguesa, algumas palavras mudaram de gênero ao longo da história da língua, do feminino para o masculino e vice-versa. *Fim* e *mar*<sup>4</sup> já foram femininos, ao passo que *tribo* e *gente* já foram masculinos, comprovando, portanto, o uso convencional dos substantivos fixados pelo uso. Hoje, podemos citar alguns nomes que oscilam de gênero dentro das variantes de nossa língua. Na variedade padrão da língua, dizemos *a cal* e *o grama* (unidade de peso), ao passo que na variedade popular *o cal* e *a grama*.

A categoria gramatical de gênero é assunto elementar do vernáculo, pois é por meio dela que inúmeras noções necessárias à comunicação e vivência diária dos seres humanos são classificadas dentro de dois grandes grupos (masculino e feminino), independentemente do fator biológico de sexo a que pertencem ou não. De certa maneira, trata-se de uma categoria arbitrária e convencional.

## 1.2 História externa da Língua Portuguesa

Segundo Ivo Castro (1991), estudar história da língua portuguesa é, de certa maneira, estudar a história de Portugal e, de maneira mais abrangente, estudar a história de um idioma é conseqüentemente pesquisar sobre os fatos históricos que condicionaram as mudanças da língua em questão. Nas palavras do autor português:

Se o objecto da linguística histórica é a mudança linguística (de uma, ou de várias línguas, ou em geral), o objecto da história da língua é uma língua em particular, na sua existência definida temporal e espacialmente, o que significa que os factos linguísticos devem ser permanentemente correlacionados com fatos históricos, que os condicionaram. (CASTRO, 1991, p. 15)

<sup>3</sup> Para estes exemplos, conferir BECHARA, 2002, p. 228.

<sup>4</sup> Vale registrar que esta palavra até hoje apresenta oscilação no idioma castelhano, em que se emprega tanto o masculino (*el mar*) quanto o feminino (*la mar*).

Considerando que o português foi implantado no Brasil por nossos colonizadores, estudar a história de Portugal é também, numa perspectiva ampla, estudar a história do Brasil e de nossa língua.

É útil retomar as considerações de Coseriu (1978) a respeito dos conceitos de *sincronia* e *diacronia*, para estabelecer a perspectiva do presente estudo. Em termos matemáticos, as retas que se cruzam em determinado ponto recebem o nome de concorrentes. Trazendo o termo para as ciências linguísticas, podemos afirmar que sincronia e diacronia são pontos que se tocam ao longo dos estudos, ou seja, em algum momento da história eles têm uma interseção. Sendo assim, Coseriu defende a tese de que não se devem apartar ambos os conceitos, uma vez que eles podem se complementar, numa perspectiva de análise que podemos denominar *pancronia*.

Para Coseriu, os estudos devem ser complementares e não excludentes, segundo o trecho a seguir:

«Una teoría adecuada de la lengua no puede limitarse a ser simple metodología de la descripción. Sin duda, para cada proceso [*discurso*] hay un sistema correspondiente» (94); pero, para cada sistema lingüístico, hay también un proceso histórico, un «desarrollo»; por lo tanto, el sistema debe tener características tales que hagan comprensible y no contradictorio el desarrollo. (COSERIU, 1978, p. 269)

Aliás, o próprio Saussure já havia inserido em seu curso o conceito de *pancronia*; no entanto, ele defendia a tese de que em algumas áreas de estudo havia necessidade de se separarem ambos os conceitos. Para Saussure, quanto mais complexo o sistema a ser estudado, maior a necessidade de analisá-lo segundo os dois eixos – do sistema, *sincronia*; e evolutivo, *diacronia*. Contudo, tal teoria não deveria ser aplicada nos estudos linguísticos porque para ele: “A multiplicidade dos signos, já invocada para explicar a continuidade da língua, nos impede absolutamente de estudar-lhe, ao mesmo tempo, as relações no tempo e no sistema.” (SAUSSURE, [s/d], p. 96). Neste trabalho, concordando com Coseriu, considero ser possível, sim, buscar a complementaridade entre as duas abordagens, fazendo um estudo histórico que não deixa de lado a consideração de características da língua portuguesa atual.

Em consonância com os objetivos já estabelecidos, pretende-se fazer no primeiro momento um levantamento dos acontecimentos geográficos, políticos e sociais, ou seja, da história externa da língua, que culminaram em grandes

mudanças linguísticas. Essas transformações são objeto de estudo da linguística histórica e, como consequência, da disciplina História da Língua Portuguesa. Tanto a linguística histórica quanto a história da língua culminam em uma só palavra: história; para Ivo Castro (1991, p. 15):

Se o objecto da linguística histórica é a mudança linguística (de uma, ou de várias línguas, ou em geral), o objecto da história da língua é uma língua em particular, na sua existência definida temporal e espacialmente, o que significa que os factos linguísticos devem ser permanentemente correlacionados com factos históricos, que os condicionam.

Sendo assim, para melhor clareza, traçaremos um panorama da história externa da língua a fim de representar o cenário que serviu de base para a formação dos territórios e idiomas nacionais, sobretudo o português. O intuito é conduzir o presente trabalho desde o início da expansão do latim até o objetivo principal, a categoria de gênero gramatical em português nas primeiras gramáticas.

### 1.2.1 Império Romano

A constituição e formação do Império Romano foi, sem dúvida alguma, um dos mais grandiosos e complexos processos políticos da história. A chegada dos primeiros romanos à Península Ibérica, por volta de 218 a. C., durante a Segunda Guerra Púnica (218–201), deu-se em meio a lutas travadas entre os romanos contra seus maiores inimigos da época, os cartagineses, alguns séculos depois da fundação de Roma. O marco mais aceito pelos historiadores como início deste grandioso império é a data da fundação de sua capital, Roma, no ano de 753 a. C., na região do Lácio, de onde se originou também seu idioma, o latim.

A ameaça dos cartagineses contra os romanos consistia no controle de grande parte do território próximo ao Mediterrâneo (BASSO; GONÇALVES, 2014, p.103), o que era entendido como um risco às transações comerciais dominadas pelos romanos naquela região.

Após a derrota de seus rivais no ano 209, a conquista da região hispânica pelos romanos foi sendo empreendida e o mar Mediterrâneo, a partir de então, segundo Basseto (2001, p. 88), passou a ser chamado de *mare nostrum*.

Dia a dia, século a século, mais territórios eram incorporados, sobretudo entre os séculos V a. C. e II d. C. Da mesma forma, cada vez mais a cultura romana era difundida entre os povos, sofrendo inevitavelmente influências daqueles conquistados.

Segundo Ilari (2001, p. 42-44), as principais etapas da expansão do Estado romano são: conquista da Itália peninsular; conquista da Europa mediterrânea, Gália e Europa Central, Ásia Menor e África; e conquistas tardias (Caledônia, atual Escócia, Dácia, atual Romênia e Arábia Pétria). Dessa forma, sob o comando de Trajano (98-117), o Império abrange um total de 311 províncias, sua extensão máxima, segundo afirma Basseto (2001, p. 89). Veja-se a representação desse poder no mapa abaixo.

Mapa 1 - Extensão máxima do Império Romano



Fonte: BASSETTO, 2001, p. 353.

A glória do Império também continha o germe de seu fim: à medida que se alcançavam mais territórios, aumentava também a dificuldade de controlar um número tão grande de terras e pessoas. Foram criadas então algumas divisões: a

principal delas foi a separação entre Império Romano do Ocidente, cuja capital era Roma, e Império Romano do Oriente, tendo como capital Constantinopla.

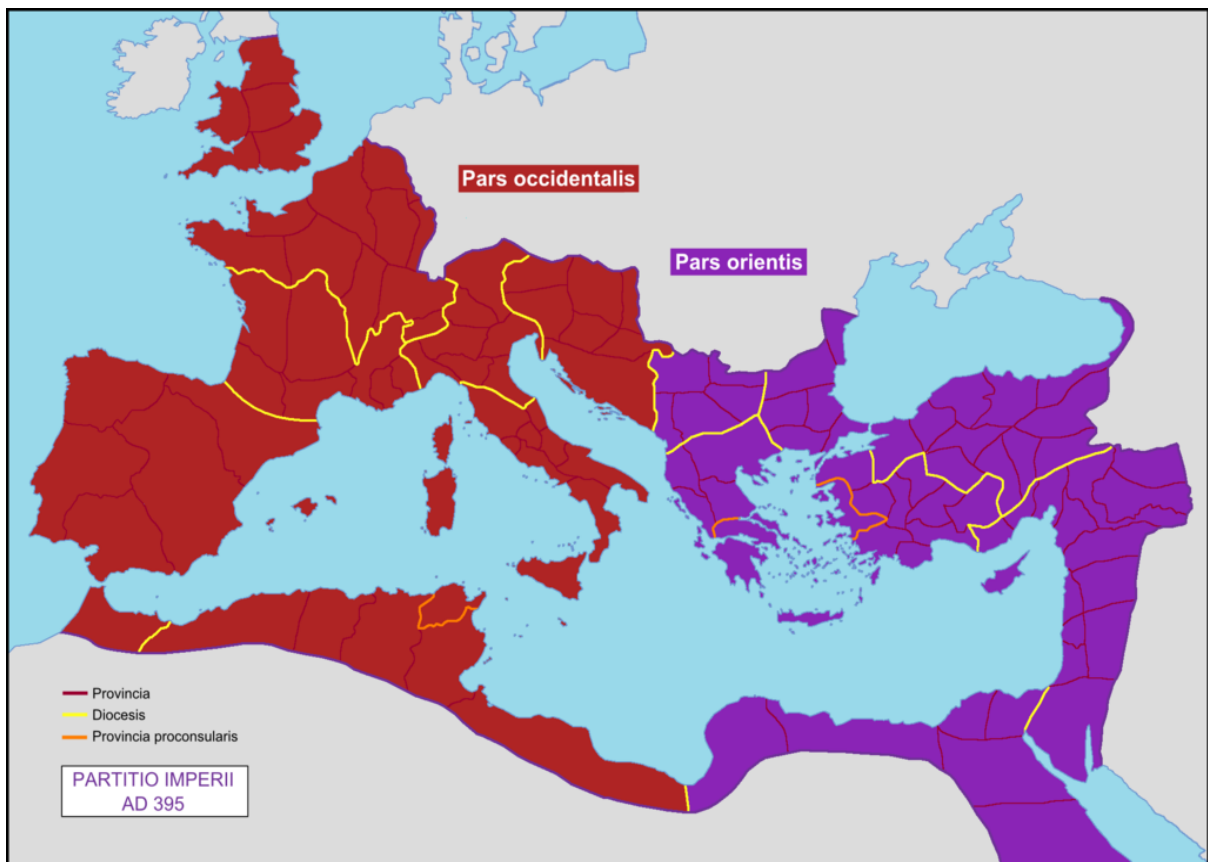
Uma vez descentralizado o poder, ficou insustentável que se mantivesse a hegemonia de um número tão grande de áreas dominadas. Associado a outros fatores relevantes, tal fato ajudou na culminância da queda do Império Romano em 476.

Apesar de os romanos respeitarem os costumes e línguas dos povos vencidos, uma vez que admitiam que os mesmos se comunicassem entre si em sua língua de origem e mantivessem suas crenças religiosas, por outro lado era uma grande vitória ver a incorporação total de sua cultura pelos demais povos.

De certa forma, a “liberdade” concedida pelos romanos era bastante inovadora para seu tempo e, por conseguinte, dentre outros motivos, essa foi a causa de a língua latina não suplantarem os idiomas autóctones em todo o território romano.

Uma vez ocupada determinada região, a suplantação ou não do idioma se deu de maneira lenta e gradual, processando-se por décadas ou até mesmo séculos, havendo, portanto, situações de bilinguismo. Fato é que a parte oriental se mantinha mais resistente cultural e linguisticamente, a tal ponto que, séculos mais tarde, a divisão feita por Constantino entre Ocidente e Oriente pode ser considerada apenas uma formalidade pelo fato de as duas parcelas do Império já estarem de fato separadas. O Ocidente era marcado por ser o Estado de fala e culturas latinas, ao passo que o Oriente era marcado por fala e cultura gregas (ILARI, 2001, p. 48).

Mapa 2- Império Romano do Ocidente e do Oriente



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Partition\\_of\\_the\\_Roman\\_Empire\\_in\\_395\\_AD.png#filelinks](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Partition_of_the_Roman_Empire_in_395_AD.png#filelinks)

Primeiramente a região correspondente à atual Península Ibérica foi dividida em duas províncias: *Hispania Ulterior* ao sudoeste e *Hispania Citerior* no restante do território (principalmente ao norte). Depois, a parte Ulterior foi subdividida em mais duas partes: *Lusitania* ao norte e *Baetica* ao sul e, ainda mais adiante, foi a vez de a *Hispania Citerior* se transformar em província Tarraconense. Novas divisões das províncias que vieram a se formar foram denominadas, segundo Paul Teyssier (2014, p. 4), de *conventus*; e, desde então, outras divisões, conquistas e transformações foram delineando o espaço geográfico, político e linguístico da região.

A maneira como se deu a romanização e o período de permanência dos romanos se refletiram em como cada região iria se comportar linguisticamente no futuro. Segundo Basso e Gonçalves (2014, p. 105-106):

O resultado desse laborioso processo de conquista romana são os diferentes graus de romanização das províncias. Naquelas em que os romanos chegaram primeiro, os dialetos românicos desenvolvidos foram

mais conservadores. Também contribuiu para essa diferenciação a distância com relação a Roma e dificuldade de acesso a algumas regiões. O tipo de romanização que se deu nas províncias também foi diferente. Na Baetica, por exemplo, pelo isolamento, falava-se um latim mais conservador e purista, em oposição ao falado no nordeste, na província Tarraconensis, que era rota de legionários, o que gerou mais instabilidade e mudança na língua falada na região, como consequência do dinamismo da variedade mais popular de latim falada pelos legionários. Assim, os centros mais urbanizados da península acabaram por se influenciar pelo latim culto da Baetica, e a Tarraconensis acabou por desenvolver inovações típicas do latim vulgar, que se refletiram nas línguas ali desenvolvidas posteriormente, como o catalão.

O latim, oriundo do grupo itálico, foi inicialmente um dialeto de Roma e era restrito à região do rio Tibre. Após grandiosas conquistas, tornou-se por muitos séculos a língua de cultura da Península Ibérica e, apesar dos idiomas autóctones de cada região e das invasões germânicas que culminaram na queda do império, a língua do povo romano sofreu poucas influências, sendo as principais no nível do léxico.

Em algumas regiões, especialmente na extremidade ocidental da Península Ibérica, onde se originou o português, o latim que veio a formar os romances ali falados foi mais conservador pelo simples fator de permanência e intensidade de contato, se comparados com a parte norte da península, que sofreu uma romanização mais superficial. Ou seja, cada contato, o período de duração e sua miscigenação determinaram os falares futuros.

Cada vez mais a língua dos romanos se afirmava como cultura superior, sobretudo na parte ocidental do império, e se tornava modelo a ser seguido. De certa forma, havia uma unidade linguística latina em estágio de afirmação. Durante certo tempo, após as conquistas militares, o Império Romano e, conseqüentemente, o latim viveram tempos mais calmos e sólidos e boa parte do território conquistado falava latim. Segundo Basso e Ilari (2006, p. 17), "Nesse período, acredita-se que o latim vulgar apresentou uma relativa uniformidade em uma grande área geográfica que correspondia a boa parte da Europa Ocidental."

À medida que a superioridade do latim sobre as demais línguas ia se impondo, as famílias mais prestigiadas enviavam seus filhos para estudar na Itália. Esse movimento foi iniciado, segundo Wartburg (apud ILARI 2001, p. 49), com os gauleses. Desse modo, a língua foi se afirmando e obtendo *status* privilegiado diante da sociedade, além de unificar seus falantes, agregando assim força diante da perda da unificação do poder territorial.



A despeito do prestígio sociocultural, o latim não se afirmou como a única língua falada em todo o império devido a algumas causas citadas por Ilari (2001, p. 51). Entre elas, cabe assinalar a romanização superficial devido às enormes dificuldades de comunicação e de criação de grandes cidades em algumas regiões de difícil acesso; a superioridade cultural dos vencidos e suas culturas arraigadas nas regiões da Grécia e do Mediterrâneo oriental, por exemplo; e a superposição maciça de populações não romanas – vale citar os árabes, que impuseram sua cultura e língua na região da África mediterrânea nos séculos VI e VII, apagando quase que completamente vestígios latinos em tal região, onde hoje restam apenas alguns indícios da passagem do imperialismo romano.

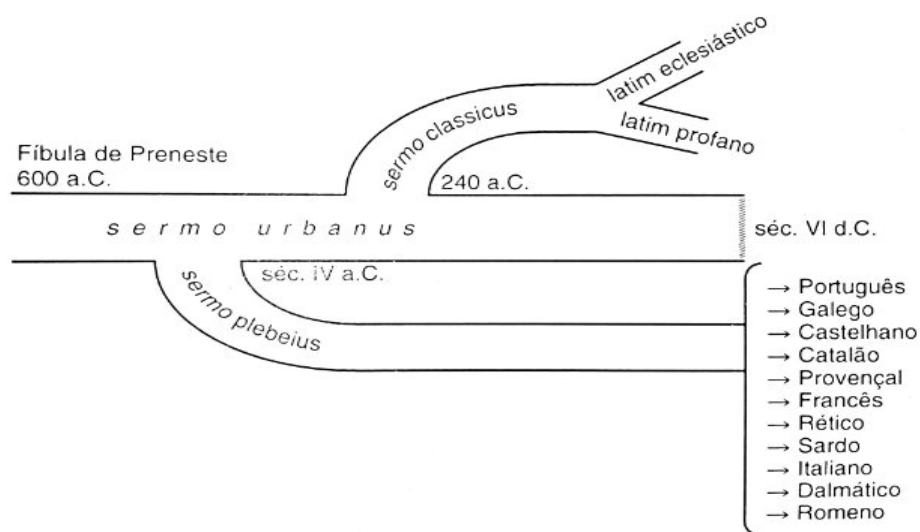
### 1.2.2 Latim literário e Latim vulgar

Assim como ocorre com as línguas modernas, o latim passou por muitas transformações, sobretudo o latim vulgar, falado pelas camadas mais populares e por um número muito grande de usuários, enquanto o latim clássico se concentrava na classe mais abastada e era utilizado por uma parcela menor da sociedade.

Da fala característica da população mais aristocrática – o *sermo urbanus* – nasce, “embora com influência grega” (BASSETTO, 2001, p. 90), outra norma linguística, o *sermo classicus*. Portanto, havia três variedades de latim, conforme podemos observar em Bassetto (2001, p. 91): *sermo classicus*, *sermo urbanus* e *sermo plebeius*. Seguindo o grau de difusão entre os falantes, a primeira delas era mais restrita, sendo exclusivamente escrita, requintada e utilizada por um número altamente privilegiado da sociedade: era a linguagem da literatura latina. A segunda atingia uma parcela um pouco mais extensa de usuários, até mesmo porque não se restringia apenas à modalidade escrita, mas ainda assim em número pequeno de falantes; e, tal como a primeira, obedecia ao padrão gramatical culto. Por fim, a mais abrangente delas, o *sermo plebeius*, era utilizada por um grande número de pessoas, pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade, sendo rechaçada pelos intelectuais da época.

Foi justamente das raízes do *sermo plebeius* – mais difundido sob a denominação de latim vulgar – que surgiram variantes tão acentuadas a ponto de, séculos depois, se tornarem línguas distintas como o português, galego, castelhano, catalão, provençal, francês, rético, sardo, italiano, dalmático e romeno. Essas informações ficam sistematizadas visualmente no diagrama apresentado por Basseto, que o denomina “cacto invertido”:

Quadro 2 - Diagrama do cacto invertido



Fonte: Basseto, 2001, p. 91.

Pelo fato de ser menos restrito, se comparado com as duas outras variedades, o latim vulgar foi, aos poucos, ganhando força e diversidade, ao passo que o clássico ia ficando mais restrito socialmente e, assim, mais enfraquecido. O latim vulgar, essencialmente falado, foi com o tempo – e, principalmente, com as crises – se diversificando cada vez mais e, após a queda do Império, entrou no período de transição do romance (como será detalhado mais adiante), desdobrando-se posteriormente nas línguas neolatinas (ou românicas); o latim clássico, por sua vez, ficou preservado apenas nos monumentos literários da cultura latina.

Como havia grandes diferenças políticas entre as regiões dos falantes da língua latina, registrou-se o aparecimento de diversos dialetos de mesma origem. Eis algumas causas para o surgimento de tais variantes: o período em que a região foi romanizada e a duração desse processo; os povos autóctones que habitavam

cada uma delas e a forma como se deu a romanização; a relação entre a língua dos dominantes e a dos dominados e as influências que esta exercia sobre aquela dinâmica de substrato linguístico; as situações de bilinguismo, entre outras.

### 1.2.3 Marcas da romanização

Apesar de o Império não ter se sustentado após o século V d. C., passou a ser um modelo de sucesso e tornou-se exemplo a ser imitado. Segundo ILARI (2001, p. 49-50), durante séculos foi visto como padrão a ser seguido e se possível restaurado.

O Cristianismo herda de algum modo esse ideal de universalidade, ao mesmo tempo que a Igreja constrói uma estrutura que aproveita em grande parte as divisões administrativas do Império; os Estados bárbaros que se formam no território outrora dominado pelos romanos se autodenominam romanos e nascem com o propósito de restaurar o Império – um objetivo que se traduz na escolha dos títulos de seus chefes. Ainda no tempo de Dante e de Maquiavel, restaurar o Império era o projeto de vida de muitos pensadores insígnies, que viram nisso a condição necessária para que o mundo reencontrasse uma ordem política estável.

Ainda nos dias de hoje, podemos observar o tamanho da expansão territorial e de poder exercida pelos romanos no período da romanização. Em diversas partes do mundo, falam-se línguas provenientes do latim – as línguas neolatinas. Tal divulgação linguística tem origem na afirmação do idioma base em diversos territórios – que, além da expansão do Império Romano, ainda contou com um reforço com as conquistas ultramarinas de uma série de nações de língua românica, especialmente espanhol, português e francês. Atualmente, a herança românica tem representantes nos seis continentes, ainda que de maneira bem distinta.

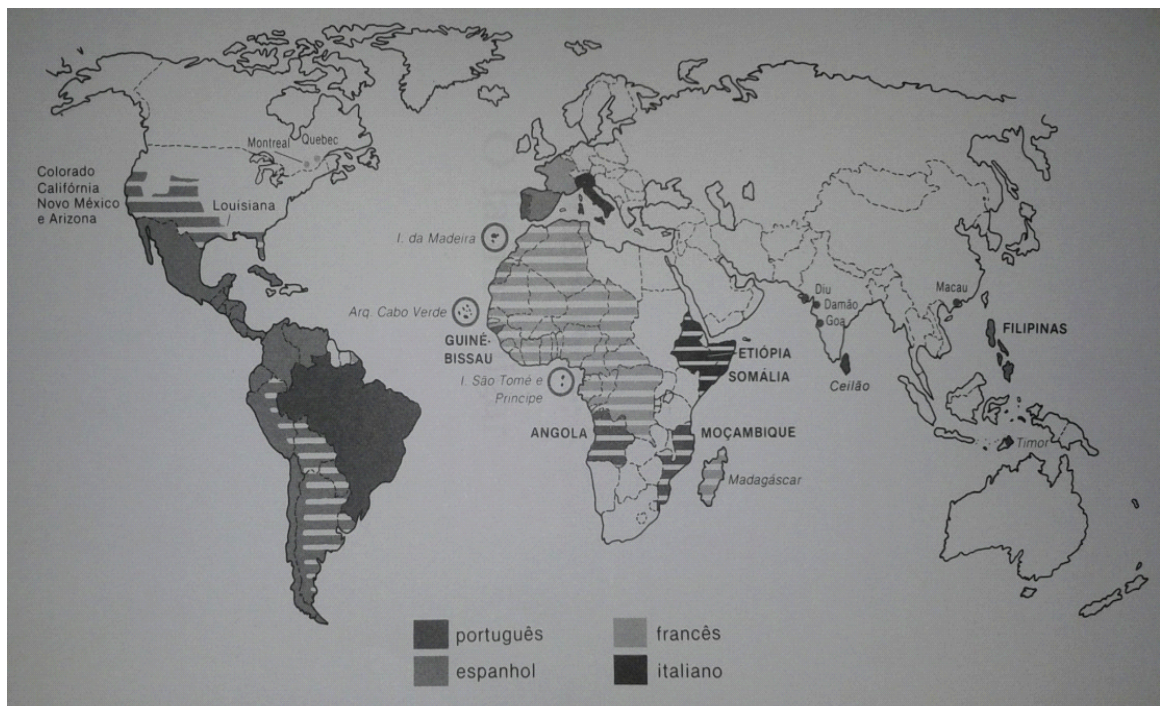
Segundo Bassetto (2001, p. 38), “Do ponto de vista linguístico, todos que falavam latim eram chamados de ‘Romani’ em qualquer parte do império.” E, por extensão, seguindo o modelo de *Gallia*, *Britannia* e *Germania*, criou-se o termo ‘România’ como referência à área territorial cuja língua fora o latim ou que teria futuramente uma língua de origem românica. Nas palavras de Sílvio Elia (1979, p. 132), *România* “Veio para substituir a noção política de *imperium romanum* ou geográfica de *orbis romanus*.” Conforme se pode ver em Bassetto, posteriormente,

alguns termos específicos para designar lugar de origem, direitos civis etc. tornaram-se restritos ao campo linguístico e cultural, uma vez que não havia mais os limites territoriais do Império Romano.

Após o período de romanização das áreas conquistadas e depois fragmentadas, o cenário era de uma diversidade linguística considerável, uma vez que houve os mais diversos tipos de contato entre os povos, culturas e línguas. Sendo assim, não havia possibilidade de desconsiderar a existência de outros falares além do latim. Da maneira românica de falar – *Romanice fabulare ou parabolare* –, originou-se o termo para designar as diversidades linguísticas resultantes dos contatos diversos ao longo de séculos – *romance* passou a ser o vocábulo usado em referência a essas variedades de falares.

Se, por um lado, o latim não conseguiu se afirmar como língua em determinadas regiões por razões diversas, por outro, sua herança se fez presente em outras muito distantes do antigo Império por meio de línguas de base românica transplantadas além-mar no período de expansão de alguns países. Isso aconteceu principalmente com o português e o espanhol falados em quase toda América do Sul, assim como também em países da África e da Ásia.

Mapa 3 - Línguas de Origem Românica no Mundo



Fonte: Ilari, 2001, p. 53.

#### 1.2.4 Línguas românicas

Após as transformações geográficas, sociais e linguísticas ocorridas nas áreas romanizadas, conforme exposto no item anterior, cada região foi, aos poucos, tornando-se singular e, assim, constituindo-se linguisticamente. Havia nesses cenários o início do que, mais adiante, seriam as línguas nacionais. Atestam-se tais diferenças quando surge a necessidade de se traduzirem certos tipos de falas como sermões e homilias *secundum proprietatem linguae* (segundo as diferenças de língua). O reconhecimento das variedades pode ser comprovado por meio de documentos como o Concílio de Tours (813), os Juramentos de Estrasburgo (842) e o I Concílio de Mogúncia (por volta de 847).

Visum est unanimitati nostrae ut quilibet episcopus habeat omelias continentes necessarias ammonitiones, quibus subiecti erudiantur... Et ut easdem omelias quisque aperte transferre studeat in *rusticam Romanam linguam* aut Thiotiscam, quo facilius cuncti possint intelligere quae dicuntur.

A todos nós pareceu necessário que cada bispo faça homilias, que contenham os ensinamentos indispensáveis, com os quais os fiéis sejam instruídos... E que cada um procure traduzir com clareza essas homilias para a rústica romana língua ou teodisca, de modo que todos possam compreender mais facilmente o que se diz. (Concílio de Tours, 813 in Bassetto 2001, p. 173)

Durante séculos, apesar do vasto território, o latim falado pelos povos romanizados foi símbolo de hegemonia e fortalecimento do Império; a língua servia, então, como interseção entre as áreas. Com o passar dos séculos, a modalidade que atendia aos contatos imediatos, ao povo menos escolarizado, ou seja, a língua do dia a dia foi se distanciando da modalidade escrita, esta mais conservadora, ao ponto de serem consideradas duas línguas distintas. Criam-se a partir de então duas expressões: *latine loqui*, para designar a maneira requintada e sólida dos letrados; e *romanice loqui*, em referência à maneira de falar popular.

Como cada região tinha suas peculiaridades dentro da denominação *romanice loquii*, criou-se a partir do advérbio o termo *romance* para ratificar as singularidades existentes. *Romance* passou a ser cada uma das línguas faladas ao longo da România.

O romance ia gradativamente se constituindo de maneira muito singular em cada região e transformando, desse modo, “o mapa linguístico da România num mosaico de pequenos dialetos” (ILARI, 2001, p. 157). Tais falares se distanciaram a ponto de se formarem as expressões que seriam institucionalizadas como línguas românicas.

Os novos idiomas criados a partir de profundas transformações do latim e das línguas indígenas manifestavam-se apenas de forma oral ao longo da Idade Média. Para os registros escritos, o latim era ainda a forma vigente.

Geralmente voltados para as necessidades mais corriqueiras de pequenas comunidades político-econômicas, esses dialetos eram aprendidos como línguas maternas; existiam apenas como línguas faladas e estavam virtualmente livres de qualquer influência escolar. As necessidades de intercâmbio que ultrapassavam esses limites exigindo o recurso à escrita eram supridas pelo latim literário, que continuava sendo praticado como língua da cultura, da Igreja e da diplomacia. (ILARI, 2001, p. 157)

De forma simples e clara, Gladstone Chaves de Melo (1975, p. 107) afirma que o que houve foi uma “continuidade linguística” do latim até os romances e não uma cisão brusca: “Sim, porque nunca houve um momento na história dos povos

romanizados, em que tivesse acabado o latim e começado um dos *romances*. Sempre houve *continuidade lingüística*.”

Para entender a formação dos *romances*, é preciso considerar, para além das forças centrífugas que atuavam de dentro das regiões contra a força centrípeta do latim (este com intensidade até o século III da nossa era), um fator determinante para a formação de três línguas (o catalão, o português e o castelhano): – o movimento de Reconquista.

Os cristãos haviam se refugiado ao norte da Península Ibérica, na região das Astúrias, e partiram, tempos depois, para o sul, a fim de retomar seu território a partir de três frentes de progresso: uma de Aragão e Barcelona até Valência; outra do condado portugalense até o Algarve e a última de Toledo a Córdova e de Córdova a Sevilha. Contudo, considerando-se mais amplamente esse período histórico, dentre os *romances* já delineados, havia também algumas divisões: *romances hispânicos*, *romances italianos* e *romances gauleses*.

Segundo Melo (1975, p. 124), os romances com maior hegemonia política e que agregaram a si outros territórios ganharam força ao longo da Reconquista (norte – sul) e, conforme a frente que cada romance representava, “foi se impondo e, acompanhando a expansão do poder central, foi absorvendo os romances preexistentes nas diversas regiões. Deste modo se formaram as *línguas nacionais* [...]”.

Mais uma vez a resistência de cada região foi determinante para a formação do mapa linguístico europeu, pois, conforme o sentimento regionalista e força da língua, o romance de maior prestígio se impunha como língua única ou não. Podemos comprovar a resistência de alguns romances por meio de inúmeros dialetos existentes na Europa ainda nos dias de hoje, ou seja, se mantiveram mesmo depois do contato e imposição linguística e de poder dos movimentos de Reconquista, os quais traziam consigo uma língua bastante diferenciada.

Dentre os principais romances, aqueles que sobreviveram e ganharam *status* de língua nacional foram o português, o espanhol, o galego, o catalão, o francês, o italiano e o romeno. Uma definição para se considerar uma língua nacional depende de diversos fatores, segundo Ilari (2001, p. 216):

[...] as razões para considerar um determinado idioma como língua nacional dizem respeito às funções que esse idioma desempenha na comunidade que o fala: uma língua nacional é um idioma que responde a todas as

necessidades de uma sociedade. Essas necessidades variam conforme a época [...] Evidentemente, nas sociedades modernas, as necessidades que uma língua nacional satisfaz são bem mais complexas: não se manifestam apenas no domínio da arte, mas referem-se também aos mais variados campos do conhecimento (científicos, filosóficos, religiosos etc.) e da atividade prática (técnica, burocracia, imprensa, direito etc.)

Na formação das línguas nacionais, o contato com todas essas esferas da atividade humana se reflete antes de mais nada na fixação de convenções ortográficas (dispor de uma escrita padronizada é condição necessária embora não suficiente para uma língua nacional); além disso, repercute fortemente na estrutura dos idiomas em questão, cujo léxico e cuja sintaxe tendem a enriquecer-se e estabilizar-se. Fenômenos comuns são a codificação gramatical e a 'defesa' contra as influências externas que passam a ser vistas como fator de corrupção.

No que tange ao *status* de língua oficial, os critérios são mais práticos e burocráticos do que sociais: um idioma pode ser oficial pelo simples decreto em forma de lei. Essa prerrogativa não depende de sua difusão entre as áreas de conhecimento, assim como depende uma língua nacional; contudo, determinadas línguas podem ser ao mesmo tempo oficiais e nacionais, como é o caso do português no Brasil e em Portugal.

Esse processo implica a promoção dessa variedade à posição de idioma oficial, fazendo com que seja estudada nas escolas, empregada pelas instituições oficiais e pela grande mídia, proposta, enfim, como elemento unificador de um território enquadrado em fronteiras políticas. Algo assim nunca poderia ter acontecido na Idade Média, quando ademais, segundo Maia, é possível falar de uma comunidade linguística no Noroeste de Portugal e na Galiza, "o que, naturalmente, não implica uma unidade total, uma total uniformidade na língua das duas regiões". (LAGARES, 2008, p. 69)

A língua românica nacional que mais tarde se consolidou foi o romeno. As demais já estavam constituídas já no final da Idade Média, por isso os registros escritos delas variam bastante. O primeiro desses registros tem datação do século IX e o último do século XVI, contudo elas "assumiram sua feição literária definitiva nos séculos XV e XVI; em algumas há consideráveis diferenças entre a língua dos primeiros documentos e a literária moderna." (BASSETTO, 2001, p. 187).



## 1.3 História interna da Língua Portuguesa

### 1.3.1 Periodização da história da Língua Portuguesa

Sabe-se que as línguas neolatinas são a continuação do latim vulgar e este do ramo itálico, que por sua vez se originou do indo-europeu. Entre os idiomas nacionais de origem românica (catalão, espanhol, francês, galego, italiano, português, romeno), nosso foco será a língua portuguesa.

Em seu período de formação territorial definitiva, Portugal foi concedido como uma espécie de recompensa a Henrique de Borgonha por Afonso VI de Castela, pela ajuda em favor da expulsão dos árabes, durante a Reconquista. O condado oferecido a Henrique de Borgonha teve seus limites ampliados até a retomada da região do Algarve, em 1250, e chamava-se ao início Condado Portucalense. Este compartilhava com a região da Galiza o mesmo dialeto, o galego-português; contudo, a partir da continuação da Reconquista rumo ao sul, as regiões foram ficando mais distantes em termos de contato e língua.

Desse modo, houve a necessidade de se eleger uma língua oficial que representasse a cultura e poder de seus limites. Lisboa passara a ser, em 1250, capital do país e agregava as características mais conservadoras do norte e inovadoras do sul, já que parte da população tinha vindo das regiões mais extremas e trazia consigo características de dialetos bem distintos. Rapidamente a necessidade de se ter uma língua oficial para representar a potência que se formava se fez presente e o português passou, então, a ser a língua oficial dos textos produzidos.

Com a independência de Portugal, no século XII, e, posteriormente, a oficialização do português em substituição ao galaico-português, utilizado como língua corrente, a língua utilizada pelos portugueses passou a acompanhá-los nas grandes navegações, espalhando-se pelo mundo em um movimento de expansão de território e da fé cristã – “porque assi como os vencedores das terras & prouincias lhes dão leis em que viuão, assi lhes dão língoa que falem” (LEÃO, 1606, p. 223).

A formação do português, propriamente dito, como língua escrita, teve início no século XIII e, mais efetivamente, após D. Diniz oficializá-lo como idioma oficial dos documentos administrativos. Anterior a esse período, a língua oficial em textos redigidos era o latim, que, como expressão erudita, em textos eclesiásticos, legais e acadêmicos, sobrevivera à derrocada do Império Romano.

A produção frequente de documentos em português é conhecida a partir da segunda metade do séc. XIII. Em 1255 começam a ser escritos em português alguns dos documentos saídos da chancelaria de Afonso III, embora uma parte se mantenha em latim. É só em 1279, com D. Dinis, que se torna sistemático o uso do português como língua dos documentos emanados da corte, uso que progressivamente é imitado pelos restantes centros produtores. (...) Na verdade, é apenas nos dez últimos anos do reinado de Afonso III, e precedendo a sua oficialização no reinado seguinte, que se alarga e consolida o uso escrito da língua portuguesa nos documentos do governo, após experiências que têm de ser consideradas como esporádicas, como, aliás, todas as anteriores de que temos conhecimento. (CASTRO, 2011, p. 94)

Alguns estudos mencionam os primeiros textos em língua portuguesa, entre os quais um de significativa relevância é o do Padre Avelino de Jesus da Costa, lembrado por Sílvio Elia (1982).

Elia (p. 81–82) relata as conclusões do Pe. Avelino da Costa quanto à datação dos primeiros textos em português. São elas: o pioneiro fica sendo o *Testamento de D. Afonso II*, documento feito pelo rei para deixar claro seus desejos em caso de morte, no que diz respeito a sua sucessão, à tutela dos filhos e a outros assuntos. A data mais específica para esse texto é 27 de junho de 1214. Do testamento oficial, foram feitas treze cópias, das quais apenas duas chegaram até nossos dias; as demais cópias se perderam ao longo dos séculos, possivelmente por não terem mais valor legal após a feitura de dois novos testamentos, um do ano de 1218 e outro do ano de 1221, sendo estes redigidos em latim, na cidade de Santarém.

O segundo texto mais antigo em português seria uma *Notícia de Torto*, que contém reclamações feitas pelo fidalgo Lourenço Fernandes da Cunha contra os filhos de Gonçalo Ramires, seu parente e também fidalgo.

Para Sílvio Elia, não seria um equívoco considerar o valor histórico da *Notícia de Torto* ao lado do *Testamento de D. Afonso II*, já que ambos são da mesma época, sendo o primeiro datado entre os anos de 1214 e 1216. Talvez o Pe. Avelino tenha

separado os textos pelo fato de a datação do *Testamento de D. Afonso II* ser muito mais precisa do que a da *Notícia de Torto*.

Pode-se afirmar, por meio das palavras de Ivo Castro (2011), que os textos citados, apesar de terem indicação próxima de data, não foram escritos por influência comum.

Pelo contrário, isso ocorreu em territórios muito afastados entre si, em ambientes sociais distintos (a corte, uma ordem religiosa militar, o solar de um fidalgo minhoto) e para finalidades jurídico-administrativas igualmente distintas (um testamento do rei, dois atos notoriais locais, uma reclamação particular) o que sugere que a língua portuguesa se achava disponível de modo generalizado para ser usada na escrita já durante a primeira metade do séc. XIII e que Afonso III, mais tarde, ao mandar escrever em português uma parte considerável de seus documentos, não fez uma reforma, mas limitou-se a aproveitar uma prática já bastante difundida. (CASTRO, 2011, p. 96)

Não se pode deixar de considerar a possibilidade da existência de textos escritos em língua portuguesa anteriores aos citados acima. Pode ser, porventura, que textos mais antigos tenham se perdido ao longo do tempo e não tenhamos tido conhecimento deles. O fato é que, mesmo antes de 1214, já havia a possibilidade de se escrever em português, visto que os notários já dispunham da arte de escrever em tal língua.

No entanto, quando se trata de delimitar o tempo ao longo da história, é sabido que tal tarefa não traz muita precisão e consenso. Os fatos históricos não morrem e nascem em dia e hora marcados; ao contrário, mesclam a história com suas características peculiares e se entrelaçam. Assim como, ao adotarmos o início de um novo movimento artístico, não podemos excluir de imediato o anterior, da mesma forma não podemos pôr um ponto final na língua falada anteriormente à língua portuguesa.

Castro (2011) faz um alerta para o fato de que nem sempre há uma fundamentação rigorosa quanto às fronteiras entre as periodizações e recomenda que não confiemos demasiadamente nelas. A seguir utilizaremos a periodização proposta pelo professor Evanildo Bechara (1985, p. 40).

A primeira fase do português é chamada de português arcaico e se estende do século XIII ao final do XIV; a segunda – o português arcaico médio – é delimitada entre a primeira metade do século XV e a primeira metade do XVI; a terceira – o português moderno – vai da segunda metade do século XVI ao final do XVII

(podendo se estender até o início do XVIII) e a última – o português contemporâneo –, do século XVIII aos nossos dias.

Na fase arcaica, compreendida aqui desde o fim do latim e o início do romance até o surgimento dos primeiros textos escritos em português e sua sistematização mais rigorosa no final do século XIV, o período galego-português não é privilegiado pelo professor Bechara, a ponto de, por si só, motivar uma subdivisão da fase arcaica, pois

[...] representava, especialmente quanto à língua culta, uma comunhão intelectual, veículo de expressão empregado com admirável destreza por todos os poetas líricos de todos os quadrantes da península, quer fossem portugueses, galegos ou de regiões da Espanha. (BECHARA, 1985, p. 41)

Ademais, Bechara não delimita tal etapa até 1350 e a estende até o final do século XIV, ao contrário de outras propostas, por entender que a duração da comunhão linguística galego-portuguesa foi mais alongada do que se havia estabelecido, constituindo, dessa forma, o período de mais nítida transição para o português moderno.

Cumpramos observar algumas características<sup>5</sup> da primeira fase arcaica na tese de concurso do filólogo brasileiro (BECHARA, 1985, p. 44): a queda de consoantes intervocálicas resultando em encontros vocálicos átonos ou tônicos em hiato, *-n* (*monesteyro*<sup>6</sup> – *moesteiro*), ou a nasalização da vogal antecedente e sua queda posterior, como nos casos de *lūna*<sup>7</sup> (*lua*); uniformidade de gênero em palavras com terminação *-or*, *-ol*, *-ês* e *-nte*, dentre outros.

Para além das mudanças internas da língua, as quais delineavam o mapa linguístico europeu, não se pode deixar de mencionar as mudanças político-sociais de demarcação de territórios e reconquistas, bem como a independência de Portugal e a oficialização de seu idioma no período compreendido na fase arcaica da língua.

<sup>5</sup> Na proposta de periodização, Bechara arrola sete fatos linguísticos balizadores da fase arcaica; contudo, não temos a intenção de contemplar todos, tendo em vista que alguns fogem do propósito deste trabalho. Seleccionamos, então, os exemplos mais pertinentes, os quais envolvem, por exemplo, morfologia nominal e, se possível, gênero gramatical.

<sup>6</sup> Adverte-se aqui que Bechara só contempla *moesteiro*, mas nós achamos conveniente destacar também a forma da palavra antes da queda do *-n* a partir da entrada da palavra no *Dicionário Etimológico* de CUNHA (2012, p. 433), no qual há registro das formas latinas *mōnastērīum*, no latim clássico, e *monistērīum*, no latim vulgar.

<sup>7</sup> Assim como em *moesteiro*, Bechara não apresenta a palavra antes da queda do *-n*, neste caso também se pode conferir *lūna* em CUNHA (2012, p. 395).

O português arcaico médio é um período que marca a transição de uma época de formação para uma de sistematização mais singular da língua. A prosa de caráter informativo, bem como a tradução de textos em latim, se destaca como produção da época, já que esse idioma estava em declínio e cada vez menos era possível se fazer entender por meio dele. Sendo assim, o período assume uma relevância ímpar, no sentido de que havia necessidade de se criarem meios para expressar de maneira equivalente o latim para o português e, assim, as possibilidades desta última língua foram significativamente ampliadas.

Nesse momento da vida lusitana, as grandes navegações contribuíram para o desenvolvimento da literatura de viagem, na qual os desbravadores relatavam suas experiências, a citar a carta de Pero Vaz de Caminha ao chegar ao Brasil. Por outro lado, as novas conquistas refletiram diretamente no léxico com a incorporação de inúmeras palavras trazidas pelos portugueses ao retornarem de suas viagens, processo este frequente e enriquecedor das línguas.

A valorização dos bens culturais como meio de apropriação e divulgação da cultura fortaleceu a Universidade de Coimbra, inaugurada no final do século XIII, cedendo espaço para diversos intelectuais, bem como suas produções.

Todo esse movimento culminaria com o estabelecimento do português clássico, especialmente em virtude da produção renascentista, na qual a língua viria a se consolidar e retomar vários aspectos do latim, indo na contramão de várias das mudanças naturais do romance que ocorreram no período anterior, do português arcaico. O período aqui compreendido, portanto, é aquele em que vemos o centro de cultura de Portugal ser transplantado do norte linguisticamente conservador para o sul, no eixo Coimbra-Lisboa. O resultado disso é uma mudança no modo de desenvolvimento da língua do sul, que se baseia nos clássicos para desenvolver uma língua literária comum (como uma *koiné*), supradialetal, que exercerá uma forte influência nos períodos posteriores. (BASSO; GONÇALVES, 2014, p. 138)

A expressão mais significativa desta fase é, sem dúvida, a publicação da primeira gramática portuguesa no ano de 1536. Como forma de enaltecer a língua e registrar suas “primeiras anotações”, conforme o próprio autor diz, a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* inaugura a tradição gramatical em um período em que a autoafirmação da nação portuguesa, relativamente nova, necessitava se colocar em pé de igualdade com outras línguas, como, por exemplo, o espanhol. Destaca-se para este período a normatização de nomes (substantivos e adjetivos) em *-or / -ora; -ês / -esa*, antes uniformes quanto ao gênero (*senhor português – senhora*

*portuguesa*<sup>8</sup>). Bechara ainda pontua, à parte, (p. 50-51), a possibilidade da flexão de nomes em *-or*, *-ol*, *-ês* e *-nte* e, apesar da fixação destas terminações com as correspondentes femininas terem datação para o século XV, as gramáticas representativas do século seguinte (OLIVEIRA, 1530 e BARROS, 1540) não as registravam completamente. Por fim, destacamos a eliminação das formas possessivas femininas *ma*<sup>9</sup> (<*minha*), *ta* (<*tua*), *sa* (< *sua*)<sup>10</sup>.

A fase subsequente, o português moderno, estabelece a língua em muitos aspectos, a citar a fixação não pleonástica da negação pré-verbal<sup>11</sup> (*Eu não vou*); a fixação do plural de palavras em *-ão* (*mãos*, *cães*, *leões*) e do feminino dos adjetivos em *-ão* (*são* / *sã*).

Não carece, mais uma vez, frisar que as mudanças na língua não são fáceis de delimitar, uma vez que não são estabelecidas por decreto ou sequer “dependem do calendário, nem do ano em que o século (*sic*) acaba ou começa”. Sendo assim, “o que devemos entender por linguagem quinhentista, seiscentista, etc., é a maneira de falar dominante em grande parte da respectiva era ou nella principalmente.”, conforme enuncia Said Ali (1931, p, iv), nas passagens anteriores.

Percebe-se que um ou outro aspecto é característico em mais de uma época e, até mesmo por isso, há propostas distintas para a classificação das fases ou períodos, nomenclatura que também varia de acordo com alguns filólogos.

Apesar de certo polimorfismo que os quinhentistas revelam – especialmente Camões –, pode-se dizer que o século XVI disciplina a língua literária e que, a partir dela, os fenômenos linguísticos, que já não tinham experimentado tantas mudanças entre a fase arcaica e arcaica média, aí fixados praticamente chegaram até nossos dias. (BECHARA, 1985, p. 53)

Na fase moderna, vale destacar também a dominação espanhola entre os anos de 1580 e 1640, após a morte do rei Dom Sebastião. O período de sessenta

<sup>8</sup> O exemplo não consta no trabalho de Bechara, ele apenas evidencia o fato. No entanto, achamos importante ilustrar o caso e criamos um exemplo.

<sup>9</sup> Exemplo de evolução dos pronomes feito pela autora.

<sup>10</sup> “As formas *ma*, *ta*, *sa* e seus plurais correspondentes são chamadas de formas átonas porque sempre precedem o nome, têm uma posição não acentuada, já que o N receberá o acento do grupo de força (*a.*); as outras são chamadas de tônicas ou porque sucedem o nome (*b.*) ou porque o nome que determina está elíptico (*c.*) [...] *a.*E o enimiigo britou en si toda *sa felonía* e toda *sa sobérvha* / *b.* Non tirara *a calça sua* / *c.* A terra muito alongada *da sua*.” (SILVA, 1993, p. 27-28)

<sup>11</sup> Em francês ainda se faz a dupla negação, ou seja, negação pleonástica *je ne sais pas*, na língua comum, ou *je ne sais point*, na literária. No Brasil, especificamente no linguajar baiano, é comum a negação pós-verbal – *Vou não*.

anos fez com que a corte portuguesa adotasse o espanhol como segunda língua, fator este que desapareceu apenas com a morte dos últimos representantes formados no período anterior à década de 60 do século XVII (TEYSSIER, 2014, p. 43-44).

É crível o fato de que a língua da corte influenciou também – e principalmente – os grandes escritores, a ponto de estes publicarem obras inteiras em espanhol e até mesmo hispanizar o próprio nome, como é o caso de Jorge Montemor, que passa a Montemayor por conta da castelhanização portuguesa. Contudo, não se deixou de lado a produção de textos em português e até mesmo houve quem rejeitasse o espanhol.

Por fim, Bechara (1985, p. 54) elenca algumas características do português contemporâneo, entre as quais se anota a eliminação do -s plural do substantivo derivado – como em *-zinho*, *-izito*, em contato com o -z do sufixo (*coraçõezinhos / coraçõezinhos*) –, e a tendência para o desaparecimento do pronome -vós, dentre outras.

Futuramente, caberão outras mudanças e outras fases a serem estudadas a partir da dinamicidade da língua, pois “a denominação *contemporâneo* não significa, de modo algum, que novos fatos lingüísticos não se estão esboçando hoje para a constituição e caracterização do *português atual*”, alerta o professor Bechara (1985, p. 56-57).

A despeito de adotarmos a periodização do professor Bechara, é preciso esclarecer que há diferentes formulações para o tema. Por serem baseadas em fatos históricos de maneira geral, há uma tendência subjetiva relacionada às escolhas de cada divisão feita pelos autores que se dedicaram ao assunto. Para ilustrar essa diversidade de concepções, apresentamos a sistematização feita por Ivo Castro (2011, p. 73) em sua *Introdução à história do português*:

Quadro 3 – Propostas de periodização da história da língua portuguesa

<b>Época</b>	<b>Leite de Vasconcelos</b>	<b>Serafim Silva Neto</b>	<b>Pilar Vquez Cuesta</b>	<b>Lindley Cintra</b>
até séc. IX (882)	pré-histórico	pré-histórico	pré-literário	pré-literário
até 1200 (1214-1216)	proto-histórico	proto-histórico	pré-literário	pré-literário
até 1385- 1420	português arcaico	trovadoresco	gal. português	português antigo
até 1536- 1550	português arcaico	português comum	português pré- clássico	português médio
até séc. XVIII	português moderno	português moderno	port. clássico	português clássico
até séc. XIX- XX	português moderno	português moderno	português moderno	português moderno

Fonte: Castro, 2006, p, 73.

### 1.3.2 Transformações na morfologia nominal do latim

Inicialmente, a língua era estudada como expressão do pensamento, parte fundamental para o desenvolvimento da filosofia. A partir da reflexão e da concretização do ato de pensar, por meio da fala e escrita, o indivíduo via o mundo e se colocava diante dele. Assim, a partir do século V a.C., os filósofos gregos foram, paulatinamente, desenvolvendo critérios para analisar como a linguagem interferia no campo filosófico.

A contribuição aristotélica no desenvolvimento dos estudos linguísticos se deu pela denominação do termo *categorias do pensamento*, o qual chegou até nós conhecido como *categorias gramaticais*.



A partir de questionamentos dos pensadores da escola de Alexandria a respeito do texto dos grandes escritores e do próprio grego clássico, surgiu a necessidade de analisar a língua também sob o viés linguístico e literário. Essa exigência deu início à tradição gramatical documentada em Dionísio Trácio (170-90 a.C.), com a obra *Ars Grammatica*, na qual são listadas oito partes do discurso: nome, verbo, particípio, artigo, preposição, advérbio, conjunção e preposição.

Cotejando-as com os manuais modernos, pode-se dizer que poucas mudanças são notadas em relação às nomenclaturas adotadas hoje no que se refere ao português, uma vez que ainda nos restam as classes do nome (subdividida em substantivo e adjetivo), verbo, artigo, preposição, advérbio e conjunção, às quais se acrescentam apenas as de numeral, interjeição e pronome.

Assim como as classes elencadas acima, o gênero gramatical também é herança dos gramáticos gregos, o qual, por via latina, chegou até nós.

Antes do desdobramento do latim em outras línguas, os substantivos eram divididos em três grandes grupos: os femininos, os masculinos e os neutros, ou seja, estruturalmente, o latim possuía uma riqueza nominal superior ao português por adotar um gênero a mais. Essa divisão trimembre teve origem no indo-europeu, em que havia a separação entre animado e inanimado. A classe dos neutros correspondia ao grupo inanimado e as classes masculina e feminina correspondiam ao grupo animado.

Para tratarmos da passagem do gênero dos substantivos do latim vulgar para o português, convém falar primeiro nas declinações latinas.

Cada grupo de casos, ou seja, cada grupo de flexões, recebe o nome de declinação. Declinação é, portanto, o conjunto de flexões de determinado grupo de substantivos. (ALMEIDA, 1985, p. 25-26)

Havia no latim clássico, de acordo com o critério mórfico baseado nas vogais temáticas (VT), cinco declinações; a primeira era marcada pela terminação *-ae* no genitivo singular (correspondente ao nosso adjunto adnominal), cuja vogal temática recaía em *-a* (*luna, ae*), sendo geralmente palavras femininas, com algumas exceções masculinas.

O genitivo singular da segunda declinação pode ser resumido em *-o/u*; nesta declinação, a qual engloba, em sua maioria, palavras masculinas, há também algumas neutras e poucas femininas.

As palavras da terceira declinação apresentam muitas terminações em consoante, ou seja, sem tema no singular, ou em *-i*, classificadas segundo os três gêneros.

No paradigma da quarta declinação, encontram-se termos com tema em *-u* dos três gêneros, com mais escassez para o neutro. Por fim, na quinta declinação, a VT é o *-e*, sendo as palavras deste grupo geralmente femininas.

Na passagem do latim clássico para o latim vulgar, houve uma simplificação no sistema nominal e o neutro desapareceu, sendo incorporado às duas outras classes. No processo de reestruturação dos paradigmas do latim clássico para o vulgar, a quarta declinação foi absorvida pela segunda e a quinta declinação pela primeira e pela terceira.

### 1.3.3 Artigo – um acréscimo

O latim clássico não dispunha do uso do artigo em suas construções, mas isto não significa que os latinos desconhecêssem tal recurso, uma vez que o mesmo era recorrente nas traduções dos textos gregos.

Atestam-se, inclusive, segundo Ilari (2001, p. 67), vestígios do latim vulgar<sup>12</sup> em textos escritos, como o emprego do artigo em uma passagem da *Peregrinatio ad Loca Sancta*<sup>13</sup>, da monja Aetheria ou Egéria, século V, cujo valor não é apenas linguístico, mas também “histórico e religioso”, segundo o professor Rosalvo do Valle (2008, p. 11-12).

Apesar de estudos apontarem para o fato de que essa penetração se deu apenas em textos cuja autoria era desprovida das mais altas erudições e ainda que tal uso fosse apenas semântico, pois a forma empregada foi a de um demonstrativo, não se pode negar vestígios introdutórios nesse sentido.

---

<sup>12</sup> Apesar de pouco se falar em registro escrito do latim vulgar, chegaram até nós algumas documentações com as quais podemos comprovar certas inserções da modalidade falada na escrita, sendo uma delas a *Peregrinatio ad Loca Sancta*. Ilari (2001, p. 67) atribui tal fato “à escassa erudição literária de seus autores”.

<sup>13</sup> Relato de viagem de uma freira da Galícia. Para melhor conhecimento sobre o assunto, ver VALLE, Rosalvo, 2008.

Vallis autem ipsa ingens est vallis, iacens subter latus montis Dei, quae habet forsitan, quantum potuimus videntes aestimare aut ipsi dicebant in longo milia passuum forsitan sedecim, in lato quattuor milia esse appellabant. Ipsam ergo vallem nos traversare habebamus, ut possimus montem ingredi [...] Hæc est autem vallis in qua factus est vitulus, qui locus usque in hodie ostenditur; nam lapis gradis ibi stat in ipso loco. Hæc ergo vallis ipsa est, in cuius capite **ille** locus est, ubi sanctus Moyses cum pascissent pecora soceri sui interum locutus est ei Deus de rubo in igne.

Ora esse vale é um grande vale, que se estende sob o flanco do monte de Deus, que tem talvez pelo que pudemos julgar olhando, ou eles mesmos [os moradores?] diziam, talvez dezesseis mil passos de comprimento; em largura, mencionavam ser quatro mil. Tínhamos pois que atravessar esse vale para que pudéssemos começar a subida ao monte [...] Ora, este é o vale em que foi feito o bezerro [de ouro], o qual lugar é mostrado até hoje, com efeito uma grande lápide está nesse lugar. Esse vale é pois aquele vale, em cujo topo fica aquele lugar onde São Moisés, enquanto apresentava o rebanho de seu sogro, Deus falou a ele pela segunda vez do interior de uma sarça em fogo. (ILARI, 2001, p. 67, grifo da autora)

A partir do trecho acima, podemos perceber claramente o esvaziamento semântico do demonstrativo **ille** (*ille locus*) em detrimento da especificação da nova função: o artigo. Observa-se ainda no segmento que **ille** não expressa valor referencial como nas passagens “*atravessar esse vale*” ou “*uma grande lápide está nesse lugar*”. Bassetto (2010, p. 224) ressalta que a ausência semântica de demonstração é essencial no uso do artigo; para tanto, as formas *ille*, *illa* e *illud* atendiam a tal característica.

Mesmo existindo indícios do uso de demonstrativos com a função de artigo na fase lat., geralmente os romanistas concordam em atribuir às próprias línguas românicas a criação do artigo, cuja fixação formal e semântica se deu pelo séc. VIII. (BASSETTO, 2010, p. 224)

Se comparado com o latim clássico, o latim vulgar tornou-se mais simples, uma vez que reduziu na morfologia, conforme enunciado, suas declinações. Na fonética, a perda do traço de duração das vogais, marcadas com mácron ( ¯ ) quando longas, e braquia ( ˇ ), quando breves, fez com que o sistema vocálico passasse de dez (cinco longas e cinco breves) para sete vogais, ou seja, o acento de duração foi substituído pelo acento de intensidade como traço distintivo. Por outro lado, após a perda de sistemas flexionais, os quais propiciavam condições sintéticas, característica herdada do indo-europeu, o latim vulgar torna-se, então, mais analítico.

Por se tratar de uma língua essencialmente falada, haveria mesmo forte tendência para que o *sermus plebeius* fosse mais extensivo do que o *sermus*

*clássicus*. Contudo, foram, principalmente, as muitas perdas no sistema flexional do latim vulgar que o tornaram cada vez mais analítico.

Para além da analiticidade, com a reorganização do sistema, o latim vulgar tornou-se também mais concreto com o uso do artigo. Essa concretude é, segundo Bassetto (2001, p. 95):

Uma decorrência do modo de vista de seus falantes e de sua mundividência, voltada sobretudo para os problemas materiais. Esse aspecto tem reflexos em todos os aspectos da língua, sendo porém mais evidente no léxico e na sintaxe.

Assim, termos abstratos, denotativos de qualidade e de atividade intelectuais ou de generalizações, que pressupõem trabalho de abstração, são praticamente desconhecidos, ao passo que os nomes de coisas são muito numerosos. A busca dessa concretude se faz sentir no modo claro, analítico e objetivo de expressar os pensamentos através do uso de artigos, pronomes pessoais, possessivos etc.

O uso sistemático do artigo se deu na fase romance, mas, pelo fato de todas as línguas latinas disporem de tal recurso, pode-se afirmar que o mesmo teve sua origem no latim vulgar. Embora, inicialmente, ele preservasse, segundo a opinião de diversos estudiosos, a carga semântica dos demonstrativos, passou a exercer função específica no final do século VII e início do século VIII.

Vejamos a evolução dos artigos definidos a partir dos pronomes demonstrativos resumidos por Tarallo (1990, p. 137):

- Masculino singular: *illu* > *elo* > *lo* > *o*
- Feminino singular: *illa* > *ela* > *la* > *a*
- Masculino plural: *illos* > *elos* > *los* > *os*
- Feminino plural: *illa* > *elas* > *las* > *as*

Em latim, a colocação das palavras era mais livre, uma vez que a disposição das mesmas não interferia no significado do enunciado, apesar de haver, desde já, colocações típicas de certos registros, como é o caso do uso literário / estilístico. A tendência nas línguas românicas é que o artigo venha anteposto ao nome ou ao sintagma adjetival seguido do sintagma nominal, com exceção do romeno<sup>14</sup>, e isso acarretou, de acordo com Bassetto (2010, p. 225), uma mudança morfológica do artigo. Tal explicação está no fato de serem esses artigos (*lo* / *os*, *la* /

<sup>14</sup> Cf. Bassetto, 2010, p. 225.

as) precedidos de vogal e, como consequência, observa-se a queda do / intervocálico (*vejo lo cavalo – vende la casa*<sup>15</sup>), culminando nas formas atuais o, a, os, as.

#### 1.3.4 Gênero

Outra consequência das mudanças morfológicas foi a perda do gênero neutro. Há quanto a essa profunda alteração certo consenso entre os estudiosos no que diz respeito ao motivo que levou ao desaparecimento da categoria tríplice, cedendo lugar à de duas formas. Segundo o que se conhece até agora, não havia uma distinção nítida em alguns nomes, gerando certa confusão entre, por exemplo, o plural neutro em -a e o feminino singular.

A base para a separação dos três gêneros foi o traço animado para o masculino e feminino e inanimado para o neutro, porém nem sempre havia paridade entre tais conceitos de uma cultura para outra, uma vez que o caráter subjetivo determinava, muitas vezes, a classificação das palavras em uma das subdivisões. Para Serafim da Silva Neto (1979, p. 225):

A noção de gênero não corresponde a nada de preciso. A importância dele remonta a um tempo – muito anterior à fixação do indo-europeu comum – em que as concepções dos semi-civilizados viam em tudo forças ativas, equivalentes às dos seres animados. Assim é curioso que, no indo-europeu, os nomes de árvores sejam femininos e os de frutos sejam neutros: é que a árvore era encarada como *fêmea*, suscetível de produzir frutos: cp. *pīrus* (fem.) e *pīrum* (n.).

O gramático João de Barros, em *Grammatica da lingoagem portuguesa*, afirma que em português conhecemos o gênero de uma palavra pela sua significação, assim como os latinos, e também pelo artigo que a acompanha, da maneira dos gregos. Aqueles faziam uma distinção bem maior do que aquela que conhecemos hoje; para eles, os latinos, o gênero das palavras era dividido em sete grupos: masculino, feminino, neutro, comum a dois, comum a três, duvidoso e confuso (BARROS, 1540, p. 9B).

---

<sup>15</sup> Cf. P. Teyssier, 2014, p. 20.

No que diz respeito à incorporação dos substantivos neutros no grupo dos masculinos e femininos, há estudos que apontam que foi pelo fato de haver coincidência em algumas terminações entre o neutro e o masculino, gerando, assim, algumas confusões, conforme já foi enunciado.

Ivo Castro utiliza as palavras de Esperança Cardeira, aqui expressas:

O desaparecimento do gênero neutro latino no romance implicou a absorção das formas terminadas em -o (ou -u) no gênero masculino e a das formas terminadas em -a no feminino. Mas os substantivos que terminavam em outra vogal ou em consoante, ou tinham mais de um gênero em latim, originaram oscilação na escolha do gênero. Essa hesitação reflecte-se não só na diferente escolha de gênero em romances diversos (leite, p. ex., é masculino em português, mas feminino em castelhano), mas também dentro de cada romance. (CARDEIRA apud CASTRO, 2011, p. 162)

Já em Maria João Costa (2009) observa-se a seguinte afirmação:

(...) un efecto de la reducción de los casos y de la unificación de todos los nombres y adjetivos en una clase, distinguida solamente por el tipo de vocal final, fue que ya no había distinción formal entre los nombres neutros y los masculinos en el singular (...) Puede ser también que, en la pérdida de este género, haya sido un factor importante la función que originariamente iba asociada al género neutro, es, a saber, la función de expresar lo 'inanimado' (...) (LLOYDE apud COSTA, 2009, p. 74)

As formas femininas opostas às formas masculinas, da maneira que encontramos e utilizamos no dia a dia, não se formaram homoganeamente. Ao contrário, temos registros de oscilação entre elas em um mesmo autor e até mesmo em um único texto.

Como foi dito anteriormente, algumas palavras mudaram de gênero ao longo da evolução da língua, sobretudo nas fases de transição do latim clássico para o vulgar. Posteriormente, isso se verificou na transformação do latim vulgar e sua culminância nas línguas neolatinas, porque “assi como em todas cousas humanas há continua mudança & alteração, assi he também nas lingoagês” (LEÃO, 1606, p. 223).

Sabe-se também que, mesmo entre as línguas cuja origem é idêntica, diversas palavras têm, hoje, gênero distinto.

A inconsistência do gênero gramatical verifica-se igualmente na facilidade com que algumas palavras mudaram de gênero, quer já no próprio latim, quer na sua passagem para o português, quer, dentro da língua portuguesa, através das épocas, e ainda na mesma época, conforme as regiões ou as camadas sociais. (BECHARA, 2003, p.114)

O motivo pelo qual uma palavra oscilou na língua não é único: pode ser por influência de seu antônimo, por influência de outras línguas com as quais manteve contato, por analogia a outra, pela retomada da forma erudita, dentre outras possíveis causas.

Um relevante trabalho sobre a evolução do gênero gramatical em Língua Portuguesa é o de Maria Carmen de Frias e Gouveia, da Universidade de Coimbra, intitulado *A categoria gramatical de gênero do português antigo ao actual*. Nesse trabalho, a pesquisadora trata de diversas palavras e faz referência a vários trabalhos sobre o tema. Em conformidade com outros autores, Gouveia tem como marco a publicação da primeira gramática em língua portuguesa, de Fernão de Oliveira, cujo título é *Grammatica da lingoagem portuguesa*, do ano de 1536, como início de um processo de fixação de muitas expressões.

A seguir trataremos de algumas palavras que mudaram de gênero ou que outrora oscilavam na língua, a partir do estudo da autora acima mencionada.

### 1.3.5 Alguns casos de mudanças de gênero

#### 1.3.5.1 Palavras antes masculinas

hipérbole - hyperbole - Antigamente no masculino.

Isto é tão extranhado na História que melhor soffre hum hypérbole.  
(BARROS, Déc. 3 apud Ali 2001, p.71)

catástrofe - catastrophe

Aquelle catastrophe admirável.  
(VIEIRA, Sermões, 9, 415, apud ALI, 2001, p. 71)

árvore - segundo Gouveia, mesmo após o surgimento da forma no feminino, tempos depois ainda era encontrada no masculino, fixando a partir do século XVI.

dizemos este método, este dote, este paul, este tribo, este nariz, este árvore [...] (LEÃO apud GOUVEIA, 2005, p. 531)

tribo (tribu) – no século XVI usava-se *o tribo*, sem qualquer estranhamento, provavelmente por causa de sua terminação.

Juraram todos os doze tribus de Israel (VIEIRA, Sermões. 2, 120 apud Ali, 2001, p. 70)

Serafim da Silva Neto, em seu *Manual de Gramática Histórica Portuguesa* (1942, p. 91), nos lembra que algumas terminações foram incorporadas ao feminino por não terminarem com morfonemas característicos. Alguns exemplos dessa transição do masculino para o feminino são: *fonte* (< *fonte*), *ponte* (<*ponte*), *côr* (< *colōre*), *dor* (< *dolōre*) e *parede* (< *pariete*).

### 1.3.5.2 Palavras antes femininas

*fim* (*finis*) - em latim tinha gênero ambíguo, passou para o português no feminino e, durante certo período de tempo, coexistiam as formas masculina e feminina. Fixou a partir do século XVI, provavelmente tornou-se masculino por influência dos antônimos *começo* e *princípio*.

Da fim de agosto até a fim de outubro. (BARROS, déc, 2, 6, 1 apud ALI, 2001, p. 71)

*cometa* - Surge como forma masculina mais definitivamente em António Vieira (*Os sermões*), antes era comum surgir na forma feminina:

apareceo no ceo da parte do oriente h a cometa (CASTANHEDA apud GOUVEIA, 2005, p. 531)

apareceo no ar hum grande cometa ... a qual foi vista per todos los d' armada (BARROS apud GOUVEIA, 2005, p. 531)

*planeta* (ou *praneta* no português antigo) - tardou a se fixar, ainda no século XVI encontramos em Gil Vicente a forma no feminino, mas antes era usado oscilando entre os gêneros.

Do védor he necessario / saber a planeta sua. / Sua planeta he a lua (VICENTE apud ALI, 2001, p. 69)

*baralho* (*baralha*) - O exemplo a seguir nos mostra que outrora já foi empregado no feminino.

As cartas não hão de ser de outra baralha, senão as mesmas (VIEIRA, *Sermões*, 261 apud GOUVEIA, 2005, p. 530)



dia (dia) - apesar de ser substantivo masculino desde o século XII (Gouveia, 2005), há registros no feminino em tempos também antigos.

Ficarõ alli atee a dia presente... (Ho Flos apud GOUVEIA, 2005, p. 531)

espinafre (espenafre)

As espenafres sam frias, e humidas (HENRIQUES apud GOUVEIA, 2005, p. 531)

mapa (mappa) - Ressurge no século XVI no mesmo gênero que se apresentava em latim, feminino, e logo após se fixa no masculino.

Na mappa. (PINTO apud ALI, 2001, p. 71)

### 1.3.5.3 Posições do homem e da mulher na sociedade e o gênero

Assim como temos visto ao longo deste trabalho, a formação de algumas palavras ocorreu lentamente, ora oscilando entre um gênero e outro, ora retomando a origem latina até se fixarem nas formas encontradas hoje.

Mesmo tendo a língua se consolidado e ganhado forças em uma dimensão territorial maior e após a criação de gramáticas como a de Fernão de Oliveira, em 1536, ainda assim, no século XVI, encontramos oscilação entre um gênero e outro, “De qualquer modo, a partir deste período começa a haver uma maior proximidade, em relação ao português actual, no que se refere também ao gênero, embora a fixação definitiva seja, em muitos casos, posterior a esse período.” (GOUVEIA, 2005, p. 27)

Fatores sociais sempre contribuíram muito na formação do léxico. No período em que a igreja comandava não apenas a fé, mas também os aspectos políticos e culturais, o vocabulário relacionado a ela cresceu de forma a poder nomear as ações, os objetos utilizados etc., e assim é até os dias atuais em todas as esferas do mundo em que vivemos. O léxico está em constante atualização, ora algumas palavras caem em desuso e outras as substituem ou simplesmente surgem novos significantes para novos significados.

Hoje a mulher ocupa papéis antes destinados apenas aos homens, como cargos militares e políticos, a citar o papel de comandar um país.

Em virtude de a mulher ter hoje acesso a um grande número de ofícios e ocupações que, durante séculos, foram exercidas só por homens, tornou-se necessário formar o feminino de nomes já existentes ou mesmo criar alguns novos. (BOLÉO, 2003, p. 123)

Tendo em vista o novo papel da mulher na sociedade, sobretudo no Ocidente, tornou-se necessária a criação de novos vocábulos para nomear as novas ocupações exercidas pelas mulheres. Em alguns casos, como nos alerta o mestre Bechara, isso “traz certa perplexidade ou dúvida”. (BECHARA, 2002, p. 228)

Alguns nomes eram usados em referência a homens e mulheres; no entanto, com o passar do tempo, em diversas ocupações, foram criadas formas específicas para cada um. Outras palavras designavam apenas ocupações masculinas, haja vista a restrição do papel da mulher na sociedade. Após diversas lutas pelo direito à igualdade dos sexos e as crescentes conquistas da mulher na sociedade, hoje, muitos cargos, antes restritos aos homens, são ocupados indiscriminadamente, gerando muitas vezes a adaptação de palavras do masculino para o feminino.

Há registros de nomes que só existiam no masculino e que atualmente possuem um correspondente no feminino, *infante (m)* e *infanta (f)*, *bacharel (m)* e *bacharela (f)*, *chefe (m)* e *chefa (f)*, *presidente (m)* e *presidenta (f)*.

Não raramente, algumas formas trazem confusão nos empregos atuais, tendo em vista que se tornaram exceções a regras de nossas gramáticas de língua portuguesa, como é caso de *presidenta* e *chefa*.

Os nomes terminados em -e formam substantivos femininos com o acréscimo da desinência -a (*presidente / presidenta*, *mestre / mestra*) ou substantivos uniformes (*estudante* e *pedinte*). Neste caso, vale lembrar, de acordo com as observações de Cunha & Cintra (2008, p. 208) e Leitão (2016, p. 101), que a terminação -nte forma, de maneira quase absoluta, substantivos uniformes (o *estudante / a estudante*). Cabe mencionar ainda *chefe / chefa*: neste caso, a troca do e pelo a pode caracterizar uso pejorativo, depreciativo do substantivo, uma *chefa* seria uma pessoa ruim, implacável. No entanto, com o uso frequente, pode ser que, em um futuro não muito distante, o uso de palavras cujo emprego é depreciativo seja firmado em nossa língua.

Nos últimos tempos têm surgido numerosas formas femininas, que a língua de épocas não distantes conhecia, - e que são como que o reflexo filológico do processo masculinístico da mulher, - hoje em franco acesso a carreiras liberais, donde outrora era sistematicamente excluída (...) Essa feminização apresenta às vezes dificuldades. Brunot achava horrível em francês uma forma como *chefesse*. Também, por agora, ao menos em português chefe seria igualmente horrível: - o que não significa que tal forma venha a aparecer um dia, possivelmente breve, pois que uma vez feita pela mulher, à face dos costumes e do código, a conquista de uma regalia, ela tem logo a repercussão na língua – espelho da alma dos povos e de todas as manifestações do progresso humano. (CORREIA apud BECHARA 2002, p. 229-230)

Em artigo incluído no volume 4 de *Na Ponta da Língua*, cujo título é “Poetisa ou Poeta”, Bechara trata justamente desses empregos femininos que geram certa mudança e estranhamento na língua.

O próprio título nos instiga a pensar em determinados usos de substantivos. Em alguns casos, o autor nos adverte de que se trata também de uma questão estilística, como no caso do poema *Motivo*, de Cecília Meireles, em que a autora rima *existe* com *triste* e *completa* com *poeta*: *Eu canto porque o instante existe/ e a minha vida está completa./ Não sou alegre nem sou triste;/ sou poeta.* (MEIRELES, 1983, p. 81)

Para além do uso estilístico, Bechara nos adverte que há também certa divisão entre algumas formas. No caso de poeta e poetisa, há quem diga que a forma poetisa se caracteriza como uso pejorativo e há, por outro lado, quem discorde. O fato é que no uso geral a forma masculina dos substantivos marca a espécie, ao passo que o feminino especifica. Mais uma vez, Bechara utiliza um poema de Cecília Meireles para exemplificar: *Pastora de nuvens, fui posta a serviço/ por uma campina tão descampada/ que não principia nem também termina/ e onde nunca é noite e nunca madrugada. / (Pastores da terra, vós tendes sossego,/ que olhais para o sol e encontrais direção./ Sabeis quando é tarde, sabeis quando é cedo./ Eu não)* (Ibid., 231).

Em estudo recente, Maria C. de Frias e Gouveia (2005) relembra obras mais remotas de nossa língua portuguesa, como a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, e *Apólogos Dialogais*, de D. Francisco Manuel de Melo. Nesses títulos, encontramos registros bem distintos e impensáveis nos dias de hoje. Apesar de já existirem femininos consagrados como *irmã*, por exemplo, encontram-se nas obras mencionadas por Gouveia palavras como: *cidadea*, *capitoa*, *viloa*, *rascoa* e *aldeoa*. Aliás, o próprio Fernão de Oliveira não aceita os femininos

supracitados e mais adiante aplica outras terminações para casos que deveriam ser iguais, pelo fato de não serem palavras usuais na linguagem da época.

Estes nomes, eu não os pronunciaria nesta forma, cidadoa, capitoa, viloa, rascoa e aldeoa, mas pronunciá-los-ia assim: aldeã, vilã e cidadã. Verdade é que rascã nem capitã não são mui usados; e contudo zaboa e padoa e quaisquer que o costume consentir [...] (OLIVEIRA, 1536, cap. XXVII)

#### 1.3.5.4 Algumas palavras outrora de gênero uniforme ou que oscilavam entre um gênero e outro

As palavras cuja terminação recaía em *-or*, *-ol*, *-nte*, *-ês* eram uniformes quanto ao gênero e tardaram a se fixar na língua. Dizia-se, segundo Serafim Silva Neto: *mia senhor*, *mulher espanhol*, *a inffante*, *a nossa língua português*. Mais tarde, aos poucos, vieram a formar feminino com o acréscimo do morfema gramatical *-a*.

##### Palavras em *-or*

Diversos estudos apontam para a existência, desde cedo, do feminino em *-ora*; no entanto, podemos constatar as formas *mia senhor* e *mia senhora*, ou seja, havia variação e até mesmo em um único autor. E, segundo Ivo Castro, há indício de que a forma *senhora*, por ser a primeira com adição do *-a* final, tenha influenciado na adjunção da desinência *-a* nos demais substantivos e adjetivos outrora uniformes terminados em *-or*.

Maria Carmem de Frias e Gouveia (2005) atenta para o fato de que cada vez mais era frequente o uso em *-ora*, apesar de ainda haver, no século XVI e XVII, registros da forma “gente perturbador”. Nos casos cuja terminação recaía em *-or*, a marcação de gênero se fazia por meio dos adjuntos.

Vale lembrar que, no que diz respeito aos adjetivos, alguns conservam ainda o gênero uniforme: os terminados em *-or* (como em *melhor e pior*, *maior e menor*) não passaram para o feminino em *-ora*.

Mattoso Câmara diz que a tendência para a adjunção da desinência *-a* se fixou, como regra geral, a partir do português clássico nos nomes derivados

pelos sufixos *-(d / t) or* e *-ês* susceptíveis de emprego como substantivo e adjetivo. (CASTRO, 2011, p. 163)

Para além das formas em *-ora*, Gouveia encontra registros também de formas em *-eira*.

as quais todas são solteiras e mui grandes músicas, bailadoras e volteadoras (*Livro em que se dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, p. 107, apud GOUVEIA, 2005, p. 529)

mulheres cantadeiras (BARROS, *Décadas*, apud GOUVEIA, 2005, p. 529)

Cantiga d'Amor de Afonso X, o Sábio

Par Deus, senhor  
Enquant' eu ffor  
De vós tam alongado

Nunc(a) em mayor,  
Nen entam coyado  
Foy eno mundo  
Por sa senhor  
Homen que fosse nado,  
Penado, penado (...)

(NUNES, *Cantigas d' Amor* apud SPINA, 2011, p.113)

No caso a seguir, há quem atribua a forma feminina como intuito do autor de rimar com *agora*.

A pastor bem talhada  
Ai santa Maria,  
que será de min agora?  
E o papagai dizia:

Bem, por quat'eu sei, senhora. (D. DINIS apud Revista Diacritica, p. 78)

(...) ficou ha rrainha por rregedor e governador do reino (...) (D.

FERNANDO, *Crônica* apud Revista Diacrítica, p. 79)

Caso de alternância entre as formas nas obras *Barca da Glória* e *Auto da Alma*, respectivamente, de Gil Vicente, século XVI.

Oh ánima pecador (VICENTE, *Barca da Glória*, apud COSTA, 2009 p. 79)

Vós sois Senhora

Imperadora

(VICENTE, *Auto da Alma*, apud COSTA, 2009, p. 79)

Palavras em *-ol*

Assim como as palavras em *-or*, esta terminação tardou a se fixar. Ainda no século XVI, encontramos registros com terminação em *-ol* na designação de feminino.

Nas pesquisas feitas, não foram encontrados exemplos além de *a boa gente espanhol*. Tanto Gouveia como Costa utilizam apenas o mesmo exemplo.

Palavras em *-nte*

Gouveia atenta para o fato de que Caldas Aulete, Artur Bivar e Cândido de Figueiredo ainda admitem *infante* para o feminino e masculino, assim como em tempos antigos, apesar de a forma mais usual ser *infanta* na designação do feminino em português atual.

Dos anais de D. João III, de Frei Luís de Souza  
Morte del-rei D. Manuel. Sucessão do príncipe D. João. Solenidade com  
que foi levantado e jurado por rei.  
Foi este ano de 1521 rico e próspero de festas com o casamento da  
infante D. Beatriz; mas tão pobre e estéril dos frutos da terra, não só em  
Portugal mas por toda a toda Espanha e até em África, que deu manifesto  
e triste agouro da infelicidade em que havia de acabar. (...) (SOUSA,  
Anais de D. João III apud Spina, 2011, p. 332)

Porque vai ãa princesa  
alta infante portuguesa  
(VICENTE, *Cortes de Júpter* apud COSTA, 2009, p. 81)

Assim como em outros exemplos, havia também a forma análoga no feminino, porém não havia uma consolidação pela forma a ser empregada. Encontra-se, ao lado de "da infante", "a polícia/ Portuguesa" (*Os Lusíadas*, VII, 72), além de outras impensáveis nos dias de hoje, como: *comediante*, *farsanta*, *giganta*, etc. (apud Gouveia, 2005, 529).

Para o caso específico de *infante*, a forma no feminino só se generalizou no século XVI: *infantem* > *infante* > *infanta*.

Huma comediante (VIEIRA, *Cartas*, 2, 180 apud Gouveia, 2005, p. 529)

Gracejando com as farsantes (BERNARDES, *Nova Floresta*, apud Gouveia, 2005, p. 529)

Esta gigante era rica

(BARROS, *Crônica do Imperador Clarimundo*, apud Gouveia, 2005, p. 529)

Para contemplar um exemplo na esfera animal, foi encontrado um caso de substantivo epiceno.

a elifante fêmea trage per dous (...) que o elifante he hua animália (ORTO, livro 3. cap. 11 apud Costa, 2009, p. 81)

#### Palavras em -ês

Palavras com esta terminação foram as que mais tardaram a se fixar. Ainda no século XVIII, encontramos registros da forma em -es no uso de feminino, no entanto, já no século XIII, nas cantigas de Santa Maria, encontra-se o feminino análogo, "Dua burguesa nobre/ cortesã" (Huber, 1986: 169).

O trabalho de Maria Carmem de Frias e Gouveia (2005) registra casos até mesmo no século XVIII. Contudo, exemplos como o de Cruz e Silva podem ser entendidos como um recurso estilístico, tendo o autor a intenção de retomar formas da língua de outros tempos para enriquecer sua escrita.

e outras moedas franceses (D. FERNANDO, cap. XLVIII apud COSTA, 2009, p. 80)

porque vai ãa princesa  
alta infante portuguesa

(VICENTE, *Cortes de Júpter* apud COSTA, 2009, p. 81)

a nossa português casta linguagem

(CRUZ e SILVA, *Hyssope*, V apud GOUVEIA, 2005, p. 528)

## 2 SÉCULO DE TRANSFORMAÇÕES

O século XVI é representativo para a história da língua portuguesa em muitos aspectos. Aliás, é uma época de grandes transformações no cenário mundial. As mudanças econômico-sociais que aconteciam na Europa foram precedidas e acompanhadas pelo movimento que seria, mais adiante, chamado de Renascimento.

O período compreendido entre os séculos XIV e XVI foi caracterizado por movimentos de ruptura com os valores da Idade Média, como o teocentrismo, e pela retomada de modelos greco-romanos, inclusive na arte e no pensamento linguístico. A ideologia renascentista foi pautada na valorização do ser humano, que passou a ser o centro das atenções, em oposição ao teocentrismo da Idade Média; na mudança de valores em relação à vida, a qual induz as pessoas a buscar novos interesses como a arte, a literatura, a filosofia; na valorização da razão e da natureza – o que marcou o início do racionalismo renascentista e permitiu grandes avanços em alguns ramos da ciência. Por esses valores, os pensadores e escritores do Renascimento eram conhecidos como humanistas.

Ao mesmo tempo em que Portugal conquistava terras e impunha seu idioma fora do domínio continental, as relações entre os países europeus também se estreitavam e, assim, nossos colonizadores recebiam influências como os ideais renascentistas. Diversas palavras se incorporavam ao léxico: por um lado, assimilavam-se latinismos e italianismos decorrentes do influxo renascentista; por outro, devido às conquistas e ao contato com outras culturas, adotavam-se africanismos e asiaticismos de diferentes regiões do crescente Império Português. Principalmente na forma falada, o português passou, aos poucos, a ganhar força e competir em igualdade com o espanhol.

O Renascimento desencadeou o gosto pelas artes de uma maneira geral. O movimento pensava mais no homem e em como ele pode agir sobre as coisas do mundo: Deus não era mais o centro de todos os pensamentos. A partir daí, surgem mais estudos e, sobretudo, incentivos para a literatura, pesquisas científicas, entre outras áreas. As universidades ganhavam força e certa popularidade; as línguas vernáculas são, então, objeto de estudo dentro dos centros escolares, o que



criou condições propícias para o surgimento das primeiras gramáticas e dicionários em língua portuguesa.

## 2.1 Os primeiros gramáticos

A partir da necessidade de interação entre outros povos, por interesses econômicos e culturais, o Renascimento despertou também certa ânsia pela busca de novos conhecimentos, assim como, por outro lado, a retomada de valores passados, principalmente no campo da linguagem. Conseqüentemente, as produções de obras referentes aos idiomas, sobretudo oriundos das línguas neolatinas, tornaram-se mais frequentes. Nesse período, surgiram os primeiros dicionários de línguas modernas, os quais eram bilíngues e até multilíngues, além das primeiras gramáticas, entre outras obras referentes aos novos idiomas.

Quando o homem renascentista começou a ampliar os seus horizontes culturais abandonando de vez a sua reclusão medieval dentro da sua própria cultura, descobriu a necessidade de ampliar línguas, evidentemente as línguas mais faladas na época (século XVI). (BIDERMAN, 1984. p. 2)

Pode-se afirmar então que o Renascimento foi responsável pela transformação linguística no século XVI. Ao mesmo tempo em que havia certa modernização da língua, devido ao contato com as novas culturas, buscava-se retomar os valores da Antiguidade, por meio da tradução de textos clássicos e incorporação de alguns aspectos de tradição. Segundo afirma José Pereira da Silva:

Não há dúvida, portanto, em que as transformações por que passou a língua portuguesa nessa época estão ligadas à grande revolução social, econômica, artística e literária que se conhece sob a denominação de *Renascimento*. Ao lado da admiração pela antiguidade clássica greco-latina, que levou os escritores do Renascimento à tradução, à imitação e à assimilação dos Antigos, Portugal abriu as portas do mundo moderno com o descobrimento da Índia, contornando o continente africano, colocando assim o homem em contato com novos mundos, novos povos e novas línguas. (SILVA, 2008, p. 63)

Vivia-se uma época de grande contato intercultural, sobretudo nas cortes e nos grandes centros; e, a partir disso, a busca de pessoas bem instruídas

intelectualmente para que pudessem educar os filhos dos nobres era uma prática que se tornava cada vez mais comum. A contratação de preceptores de outras nacionalidades pelos reis e rainhas marcava não apenas o gosto pelos estudos clássicos, como também a presença de intelectuais estrangeiros e portugueses nas universidades. Tal fato favoreceu também o surgimento das primeiras gramáticas em português, devido ao interesse pelas línguas antigas.

Segundo Serafim da Silva Neto (1979, p. 30), a “rapidez ou a lentidão das transformações depende da estrutura da sociedade”, ou seja, quanto mais evoluído for esse grupamento sob o ponto de vista social e cultural, maiores serão suas mudanças linguísticas. Afinal de contas, quanto maior a relação entre os falantes de uma determinada comunidade linguística, bem como a interação com outros falantes, maiores e mais profundas serão as alterações. No entanto, as mudanças podem ser decorrentes de dois eixos opostos, mas que são complementares: imitação costume e imitação moda <sup>16</sup>.

Imitação costume pode ser resumida na maneira como se dá a interação entre outras culturas: o nível de isolamento, dentre outros fatores, irá influenciar diretamente no comportamento linguístico mais conservador ou inovador dos usuários. Por outro lado, imitação moda está intimamente ligada ao oposto: quanto menos isolada e mais intercultural, mais inovadora será a língua.

## 2.2 O pioneiro Fernão de Oliveira

A criação de obras em línguas vernáculas é, antes de tudo, uma maneira de autoafirmação. Apesar de estas produções apresentarem terminologias próprias, fazem parte, em primeiro lugar, de uma continuidade linguística, conjugando aspectos característicos do homem renascentista, os quais podem ser resumidos por: inovação e tradição. Correlacionam-se aqui com os termos empregados por Silva Neto e já abordados neste trabalho: inovação costume, como referência à

---

<sup>16</sup> Segundo Serafim da Silva Neto, os termos estão presentes em Jean Gabriel de Tarde *Les lois d'imitation*, 1890.

tradição gramatical desde os gregos, e inovação moda, representada pelas modificações seiscentistas.

Não se trata, portanto, no Renascimento, de tentar reviver e admirar passiva e acriticamente o passado clássico. Trata-se, principalmente, de revestir esse legado numa arte nova. Assim, se alguns, intransigentemente, se agarram à velha tradição humanística, e defendem à ponta de espada a primazia do latim, nós vemos que essa defesa é vã, e que, à partida, a causa está perdida. (BUESCU, 1978, p. 13)

Na mesma linha do cenário transgressor do século XVI, surge o primeiro autor de uma gramática portuguesa. Fernão de Oliveira<sup>17</sup> nasce em 1507, em Aveiro, Portugal, data que estudiosos estabelecem sem qualquer desacordo. Já sobre sua morte, segundo apontam alguns estudos, não há informações muito precisas, devido à sua vida conturbada; contudo, estima-se que seu falecimento tenha ocorrido entre os anos de 1580 e 1582, também em Aveiro.

Sua vida daria, de acordo com seu primeiro grande biógrafo, Henrique Lopes de Mendonça, apud Franco (2012, p. 213), “matéria para a construção de um apaixonante romance de aventuras” – ou, como enunciaria Franco em uma comparação mais contemporânea: “de quem hoje diríamos que daria um grande filme de ação”.

Filho de Heitor de Oliveira, um juiz de órfãos, aos treze anos entra como noviço para o convento dos Dominicanos, em Évora e, em 1532, aos vinte e cinco anos, afasta-se do mesmo e vai se refugiar na Espanha. A partir de então, passa por momentos difíceis: como passagens por prisões em Portugal e na África; o abandono dos próprios amigos, por conta de seu temperamento, e perseguições dos antigos companheiros dominicanos.

Sua obra mais memorável é, sem dúvida, a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*<sup>18</sup>, publicada no ano de 1536. Nela, Oliveira inicia não apenas a tradição gramatical dos portugueses, como também trabalha para a continuidade da afirmação deles diante das novas portas que se abriam para Portugal e daquelas

<sup>17</sup> Modernamente, o primeiro nome passa a ser grafado, ainda em vida, Fernando de Oliveira, fato este indicador da abertura do autor em relação aos processos evolutivos linguísticos e culturais. (TEYSSIER, 1959 apud FRANCO, SILVESTRE, 2012, p. 9).

<sup>18</sup> “A primeira edição é um volume de formato médio que consta de trinta e oito folhas não numeradas. O exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa tem-nas, porém, numeradas a lápis, encontrando-se distribuídas da seguinte forma: uma de frontispício; duas de dedicatória; setenta e duas de texto e uma de fecho [...]” (ABAURRE, 2009, 20) Em anexo, reproduzimos as duas partes pré-textuais acima citadas.

que a jovem nação abria para o mundo. O pioneiro gramático português reunia muitos atributos, dentre eles os de:

[...] estudioso e de aventureiro, de professor e de cientista, de piloto e de construtor naval, de agricultor e de pároco de aldeia, de conselheiro e de espião, como de frade e de padre (que nunca deixou de ser), simbolizando a multiplicidade de vivências e de possibilidades que um homem do renascimento [...]. (FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 7)

Os múltiplos adjetivos, qualidades de um homem que estava à frente de seu tempo, refletiram-se, como não poderia deixar de ser, nas suas produções. Oliveira enxergava na língua portuguesa um potencial renovador contínuo; para ele, esta deveria retratar a nação que se afirmava e não se espelhar no caráter utopicamente engessado das gramáticas latinas.

Assim, o gramático abre caminhos para que a língua de seu povo seja, em certa medida, emancipada de suas origens, fazendo com que sejam percebidos nela aspectos próprios. Por outro lado, também busca provar que qualquer idioma passa por processos de transformação, inclusive o latim e o grego, “porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens”. (OLIVEIRA, cap. III)

### 2.3 O ilustrado João de Barros

Com intervalo de apenas quatro anos, João de Barros traz a lume, em 1540, a *Grammatica da lingua portuguesa*.

Nascido em 1496, natural de Vila Verde, filho ilegítimo do fidalgo Lopo de Barros e de mãe desconhecida, Barros teve uma educação privilegiada no paço real e desfrutou das aulas oferecidas aos fidalgos. O convívio com os nobres foi estabelecido antes da morte de seu pai, que o confiou aos cuidados do mordomo-mor do rei. A educação palaciana permitiu que o futuro gramático tivesse acesso aos mais variados assuntos por intermédio de ótimos mestres, os quais contemplavam o ensino de línguas, matemática, danças, entre outras artes.

Cronologicamente mais bem estabelecida e mais sólida, diferente de seu precursor, Fernão de Oliveira, Barros fixa sua história em Portugal sem deixá-la marcada por episódios conturbados.

Construiu uma família com a fidalga Maria de Almeida, com quem casou, em 1522, e teve dez filhos. Acumulou importantes cargos públicos como o de governador e tesoureiro e, o mais longo de todos, Feitor da Casa da Índia, entre os anos de 1532 e 1567.

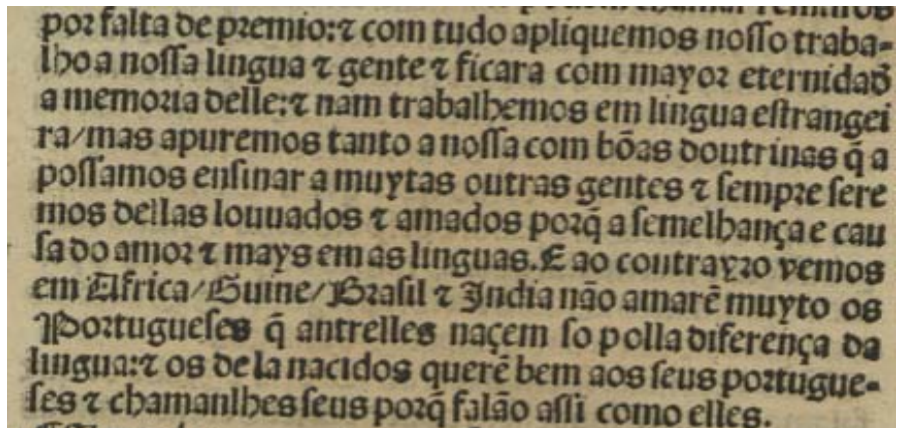
Buescu (1978, p. 57), valendo-se das informações de Severim de Faria, biógrafo de Barros, relaciona o cargo de Feitor da Casa da Índia ao grande conhecimento do gramático sobre assuntos do Oriente e da África. Mesmo sem ter viajado para estes lugares, como era de costume entre seus conterrâneos historiadores, o conhecimento de João de Barros era vastíssimo devido aos trinta e cinco anos em que esteve na função. Durante esse tempo, ele teve acesso a diversos tipos de documentos: relatórios de viagens, diários de bordo, depoimentos de marinheiros e soldados, dentre outros, e isso foi decisivo para que tratasse com propriedade de assuntos geográficos e linguísticos.

Sua *Gramatica* tem valor didático e prescritivo, com relevantes inovações para o estudo da língua portuguesa. No que se refere ao estabelecimento de algumas regras ortográficas, Barros trata de tentar padronizar, por exemplo, as semivogais *i* e *u* / *j* e *w*. Quanto à categorização dos vocábulos, Barros acrescenta, a partir dos gramáticos latinos, a classe dos artigos e ainda não faz a separação formal entre nome substantivo e nome adjetivo, o que só vem a acontecer no século XVIII.

Tanto Fernão de Oliveira quanto João de Barros estabelecem marcos de alta relevância nos estudos sobre o português. O primeiro, por ser o pioneiro (embora ele mesmo, por decoro e modéstia, diga que são apenas as primeiras anotações); e o segundo, por imprimir à sua obra caráter mais didático e prescritivo.

### 3 GRAMMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA – FERNÃO DE OLIVEIRA

A partir da publicação da primeira obra metalinguística<sup>19</sup> portuguesa, registra-se também o retrato de uma época fortemente marcada pelo sentimento nacionalista. Trata-se de “uma gramática de afirmação de um Portugal Moderno, guiado pelo ideário da expansão universalizante” (FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 11), o qual é evidenciado por Oliveira em diversas passagens, a citar pelo trecho a seguir.



(OLIVEIRA, 1536, Capítulo 5, sem numeração de página)

E contudo apliquemos nosso trabalho à nossa língua e gente, e ficará com maior eternidade a memória dele. E não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes, e sempre seremos delas louvados e amados, porque a semelhança é causa do amor, e mais em as línguas. E ao contrário vemos em África, Guiné, Brasil e Índia não amarem muito os portugueses que entr’eles nascem só pola diferença da língua; e os de lá nascidos querem bem aos portugueses e chamam-lhes seus porque falam assi como eles. (FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 63)<sup>20</sup>

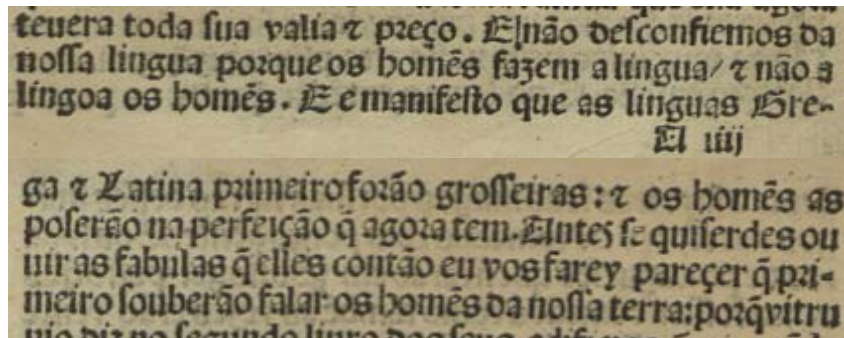
Para exaltar a língua, o autor se valeu de dois artifícios principais: um pedagógico e outro histórico. O primeiro deles visava a deixar a obra com transparência, para que fosse mais bem entendida por quem vivia em Portugal e por

<sup>19</sup> No século XIV foi escrita uma gramática em português, no entanto era uma tradução latina e não reflexões sobre o próprio idioma. Tratava-se pela primeira vez do “aportuguesamento sistemático de toda a terminologia gramatical” (VERDELHO, 1995, p. 45).

<sup>20</sup> Nas citações de trechos da gramática, optei por utilizar um recorte da obra original para proporcionar um contato mais direto com a escrita do século XVI; contudo, decidi também atualizar a grafia para facilitar a leitura e até mesmo comparações para estudos futuros.

quem distante dele estivesse. O segundo era a afirmação da história lusitana diante das demais nações com o intuito de, sobretudo, registrá-la para a posteridade, outra preocupação recorrente do autor.

Oliveira admite, muito sabiamente, que a língua é um bem próprio da humanidade e, sendo assim, está em constante evolução. Justamente pelo seu caráter humanístico, ou seja, por estar em constante mudança, que se torna algo imperfeito<sup>21</sup>, inacabado, uma vez que sempre haverá necessidade de renovação, conforme podemos ver no fragmento abaixo.



(OLIVEIRA, 1536, Capítulo 4, sem numeração de página)

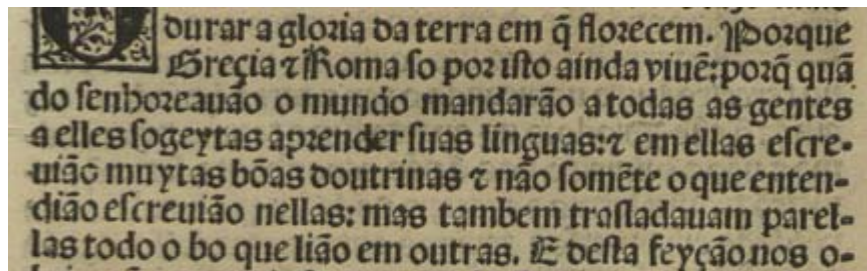
E não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens. E é manifesto que as línguas grega e latina primeiro foram grosseiras, e os homens as puseram na perfeição que agora têm. Antes se quiserdes ouvir as fábulas que eles contam eu vos farei parecer que primeiro souberam falar os homens da nossa terra (...). (FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 13)

Pelo fato de a obra oliveiriana fazer parte do período renascentista, duas vertentes perpassam sua escritura: a valorização das línguas grega e latina e o desejo de afastar o vernáculo delas. A primeira das duas características é uma maneira de reverenciar o clássico, o erudito; por outro lado, para comprovar a autonomia do português e afirmá-lo diante do mundo e demais vernáculos, Oliveira vê a necessidade de apresentar seu idioma de forma independente, com capacidade de representar qualquer manifestação de seu povo. Neste sentido, o gramático

<sup>21</sup> Há nesta passagem, aparentemente, uma contradição de Fernão de Oliveira. Segundo o autor assinala no capítulo 4, a língua está sempre em processo de renovação, sendo, portanto, considerado “imperfeito” qualquer estágio evolutivo que ela apresente. Todavia, como se viu no trecho transcrito, o gramático admite que idiomas “grosseiros”, como o grego e o latim, podem alcançar a “perfeição” por força de seu uso pelos homens. Por outro lado, o autor poderia ter feito referência ao aspecto de completude ou incompletude do perfectum e do infectum do latim.

pioneiro demonstra interesse em se afastar dos modelos, ao menos das nomenclaturas, já estabelecidos por aquelas línguas<sup>22</sup>.

A consciência que Oliveira tem da força da língua diante da sociedade é, para muitos, um fator surpreendente. O gramático português reconhece, inclusive, a grandiosidade do latim e do grego mediante a imposição de suas culturas e, sobretudo, o valor dos registros escritos como afirmação de uma sociedade e como documentação histórica:



(OLIVEIRA, 1536, cap. IV, sem numeração de página)

Porque Grécia e Roma só por isso ainda vivem, porque quando senhoreavam o mundo mandaram a todas as gentes e eles sujeitas aprender suas línguas, e em nelas escreviam muitas boas doutrinas; e não somente o que entendiam escreviam nela, mas também trasladavam par'elas todo o bom que liam em outras. (FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 57).

### 3.1 As declinações naturais e as declinações voluntárias

A leitura integral da obra de Fernão de Oliveira pode sugerir que essa inquietude recorrente do autor, tratando de ressaltar a grandiosidade das línguas clássicas, sem deixar de exaltar o novo idioma como instrumento de identidade nacional, concorra para a acentuada tendência metalinguística do texto e a falta de uma demarcação mais rigorosa e específica dos conceitos e categorias gramaticais por ele estudados. No entanto, cabe advertir desde já que a *Grammatica da lingoagem portuguesa* era ainda a “primeira anotação” que o autor fazia da língua, visto que, conforme ele próprio assinala no penúltimo capítulo, tinha já começado

<sup>22</sup> Abaurre (et al orgs. 2009, p. 14) chama atenção para o fato de esse processo de diferenciação entre o latim e o português aconteceu ‘paulatinamente’.



um trabalho em que “particularmente e com mais comprimento” falaria da construção e composição da língua.

Isso talvez nos explique por que a categoria de gênero não aparece circunscrita a apenas um capítulo da *Grammatica*, mas sim comentada nas passagens em que autor trata das analogias, das declinações naturais, do artigo e dos nomes, enunciadas, sobretudo, do capítulo XLI ao XLIV. Quando desenvolve esses comentários, Oliveira reitera sua fidelidade ao preceito renascentista de retomada das contribuições prestadas pelos mestres latinos à descrição dos fatos linguísticos, inserindo a categoria de gênero no contraponto entre os processos de flexão e derivação que o gramático Marco Terêncio Varrão (116 a. C. – 27 a. C.) logrou estabelecer, lição que haveria de subsidiar, inclusive, os estudos de Joaquim Mattoso Câmara sobre o tema.

Varrão insere explicitamente a categoria de gênero no processo de *derivatio naturalis*, como indicação de modalidade específica de uma dada palavra, fato inteiramente diverso da *derivatio voluntaria*, por meio da qual se criam novas palavras no idioma. Na concepção do autor latino, as declinações voluntárias são aquelas que o falante realiza à sua vontade, “tirando uma voz doutra”<sup>23</sup>. Conforme explicitou Mattoso Câmara na segunda metade do século XX, o adjetivo neste segundo caso destina-se a “esclarecer o caráter fortuito e desconexo do processo”, pois os termos derivados “não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico<sup>24</sup>” (isto é, uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para outro congêneres: *cantar* > *cantarolar* x *falar* > Ø / *gritar* > Ø).

Se, segundo a observação de Câmara Jr., os morfemas gramaticais de **derivação** não constituem um quadro regular, coerente e preciso, na **flexão**, por sua vez, há obrigatoriedade e sistematização lógica. Advém daí o emprego do adjetivo *naturalis* no termo de Varrão: ela é imposta pela própria natureza da frase, que “nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na 1ª pessoa do pretérito imperfeito<sup>25</sup>”. Já a *derivativo voluntaria* pressupõe a possibilidade de opção ao

<sup>23</sup> VARRÃO, M. T. *De Lingua Latina ad M. Tullium Ciceronem*, VIII, 3 (apud OLIVEIRA, obra citada, cap. XLI, p. 157).

<sup>24</sup> CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 44 ed. Petrópolis, Vozes, 2011, p. 81.

<sup>25</sup> CÂMARA JÚNIOR, obra citada, p. 81.

falante, que pode usar ou não o termo criado, fator que sugeriu a Varrão o adjetivo da expressão.

Ressalte-se, porém, que mesmo sendo a flexão um processo mais fechado e sistemático, é possível uma pequena margem de discrepância em relação aos paradigmas coesos em que se articulam os morfemas flexionais. Isso se manifesta, por exemplo, no emprego de alguns sufixos para a formação do feminino de certos nomes da língua (*ator* > *atriz* / *galo* > *galinha* / *pigmeu* > *pigmeia*). De maneira análoga, observa-se também que, não obstante o caráter “aberto” da declinação voluntária, pode-se tentar estabelecer alguns paradigmas gramaticais neste processo, em particular para a determinação do gênero dos novos vocábulos criados, conforme o morfema derivacional utilizado. Esse será um dos procedimentos adotados por Oliveira em sua obra, quando trata das terminações dos nomes femininos e masculinos, conforme veremos a seguir.

### 3.2 As exceções das declinações naturais e as regras dos primitivos e derivados

No capítulo XLII da *Grammatica*, o autor enuncia textualmente que as declinações naturais, aquelas que “parecem ser mais próprias e consoantes à natureza da língua”, são mais sujeitas às regras e leis que o bom costume impõe, não obedecendo à vontade particular de cada um, mas ao comum parecer de todos. No entanto, o autor reconhece que a gramática também padece suas exceções, “ainda que não tão bastas”<sup>26</sup>, para os paradigmas presentes no processo de flexão. Em contrapartida ele também é capaz de identificar certas regras gerais para os casos de derivação.

A partir desse princípio, o autor diz ser, por exemplo, um padrão que, no caso dos derivados, os nomes verbais femininos acabem todos em *-ão* (a *lição*, a *oração*). Observa-se aqui que o sufixo *-ção*, do latim *-tione* (= ato, ação), cria substantivos deverbais femininos (em regra), como *criação*, *perdição* e *punição*, além daqueles mencionados por Oliveira, ou seja, provavelmente, o gramático tinha a pretensão de

<sup>26</sup> OLIVEIRA, obra citada, cap. XLII.

fazer referência ao sufixo *-ção* e não ao sufixo *-ão*, pois este não forma, precipuamente, palavras femininas. Notamos, ainda, que, em alguns casos, *-ão* forma vocábulos masculinos a partir de femininos, sobretudo na indicação de aumentativo, com em: *faca (facão)*, *casa (casarão)* e *voz (vozeirão)*. Por sua vez, segundo o gramático, é também regra que os nomes verbais masculinos exibam a terminação *-or* (o *regedor*, o *governador*), que os diminutivos (aplicáveis aos dois gêneros) acabem em *-inho* ou *-inha* (o *moçinho*, a *moçinha*) e os aumentativos terminem em *-as* ou *-ão*. Incluindo os advérbios na declinação natural, o autor observa que os derivados, em sua maioria, se formam com acréscimo de *-mente* (*compridamente*, *abastadamente*), advertindo ainda que em quase todos eles o sufixo denota qualidade.

Quadro 4 – Padrões de gênero de alguns grupos de termos derivados (OLIVEIRA, cap. XLII)

<b>Terminação</b>	<b>Gênero padrão</b>	<b>Exemplos</b>
<i>-ão</i>	feminino	<i>lição</i>
<i>-or</i>	masculino	<i>governador</i>
<i>-inho / -inha</i>	masculino / feminino	<i>moçinho / moçinha</i>
<i>-mente</i>	∅	<i>abastadamente</i>

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

A descrição feita pelo autor em sua obra pioneira poderia ser estendida a outros grupos de vocábulos derivados da língua portuguesa, cabendo até eventuais analogias com alguns idiomas neolatinos. Um exemplo bastante conhecido é o morfema derivacional *-agem*, formador de nomes femininos (a *paisagem*, a *personagem*<sup>27</sup>), no português contemporâneo<sup>28</sup>, cujo correspondente em espanhol, o sufixo *-aje*, cria, invariavelmente, substantivos masculinos (*el paisaje*, *el personaje*), assim como a forma equivalente no francês, a terminação *-age* (*le visage*, *le*

<sup>27</sup> Abstraia-se aqui o fato citado por LEITÃO (2016, p. 63), de que no português atual se impôs para esta palavra o uso comum de dois, com anteposição dos dois artigos, conforme o gênero sexo do referente: *a personagem* (para figura feminina) x *o personagem* (para papel masculino).

<sup>28</sup> Diversos filólogos lusitanos assinalam que os nomes terminados em *-agem* eram, do século XIV ao XVIII, geralmente masculinos, conforme ilustram os casos de *pagem* (grafia antiga e hoje incorreta do substantivo *pajem*) e *selvagem* (na língua atual, um exemplo de vocábulo comum de dois gêneros). Ver, a respeito: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda., [s/d], Volume XII, p. 278 [verbetes *gênero*, subseção *gramatical*].

*voyage*), ainda que esta registre cinco exceções no feminino (*cage, image, page, plage, rage*).

Observe-se que, mais uma vez, mesmo dentro de um paradigma razoavelmente coeso de associações entre gêneros e terminações, padece a língua de exceções, como enuncia Oliveira em sua obra. Na passagem em que o autor trata da declinação dos nomes em gêneros e números, no capítulo XLIV, ele volta a ilustrar esse fenômeno, deixando claro que não se pode dar regra universal à correspondência das letras *a* e *o* com o feminino e o masculino, respectivamente. Para tanto, cita o caso das formas pronominais *isto, isso* e *aquilo*, que, mesmo terminados em *o*, “não são masculinos, mas são de gênero indeterminado, não neutro como o dos latinos”<sup>29</sup>.

Na mesma passagem, o gramático do século XVI acrescenta inúmeras outras correlações de gênero com letras, registrando que os nomes terminados em *i* e *u* se inclinam a masculinos (o *guadameçi, o peru*), assim como os acabados em ditongo sem consoante (o *birimbao, o breu*). Sobre as consoantes de qualquer outra feição, Oliveira diz que, apesar de “duvidosas”, também tendem a optar por um gênero determinado: as palavras terminadas em *al, el, il, ol* e aquelas acabadas em *ar, er, or* (seja com  $\omega$  grande, seja com  $\omega$  pequeno) costumam ser masculinas (o *cabeçal, o papel, o barril, o rol; o lugar, o alcácer, o suor [suwr]*), embora alguns termos com  $\omega$  pequeno sejam femininos (a *cor, a dor, a flor*).

Ele cita ainda outros casos, como os nomes em *az, ez* (tanto aqueles com  $\varepsilon$  pequeno como os com  $\varepsilon$  grande), *oz* e *uz*, majoritariamente masculinos (o *rapaz, o enxadrez, o pez, o arroz, o alcatruz*), além das vogais nasais *ã, im* e *um*, que podem marcar femininos (a *lã*) ou masculinos (o *jardim, o jejum*). No caso específico da terminação *em*, o gênero pode oscilar, com exemplos no masculino (o *almazem, o desdem*) e outros no feminino (a *linguagem, a linhagem*); além disso, o autor registra a existência de três exemplos de gênero indeterminado: as formas pronominais *alguem, ninguém* e *quem*. Apresento abaixo um quadro resumido das anotações formuladas pelo gramático sobre esses itens:

<sup>29</sup> OLIVEIRA, obra citada, cap. XLIV.

Quadro 5 – Correlações de letras com gêneros (OLIVEIRA, cap. XLIV)

<b>Terminação</b>	<b>Gênero padrão</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Exceções</b>
<i>i / u</i>	masculino	<i>guadameçi, peru</i>	∅
ditongos sem consoantes	masculino	<i>birimbao, breu</i>	∅
<i>al, el</i>	masculino	<i>cabeçal, papel</i>	∅
<i>il, ol</i>	masculino	<i>barril, rol</i>	∅
<i>ar, er</i>	masculino	<i>lugar, alcaçer</i>	∅
<i>or [w]</i>	masculino	<i>suor [suwr]</i>	<i>mayor, menor, melhor, pior</i>
<i>or [o pequeno]</i>	masculino	<i>ardor</i>	<i>flor, cor, dor</i>
<i>az, oz</i>	masculino	<i>rapaz, arroz</i>	∅
<i>ez [e pequeno / ε grande]</i>	masculino	<i>enxadrez, pez</i>	∅
<i>ã</i>	feminino	<i>lã</i>	∅
<i>em</i>	masc. / fem.	<i>desdem, linhagem</i>	<i>alguem, ninguem, quem</i>
<i>im, um</i>	masculino	<i>jardim, jejum</i>	<i>comũ / comua</i>

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

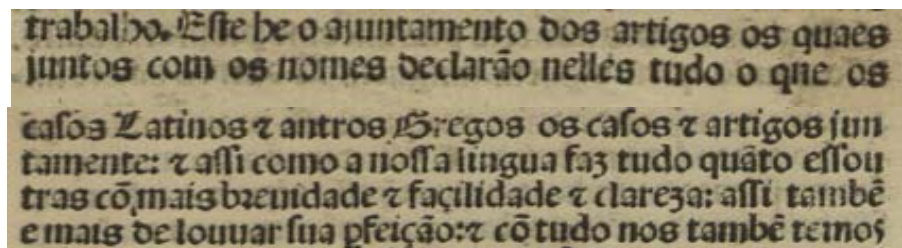
Declinatio inducta in sermones non solum Latinos, sed omnium hominum utili et necessaria de causa: nisi enim ita esset factum, neque di(s) cere tantum numerum uerborum possemus (infinite enim sunt nature in quas ea declinantur) neque quae didicissemus, ex his, quae inter se rerum cognatio esset, apparet.

A derivação foi introduzida em linguagens não apenas latinas, mas /nas/ de todos os homens por um motivo útil e necessário: de fato se assim não tivesse sido feito nem poderíamos aprender um tão grande número de palavras (na verdade são infinitas as formas em que elas se derivam), nem no que se refere às que tivéssemos aprendido a partir delas ficaria claro que semelhança haveria entre elas. (RUY, Maria Lucilia, 2006, p. 24-25)

### 3.3 Artigo

Em comparação direta e imediata com o latim, a principal característica de afastamento que a *Grammatica da lingagem portuguesa* faz é o acréscimo do artigo, o qual inexistia no latim clássico e foi introduzido no latim corrente por meio do demonstrativo *ille*, exercendo a função de determinante dos nomes substantivos, conforme já visto neste trabalho.

Para Oliveira, o desaparecimento dos casos e o papel desempenhado pelos artigos agregou ainda mais valor ao português, tendo em vista a clareza e objetividade que passou a ter o vernáculo. Sendo assim, o humanista enaltece<sup>30</sup> a inovação ao registrar que:



(OLIVEIRA, 1536, capítulo XLVI, sem numeração de página)

Este é o ajuntamento dos artigos, os quais junto com os nomes declaram neles tudo o que os casos latinos e antr'os gregos os casos e artigos juntamente. E assim como a nossa língua faz tudo quanto essoutras com mais brevidade e facilidade e clareza, assim também é mais de louvar sua perfeição. (FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 183 e 185)

Para o gramático, a nova classe de palavras supria com tanta perfeição, “bo concerto e de menos trabalho”<sup>31</sup> os casos, que, ao tratar do assunto, no capítulo XLIII, assinala que os artigos variam em gêneros (*o, a*) “os quais sempre as mais das vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os gêneros desses nomes<sup>32</sup>”, números (*os, as*) e casos (masculino singular - *o, do, ω, o*; feminino singular - *α, dα, a, α*; masculino plural - *-os, dos, ωs, os*; e feminino plural - *as, das, as*). Os gêneros ficam, portanto, oficializados como sendo dois: masculino e

<sup>30</sup> No entanto, em alguns casos a novidade podia causar certa rejeição, como no processo de nominalização, o qual veremos a seguir.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, p. 183.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, p. 175.

feminino; o número, aqui, se faz com o acréscimo do -s; por sua vez, o caso varia de acordo com a função equivalente no português, atualizada<sup>33</sup>, conforme podemos conferir, a partir da leitura dos quadros a seguir:

Quadro 6 – Vogais pequenas e grandes e seus respectivos casos

<i>o / a</i> pequenos	nominativo
<i>d</i>	genitivo
<i>ò / a</i> <i>grandes</i>	dativo
<i>o / a</i> pequenos	acusativo

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Quadro 7 – Casos latinos e seus correspondentes em português<sup>34</sup>

<b>Latim</b>	<b>Português</b>	<b>Iniciado em</b>
nominativo	prepositivo <sup>35</sup>	vogal
genitivo	possessivo	consoante <i>d</i> <sup>36</sup>
dativo	dativo	vogal
acusativo	pospositivo	vogal

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Ainda que o gramático faça a distinção entre vogais pequenas e grandes, fica muito difícil para um falante do português atual reconhecer e distinguir um caso de

<sup>33</sup> “Na explicação da variação em caso empregam-se os grafemas que distinguem as vogais pequenas e grandes. A leitura actualizada da sequência é: *o* (nominativo), *do* (genitivo), *ò* (dativo), *o* (acusativo); *a*, *da*, *à*, *a*, *α*; *os*, *dos*, *òs*, *os*, *as*, *das*, *às*, *as*”. (FRANCO; OLIVEIRA, 2012, p. 167)

<sup>34</sup> No português atual, as correspondências são: prepositivo (sujeito), possessivo (adjunto adnominal), dativo (objeto indireto) e pospositivo (objeto direto).

<sup>35</sup> Observa-se, nesta passagem, que o autor não faz menção à função de predicativo, que, originalmente no latim, também se incluía no caso nominativo, mesmo ocupando, em geral, uma colocação pospositiva. Adverte Oliveira que o tema seria assunto para obra futura na qual trataria sobre a natureza dos casos e a composição da língua. Cf. FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 167.

<sup>36</sup> Segundo Oliveira, a inicial em consoante aplica-se ao caso possessivo, introduzido por *-d* (genitivo latino, equivalente ao adjunto adnominal em português, ou dativo, correspondente ao objeto indireto). Ele destaca também o fato de todos os casos serem monossilábicos e terminarem, por isso, nas mesmas vogais finais do singular.

outro com base nessas informações fonológicas. Para além disso, o autor, de certa maneira, reproduz o modelo latino em sua gramática, uma vez que substitui a terminação dos casos latinos pela introdução da função pelo artigo. Outra lacuna deixada por Oliveira é a omissão de exemplos em alguns trechos de sua obra, deixando, portanto, o consulente sem muitos parâmetros, já que esta é a primeira obra em que é possível consultar as regras do português.

Para melhor ilustrar o conceito do autor sobre artigo, criamos um período com as funções desempenhadas pela classe:

***As pinturas do palácio retratavam a rainha, mas pertenciam ao rei.***

- a) prepositivo - *As pinturas*
- b) possessivo - *do*<sup>37</sup> *palácio*
- c) dativo - *ao rei*
- d) pospositivo - *a rainha*

O usuário da língua não dispõe de autonomia ao realizar uma escolha lexical no que tange ao gênero dos nomes. Tal categoria está preestabelecida, de maneira até arbitrária, pelo costume, a ponto de um mesmo substantivo ter gênero distinto em línguas com a mesma origem, conforme ilustra o caso do termo latino *pōns pontis*, que deu origem a *ponte* (feminino) em português e *el puente* (masculino) no espanhol. Essa determinação também ocorre por força da mudança de gênero dentro da própria língua, como comprovado no item 1.2.5.

Se, por um lado, Oliveira afirma que em português se pode conhecer o gênero de uma palavra pelo artigo que a acompanha<sup>38</sup>, por outro lado, na ausência dele, a categorização em um ou outro gênero é marcada por meio de determinantes, quantificadores ou qualificadores dentro do sintagma.

É assim hoje, era no período arcaico e isso herdamos do latim, em que a concordância com os adjetivos da primeira classe, com os determinantes e quantificadores, que tinham flexões diferentes para o masculino, feminino e neutro, indicava o gênero do nome. (SILVA, 1993, p. 17 - 18)

<sup>37</sup> O *do* equivale a um adjunto adnominal – *pinturas palacianas*.

<sup>38</sup> “Porque era longo compreender tantas variedades de terminações. Ajudou-nos a natureza e uso da nossa língua com os artigos, os quais sempre as mais das vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os gêneros desses nomes.” (2012:175)



Outra separação que Oliveira faz desta classe é quanto à posição do artigo, podendo ser **positivo**, **compositivo** (ou junto) ou **anteposto**. O autor critica ainda outros estudiosos por não fazerem tal distinção; “isso dixe porque alguns gramáticos o ensinam mal<sup>39</sup>” quando não fazem a separação do dativo (objeto indireto) entre artigo posposto.

Para o primeiro deles, destaca-se a sequência **ao**, **parao**, **aos**, **paraos**, em que os artigos **o**, **o**, **os** e **os** caracterizam o caso dativo, não podendo ser classificados como elementos de um único bloco. Vejamos alguns exemplos:

*As pinturas pertenciam **ao** rei / **aos** reis.*

*Ele pintou **parao** rei / **paraos** reis.*

No caso do artigo composto (ou junto), Oliveira destaca as combinações **no**, **do**, **polo**, **co** e **anto**, cujas respectivas significações o autor explicita por meio de alguns exemplos: **no** > em + o: *Dormiu **no** estábulo<sup>40</sup>*; **do** > de + o: *Venho **do** paço*; **polo** > por + o: ***Por o** amor de Deos*; **co** > com + o: *Feriu-se **com o** ferro<sup>41</sup>*; e **anto** > ante + o: ***Ante o** meu Deos*.

Por fim, Oliveira comenta o caso do artigo anteposto, que aparece em construções como **diloemos** (*diremos o*) e **amaloiamos** (*amariam os*): “contudo nestas anteposições aquele artigo o que se ali antepõe é relativo, algum tanto diferente daquéloutros<sup>42</sup>”. O gramático admite que há diferença entre o artigo o de *diloemos* e *amaloiamos* e os outros por ele citados. Talvez, já reconhecesse Oliveira o caráter anafórico do artigo, haja vista que, atualmente, em nossas gramáticas, este pode ser classificado como pronome, uma vez que é capaz de assumir alguma informação ou pessoa no discurso, já mencionada anteriormente.

Outra questão interessante é a consideração que Oliveira faz sobre o caráter nominalizador do artigo. Mesmo que o assunto seja tratado de maneira muito sucinta

<sup>39</sup> FRANCO; SILVESTRE, 2012, p 169.

<sup>40</sup> Exemplo criado pela autora.

<sup>41</sup> Exemplo criado pela autora.

<sup>42</sup> Cf. FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 169.

no penúltimo capítulo de sua gramática, no qual ele aborda a sintaxe<sup>43</sup> portuguesa, acredita-se ser este um aspecto inovador e até mesmo surpreendente da obra.

No entanto, a versatilidade da língua não é apreciada pelo gramático, uma vez que o mesmo entendia que as oscilações do grego e latim não serviam de modelo para o vernáculo que então se afirmava: “posto que muitas desproporções ou dessemelhanças se cometam na nossa língua, não são tantas como em outras línguas acontece muitas mais vezes.”<sup>44</sup>

Sendo assim, para Oliveira, a anteposição do artigo masculino *o* em ***o ler faz bem aos homens*** (construção em que a forma no infinitivo do verbo *ler* se torna um nome substantivo) faz com que a língua deixe de seguir um padrão. O autor não admite que haja quaisquer exceções às regras gerais ou paradigmas que ele busca estabelecer na descrição do vernáculo.

Na mesma sequência, observam-se outras exceções, as quais não são bem quistas pelo gramático, tais como: o ***de*** quando serve a genitivo e ganha propriedade de artigo (*retratos de reis / retratos dos reis*); a concordância atrativa em ***marido e mulher ambos são bos homens***, em que há um caso de aposto resumitivo (*ambos*), o qual concorda com a palavra ***homens*** (no sentido de “seres humanos”).

Como em latim a relação entre os constituintes era, de certa maneira, livre (vale lembrar que as ordens não determinavam o sentido frasal, uma vez que a regência dos casos estabelece a função e seu valor sintático), acredita-se que os primeiros gramáticos tivessem a ingênua intenção de estabelecer leis mais precisas que pudessem reger a língua.

Talvez, os gramáticos renascentistas, tendo se revestido de uma finalidade prática, não se detiveram nas sutilezas das categorias linguísticas, limitando-se a estabelecer princípios gerais, na tentativa de regularizar a anarquia que dominava o uso da língua. (OLIVEIRA, 2011, p. 1579)

Essa preocupação de Oliveira explicita-se igualmente em seu comentário sobre o emprego alheio e “com grande dissonância” do substantivo ***rey*** antecedido do artigo castelhano ***el*** (***elrey***), expressão que os portugueses de seu tempo

---

<sup>43</sup> Na obra, a nomenclatura utilizada é *composição* ou *concerto*, também chamada por outros gramáticos de *construção*. A justificativa de ser um capítulo curto se faz pelo fato de o autor já ter iniciado obra mais completa, da qual não tivemos conhecimento.

<sup>44</sup> Cf. FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 191.

adotavam e que ele recriminava de modo veemente. Para o gramático, não se deveria chamar o soberano senão de **o rey**, forma que lhe parece apresentar “milhor música” e ainda garantir que a gente lusitana “tenha fala ou linguagem não mal mesturada mas bem apartada”. Esse uso seria tão “natural da nossa língua”, que os próprios castelhanos o imitavam, quando queriam arremedar os lusitanos, dizendo “*manda o rey de Portugal*”, em lugar de enunciar “*manda el rei de Portugal*”<sup>45</sup>.

Mesmo que o alomorfe *el* ocorra em casos mais restritos, especificamente na lexia *el-rei* e suas extensões hierárquicas de nobreza (SILVA, 93, p. 24), era um caso em evidência no português arcaico, tanto que está registrado na gramática de Oliveira. No entanto, não se pode afirmar o uso restrito de *el* em referência ao substantivo *rei* uma vez que, como também observa (SILVA, 93, p. 24), havia relação de complementaridade entre um emprego e outro; o desempenhava papel primário na enunciação, ao passo que *el* funcionava “como um pronominal, referindo-se a um determinado rei, já antes mencionado”. A afirmação da autora é baseada em todo o texto *Diálogos de S. Gregório* (1989<sup>46</sup>).

... aquel que tragia a espada ante *el-rei*, no campo de Nárnia, hu *el-rei* veera con toda sa hoste... e o santo homen fez sa oraçon, estando *el-rei* presente... E pois *o rei encreo* viu tam fremoso milagre

Ademais, ainda em fase de afirmação, dois perigos podiam ameaçar o português: o castelhano, por ter sua língua mais difundida e se sobressair em alguns tipos de literatura, e o latim, pela tradição literária já consagrada (ABAURRE; PFEIFFER; AVELAR, 2009, p. 25). Não falta, portanto, a Fernão de Oliveira fundamento quando ele explicita sua preocupação com o contato linguístico entre o português e outras línguas, em especial aquelas mencionadas acima. Vejamos algumas passagens em que o gramático faz tais registros:

- “Tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tevera toda sua valia e preço”. (capítulo IV)

<sup>45</sup> Cf. FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 171.

<sup>46</sup> A obra de 1989 é, segundo Silva (1993, p. 11), a primeira versão em Língua Portuguesa. A Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza de forma digital e gratuita uma cópia dos diálogos no site: [http://purl.pt/23736/4/alc-182\\_PDF/alc-182\\_PDF\\_24-C-R0150/alc-182\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/23736/4/alc-182_PDF/alc-182_PDF_24-C-R0150/alc-182_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf)

- Quanto de minha parte segundo eu entendo, eu juraria que quem folga d'ouvir língua estrangeira na sua terra não é amigo da sua gente nem conforme à música natural dela." (capítulo XXXIII)

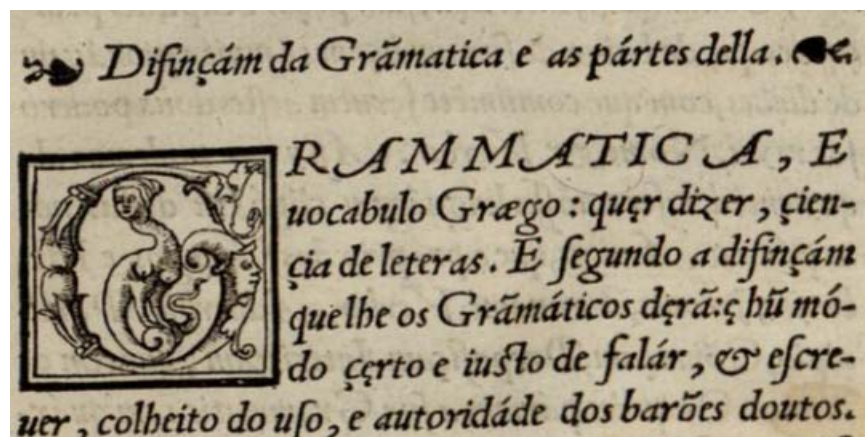
Não se pode deixar de mencionar que o autor não era contrário a qualquer tipo de estrangeirismo, mas estes eram apenas bem-vindos em caso de “alguma necessidade de costume, trato, arte ou cousa alguma novamente trazida à terra” (capítulo XXXII). Não obstante a força avassaladora do processo de globalização, esse princípio poderia muito bem ser adotado no português contemporâneo do Brasil, país onde um número considerável de falantes letrados, pelos mais diversos motivos (maior prestígio social do idioma forâneo, dependência cultural e tecnológica das grandes potências econômicas, modismos cibernéticos, etc.), segue padrão diametralmente oposto.

De fato, nos grandes centros urbanos e nos principais meios de comunicação de massa, constata-se uma preferência sistemática pelo emprego de termos “importados” (em especial os de origem inglesa) para nomear objetos e conceitos de múltipla natureza (*delivery, post, sale, selfservice, shopping, etc.*) que possuem formas vernáculas correspondentes há muito utilizadas em nosso idioma (entrega domiciliar, postagem, liquidação, autosserviço, centro comercial). De forma análoga, no uso dos adjetivos, a opção por estrangeirismos desnecessários ocorre em larga escala, conforme se constata na crescente difusão de anglicismos como *cool, fake, free, look* e *smart*, entre outros, em lugar de seus equivalentes plenos no léxico português (legal, falso, livre, visual e inteligente, respectivamente).

#### 4 GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUESA - JOÃO DE BARROS

Conforme já assinalaram alguns estudiosos em seus trabalhos sobre as primeiras gramáticas da língua portuguesa, o autor que cumpre de forma mais coerente e sistemática a tarefa a que se propõe é João de Barros. Homem público bastante ilustrado, cuja educação palaciana lhe facultou o conhecimento de diversos idiomas, ciências e artes (ver item 2.3 desta dissertação), Barros reitera o esforço de afirmação dos lusitanos diante do Novo Mundo por meio de uma obra que cumpre um duplo papel. Por um lado, ela não elide seus fins prescritivos, consignados logo nos períodos iniciais da primeira seção; por outro, enuncia, já na primeira metade do século XVI, certos conceitos que têm servido de referência aos modernos estudos linguísticos, como aqueles empreendidos por Câmara Júnior (1978).

Um contraponto preliminar entre a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, e a *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros, permite-nos apreciar com maior clareza a afirmativa enunciada logo acima. Não obstante o curto intervalo de tempo entre as datas de suas publicações, existem abordagens e perspectivas distintas na composição de cada estudo. Em lugar de tecer sucessivas digressões à margem de sua descrição dos fatos da língua, como faz Oliveira, Barros é extremamente didático e preciso no trato do seu objeto. Esse preceito manifesta-se desde o primeiro parágrafo de seu texto, dedicado à definição da gramática e a suas partes constitutivas, em que ele se vale da etimologia clássica e da formulação dos próprios pares para conceituar o termo, conforme transcrevemos abaixo:



Grammatica, e vocabulo Grego: queŕ dizer, çiençia de leteras. E segundo a

definiçám que lhe os Grãmáticos dẽrã: ẽ hu módo çerto e iusto de falár, e escrever, colheito do uso, e autoridáde dos barões doutos<sup>47</sup>.

Como se vê, além da remissão ao vocábulo grego, a segunda definição de *gramática* atém-se à concepção normativa, já difundida naquele século, de que esta era “um modo certo e justo de falar e escrever, colhido do uso e autoridade dos barões doutos”<sup>48</sup>. Essa acepção corresponde, de modo estrito, à concepção de Gramática Normativa vigente em boa parte do sistema formal de ensino, segundo a qual a disciplina serve para fixar e consagrar as regras ditas adequadas para o emprego do idioma, baseadas na tradição literária e, conforme escreveu Joaquim Mattoso, nos usos em vigência “no lugar ou na classe social mais prestigiosa no país” (CÂMARA JÚNIOR, 2009, p. 220).

Assim, os “barões doutos” da jovem nação formada na passagem da era medieval para a moderna poderiam ser associados, no Brasil do século XX, às elites letradas das suas capitais (sobretudo Rio de Janeiro e Brasília). O mesmo fenômeno ocorre com as variantes de maior prestígio em países do Velho Mundo, como a França, Espanha e a Itália, em que prevalece o uso dito culto de suas metrópoles (Paris, Madri e Roma, respectivamente). Fatores históricos, políticos e socioculturais relevantes concorrem para essa prerrogativa, em menor ou maior escala, conforme ocorreu sob o regime ditatorial de Franco na Espanha (1939-1975), em que o castelhano se sobrepôs ao galego, ao catalão e ao basco como língua nacional em todo o território.

Ao longo da história, no continente europeu, esse processo tem sido frequente, inclusive em Portugal, onde a variante empregada pela corte lisboeta acabou sendo imposta como língua de prestígio no final do século XIV.

Essa escolha da língua padrão é, de modo geral, motivada por diversos fatores, que, de acordo com Helênio Oliveira (2003, p. 89), podem ser resumidos em sete tópicos:

- Pelo comprometimento com a norma gramatical (apesar de alguns pontos de atrito);
- Por sua natureza formal;

---

<sup>47</sup> Optamos aqui por manter a pontuação e grafia da obra original.

<sup>48</sup> Cf. BARROS, 1540, p. 2.

- Por seu uso mais recorrente na escrita (embora o possa ser também na fala);
- Por seu caráter suprarregional;
- Por sua relação inseparável com o conceito de nação;
- Pelo prestígio de que goza;
- Por seu relativo acronismo.

Assim, a independência de Portugal, a transplantação da corte portuguesa do norte para o sul, no eixo Coimbra-Lisboa (itens 1.3 e 1.3.1 deste trabalho), assim como a expansão e divulgação da Universidade de Coimbra e a crescente produção literária de grandes escritores contribuíram para a consolidação de um padrão de língua. A variante eleita viria a ser modelo para as demais regiões da nação recém-constituída, apesar de haver diferenças dialetais do ponto de vista geográfico, fato este comum a todas as línguas.

#### 4.1 *Da diçam* – A palavra em João de Barros

Em conformidade como os latinos, e por influência direta deles, “cuios filhos nós somos, por nam degenerar” (p. 2 B<sup>49</sup>), Barros divide sua gramática em quatro partes, de acordo com a nomenclatura latina: **ortografia**, **prosódia**, **etimologia** e **sintaxe**. A primeira delas trata das letras; a segunda da sílaba; a terceira da diçam (correspondente à palavra); a sintaxe, por fim, aborda a construção das frases.

As questões morfológicas, entre elas a análise do gênero dos nomes, nosso objeto central de pesquisa, inserem-se na parte da obra dedicada ao estudo da Etimologia e, ainda, da Sintaxe. Barros confere uma atenção mais larga ao nome e suas “especies”, abordando itens como a declinação por casos, a subdivisão substantivo – adjetivo, os termos primitivos e derivados (em que se incluem o patronímico, o possessivo, o diminutivo, o aumentativo, o comparativo, além dos

---

<sup>49</sup> As folhas estão ordenadas em sequência aritmética crescente, porém, para cada página numerada, aparece intercalada outra destituída de qualquer indicação. Para fins de citação, no presente trabalho, as páginas sem numeração serão indicadas com o número da antecedente seguida da letra B.

denominativos, verbais e adverbiais), as figuras do nome (simples e composto) e, por fim, o gênero e o número.

O autor adota a definição tradicional da época e estabelece a classe do nome pela declinação em casos e por serem “sempre alguma coisa que tenha corpo, ou sem corpo. Que tenha corpo: como, homem, pão, pedra. Sem corpo, Gramatica, ciência, doutrina.” (p. 5), ou seja, ele já aborda a diferença entre os substantivos concretos e abstratos e frisa também que, ao contrário dos verbos, esta classe não se declina em tempo.

A diferenciação feita pelo gramático demonstra seu conhecimento sobre a importância dos termos da oração e seus papéis. Logo no início de sua obra, o autor ressalta as características do elemento principal do sintagma nominal (substantivo) e do sintagma verbal (verbo). Tal diferenciação norteia ainda hoje os estudos sobre as classes mencionadas e os termos constitutivos da oração, uma vez que os nomes continuam a indicar as coisas e os verbos, processos.

Barros divide o nome de acordo com seis categorias ou, segundo sua própria terminologia, seis **acidentes**. São eles: qualidade, espécie, figura, gênero, número e declinação por casos. O primeiro acidente, **qualidade**, é representado na nomenclatura do gramático seiscentista e ainda nos dias atuais pelos substantivos próprios (Lisboa e César) e comuns (cidade e homem). Para além do nome próprio, há nesta seção uma explicação de como surgiram os prenomes e a maneira como eles funcionavam na prática<sup>50</sup>.

Outra qualidade do nome é sua divisão em substantivo ou adjetivo e, também neste ponto, Barros identifica na língua portuguesa a dependência de um pelo outro. De forma até pioneira, esta segunda gramática aqui analisada já se detém sobre o tema da relação determinante / determinado, como se pode observar a partir do trecho aqui transcrito<sup>51</sup>: “Nome substantivo chamamos aquele que por si só pode

---

<sup>50</sup> Diz Barros que “os nobres buscaram um termo que fosse sinal de nobreza, que os apartasse dos plebeus, como acerca de nós, Dom, que vem deste nome. Dominus, que quer dizer senhor.” e cada nacionalidade criou o seu prenome como denominaram os latinos, ficando a ordem dos nomes desta maneira: Publio Scipiam Cornelio Africano, na qual Publio é prenome, Scipiam é o nome em si, Cornelio identifica a linhagem a que pertence e, por fim, Africano aponta o ofício executado pela pessoa.

<sup>51</sup> A relação de dependência dentro do período é também abordada no capítulo sobre a “Construção” (sintaxe), no qual Barros afirma que cada nação combina os vocábulos de diferentes maneiras e que o português seguirá o padrão latino (p 30).



estar [...] Nome adjetivo, ao que não tem por si: mas está encostado ao substantivo [...]” (p. 6).

Uma última qualidade do nome é sua relação como referente dentro do período, por meio da qual se estabelece a remissão de um determinado termo a “algum nome que fica atrás” (p. 6). Barros consigna, portanto, a correlação entre o nome relativo e o nome antecedente: *Os homens **que** amam a verdade, folgam de **a** tratar em seus negócios* (o **que** e o **a** referem-se a *homens* e *verdade*, respectivamente).

O segundo acidente a que Barros faz referência é a **espécie** do nome, que implica uma distinção básica entre a palavra dita primitiva (ou primeiro gerada) e a derivada. Se o termo for derivado, ele pode assumir ainda outras subespécies: patronímico, possessivo, diminutivo, aumentativo, comparativo, denominativo, verbal e adverbial.

Sobre o acidente **figura**, trata o autor das palavras simples e compostas. Quando simples, são aquelas grafadas com apenas um significado lexical, como em *justo*; por sua vez, em vocábulos como *guarda porta*, em que o termo “é composto deste verbo, guardar, e deste nome porta” (p. 9), há outras possibilidades de combinação: nome mais nome, nome mais substantivo, entre outras.

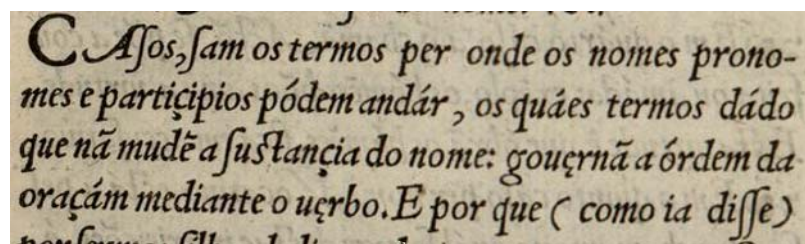
No que respeita ao acidente de **gênero**, objeto deste estudo, Barros ainda admite a vigência do neutro latino e afirma que a separação entre o masculino e feminino se faz pelo critério de sexo, conforme ele próprio enuncia: “é uma distinção por que conhecemos o macho da fêmea e o neutro de ambos” (p. 9B). É oportuno assinalar que, ao tratar desta categoria, o gramático seiscentista recorre a um quadro comparativo da ocorrência desse fato em três idiomas da antiguidade. O reconhecimento do gênero em português é, segundo o gramático, feito à maneira latina e dos hebreus, pela significação e terminação, e pela maneira grega, conforme a palavra admitir o gênero do artigo (p. 9B).

Quanto ao **número**, Barros diz ser o acidente que aparta um de muitos, quando um representa o singular e mais de um, o plural. O gramático vale-se desta categoria para consignar a existência de certos nomes “irregulares”, ou seja, “uns que têm somente singular, e não plural, outros ao contrário” (p. 10). Os nomes próprios, por exemplo, não exibem flexão de número (à exceção de *Torres*, registra o autor), tampouco os quatro elementos (a construção “*Terras por onde andou*”, um aparente desvio da regra, possui outro sentido). Da mesma forma, as coisas que

têm medida (vinho, azeite, trigo...) e termos como sol e lua também não se flexionam. O plural aparece em grão, lentilhas, etc. e nas partes do corpo sem singular (bofes, etc.).

É oportuno salientar que, ao tratar dessas duas categorias gramaticais, João de Barros não estabelece um contraponto explícito entre os fenômenos de flexão e derivação. Como se sabe, este era um tema de interesse dos gramáticos clássicos, em particular o latino Varrão, que nos descreve sobejamente os dois conceitos em suas observações sobre a *derivatio naturalis* e a *derivatio voluntaria*. Mesmo inspirado nos estudos da Antiguidade, o gramático lusitano não faz referência ao tópico, que, no entanto, conforme já se assinalou no capítulo 3.1, merece uma digressão cuidadosa de Fernão de Oliveira.

Por fim, o acidente da **declinação por casos**, definido por Barros como:



[...] os termos por onde os nomes pronomes e participios podem andar, os quais termos dado que não mudem a substância do nome: governam a ordem da oração mediante o verbo (p. 11).

Estes são os já conhecidos casos latinos (nominativo, genitivo – possessivo ou interrogativo –, dativo, acusativo, vocativo, ablativo e efectivo<sup>52</sup>), os quais, em português e na maioria das línguas neolatinas, se perderam. Em nosso idioma, eles cederam lugar a uma articulação mais presa, porém não totalmente rígida, do enunciado.

<sup>52</sup> O caso sétimo (efetivo), de que fala Barros, seria uma complementação do caso seis (ablativo). *Eu tiro muita doutrina dos livros (ablativo) com meu trabalho (efectivo)*.

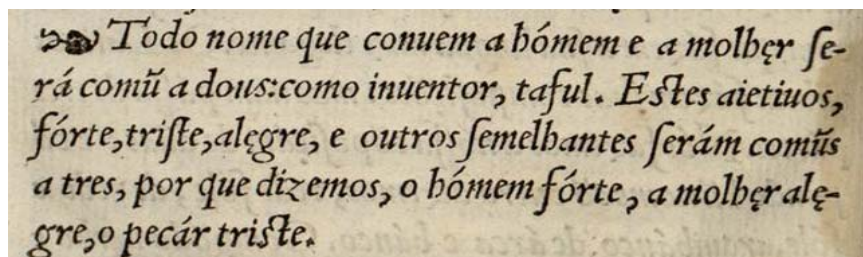
## 4.2 Gênero

Quando se detém na categoria de gênero, João de Barros, de forma bem mais explícita e incisiva que Fernão de Oliveira, trata de associar o conceito gramatical à noção biológica de sexo<sup>53</sup>. Já na própria definição do item, ele diz que, em se tratando de seres sexuados, o gênero do nome é a “maneira que conhecemos o macho da fêmea e neutro de ambos” (p. 9B).

Na apreensão mais ampla do fato linguístico, como já havíamos assinalado anteriormente, o gramático recorre à manifestação do fenômeno em três línguas que precedem o novo idioma em formação. Assim, ele registra que a identificação do gênero no latim podia se dar pela significação, em algumas palavras, ou pela terminação, em outras; já os gregos conheciam o gênero tão somente pelo artigo, ao passo que hebreus se valiam do artigo e da terminação.

Esse cotejo com as línguas ditas clássicas serve para subsidiar sua afirmação de que os portugueses conhecem o gênero dos nomes por meio de sua significação e dos artigos que os antecedem. Dessa forma, para os referentes sexuados, em que se sobressai de imediato a distinção entre macho e fêmea, o reconhecimento do gênero não deixa margem de dúvida.

A remissão ao latim também inspira o autor lusitano na classificação das palavras dentro da categoria examinada. Segundo Barros, a língua de Horácio e Virgílio distribuía os nomes em sete gêneros distintos: masculino, feminino, neutro, comum a dois, comum a três, duvidoso e confuso. A partir desse quadro taxionômico, não será surpresa encontrar, na seção específica do capítulo dedicado ao estudo do nome (ver página 9B da *Grammatica da lingua portuguesa*), uma terminologia bem próxima daquela estabelecida pelos gramáticos de Roma:



*Todo nome que conuem a hómem e a molher será comũ a dous: como inuentor, taful. Estes aietiuos, fôrte, triste, alegre, e outros semelhantes serão comũs a tres, por que dizemos, o hómem fôrte, a molher alegre, o pecár triste.*

BARROS, 1540, p. 9.

<sup>53</sup> Critério que ainda hoje suscita polêmicas entre os usuários do idioma e até mesmo entre os seus estudiosos.

Todo nome que convém a homem e a mulher será **comum a dois**: como inventor, tãful. Estes adjetivos, forte, triste, alegre, e outros semelhantes serão **comuns a três**, porque dizemos, o homem forte, a mulher alegre, o pecar triste. (grifos da autora)

A referência às palavras **comuns a três**, que estabelece um nexo óbvio entre a gramática latina e a portuguesa, indicia a preocupação do autor com o processo de assimilação do gênero neutro na constituição daquele que é considerado um dos últimos idiomas nascidos do latim. Nesse item, Barros faz questão de identificar alguns grupos de vocábulos neutros, entre eles as letras do alfabeto e os termos deverbais.

O autor tampouco deixa de consignar em sua obra a permanência do neutro na “parte da oração que se põe em lugar do próprio nome” (p. 15), isto é, o **pronome**, classe que serve para substituir, literalmente, o nome, exibindo os mesmos “acidentes” do nome. O exemplo cabal do fenômeno, até hoje registrado nos manuais escolares, é o quadro paradigmático dos pronomes demonstrativos, que reproduzimos logo abaixo:

Quadro 8 – O acidente de gênero nos pronomes demonstrativos

Forma pronominal	Gênero
este	masculino
esta	feminino
isto	neutro

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Como se vê, João de Barros distribui os demonstrativos em três gêneros: **masculino**, **feminino** e **neutro**. O gramático registra ainda uma quarta subclasse, atribuída aos pronomes pessoais *eu*, *tu* e *de si*, os quais, por possuírem referentes no masculino e no feminino, se denominam **comuns a dois**.

Ainda sobre a classe dos pronomes, cabe destacar a relação desta com os demais vocábulos na oração. Neste ponto, o autor admite certa rigidez na combinação (pronome + substantivo), se comparado ao nome (substantivo + adjetivo); quando acompanhado de substantivo, geralmente, o pronome vem antes (*eu João*, *tu Antônio*, *esse Gerônimo*), exceto na forma imperativa (*Antônio*, *tu irás ler a lição*), ao passo que na combinação substantivo + adjetivo podemos, em alguns casos, antepor ou pospor o adjetivo (*homem bom* e *bom homem*) sem qualquer

alteração semântica. Para além da escolha restritamente sintática, Barros ainda normatiza a concordância do pronome em gênero, número e pessoa dentro da relação com seu referente (*Eu amo os moços os quais folgam de aprender*). No período, *os moços* está no acusativo – masculino – plural e seu relativo, *o qual*, atende às regras de concordância estabelecidas pelo gramático<sup>54</sup>.

Essa correlação em gênero e número é, nas palavras do autor, “uma conveniência de duas dições correspondentes uma a outra” (p. 30B). Deve concordar em gênero o adjetivo com o substantivo (*música bonita*) e o relativo com seu antecedente (*Os homens que amam a verdade*), caso contrário “desfalece a natural ordem da construção por que nós avemos de entender” (p. 30B).

#### 4.2.1 Do papel dos artigos na demarcação do gênero

Embora não aborde de modo exaustivo os tópicos relativos à categoria aqui investigada, o autor atém-se ainda à função que os artigos desempenham na determinação do gênero dos nomes. Conforme Barros enuncia textualmente na subseção reservada a esta grupo de palavras, “para o entendimento ficar satisfeito é necessário artigo masculino ao nome masculino, e artigo feminino ao nome feminino” (p. 12).

O estudioso indica-nos, a seu modo, um preceito básico da morfossintaxe que até hoje é imprescindível à plena coesão textual: a concordância harmônica entre o termo determinante e o determinado na construção do sintagma nominal. Não por acaso, ele ressalta que, “do ajuntamento dos artigos aos casos do nome, se compõe a oração” (p. 12). Essa afirmativa se associa à própria origem do termo latino *artículos*, cuja forma primitiva grega (*arthron*) significa “juntura de nervos” – se o corpo não pode prescindir da ligadura que o artelho lhe proporciona, tampouco será

---

<sup>54</sup> Barros ressalta também o fato de cada relativo desempenhar função sintática distinta nas orações que integra, visto que os casos poderão variar conforme sua conexão com o verbo “regente”, ou seja, com aquele que as predica (p. 31).

possível à boa compreensão da sentença abdicar da aliança entre o artigo e o nome.

O próprio quadro de declinação da subclasse atesta a relevância do gênero como índice de boa construção da frase: as formas masculinas e neutras constituem um paradigma, enquanto as femininas compõem outro grupo. Veja a seguir:

Quadro 9 - Declinações dos artigos os quais servem de relativo

<i>Mascu.</i>		<i>Femi.</i>	
<i>Sing.</i>	<i>Plu.</i>	<i>Sing.</i>	<i>P.</i>
<i>Nominatiuo</i> —o—	<i>os</i>	<i>Nominatiuo</i> —a—	<i>as</i>
<i>Genitiuo</i> —do—	<i>dos</i>	<i>Genitiuo</i> —da—	<i>das</i>
<i>Datiuo</i> —ao—	<i>aos</i>	<i>Datiuo</i> —á—	<i>ás</i>
<i>Acusatiuo</i> —o—	<i>os</i>	<i>Acusatiuo</i> —a—	<i>as</i>
<i>Vocatiuo</i> —ó—	<i>ó</i>	<i>Vocatiuo</i> —ó—	<i>ó</i>
<i>Ablatiuo</i> —do—	<i>das</i>	<i>Ablatiuo</i> —da—	<i>das</i>

BARROS, 1540, p. 12 B.

## 5 DUAS GRAMÁTICAS – ENCONTROS E DESENCONTROS

É sabido que nossa ciência gramatical é uma herança dos estudos gregos, a qual não adveio através de uma ponte imediata para o português e demais línguas latinas. O arquétipo gramatical perpassou distintas épocas e contou com o contributo dos Alexandrinos, dos Romanos e dos homens da Idade Média, adquirindo, aos poucos, força e estrutura:

Assim, se a organização da Gramática clássica como sistema de pensamento é legado grego, a sua construção como quadro ou estrutura sistemática, alcançada pelos Alexandrinos, assume uma projecção divulgativa através dos gramáticos romanos, voltados para um pragmatismo que os leva a introduzir a gramática no plano de estudos que, da época imperial, passará à Idade Média. (BUESCU, 1978, p. 9)

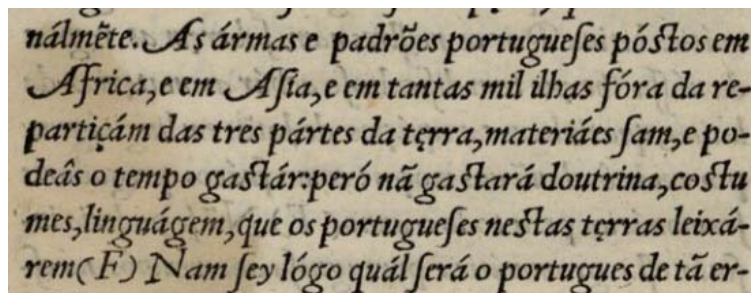
A partir das afirmações acima, podemos concluir que o trabalho de Oliveira e de Barros, assim como os de outros estudiosos, é, antes de tudo, uma continuação do legado grego. Durante o Renascimento, aliás, é grande o número de obras elaboradas com o intuito de valorizar a linguagem e difundi-la mais amplamente, conforme evidenciamos no capítulo 2. Essa continuidade foi, contudo, renovada pelas transformações sociais, geográficas, políticas e sociais da época, cedendo espaço a novas perspectivas e objetivos.

Assim, vale lembrar que os primeiros estudos metalinguísticos almejavam a propagação do vernáculo sobre o qual se debruçavam, enaltecendo, em maior ou menor grau, a língua. De forma mais veemente, diríamos até mesmo extremada, Fernão de Oliveira faz sucessivas digressões ao longo de sua obra em favor da língua portuguesa e

Em sintonia com os humanistas seus contemporâneos como Barros, Duarte Pacheco Pereira, André de Resende e Camões, pretendia trabalhar pela afirmação de Portugal como grande império moderno, que teria superado em muitos campos as realizações dos paradigmáticos impérios políticos e culturais da antiguidade clássica. (FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 9)

Por outro lado, a segunda gramática aqui apresentada, a de João de Barros, é mais comedida no que diz respeito a esta particularidade da época. O autor, por sua vez, expõe suas reflexões sobre o idioma em um texto à parte, o qual ele intitula *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, e não as faz ao longo do texto da gramática, como sói realizar Oliveira.

Para além do ensino da língua ao qual se propunha e da propagação da mesma, o sentimento de preservação do idioma era latente, uma vez que os autores já tinham consciência de que o registro escrito conserva o idioma para as gerações futuras, com bem registrou Oliveira em passagem já mencionada: “E contudo apliquemos nosso trabalho à nossa língua e gente, e ficará com maior eternidade a memória dele.” (OLIVEIRA, 1536, cap. V). A mesma preocupação se enuncia nesta passagem de Barros:



As armas e os padrões portugueses, postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiaes são, e pode-as o tempo gastar, pero não gastará doutrina, linguagem, que os portugueses nestas terras leixárem (p. 58)

Apesar de ambos cultivarem esse louvor em homenagem ao português, Barros o faz de forma muito mais sutil, diríamos até diluída, ao passo que Oliveira é explícito e sistemático nisso.

### 5.1 Do gênero da *dição*

Em âmbito didático / metodológico, podemos tecer comentários igualmente distintos entre as obras analisadas. Se, por um lado, Oliveira diz não ter a intenção de definir alguns conceitos (como, por exemplo, o de artigo, no capítulo XLIII), Barros, por sua vez, inicia sua obra conceituando gramática sob o ponto de vista etimológico e normativo.

Esse critério de mais sistematização gramatical perpassa toda a obra de Barros. Tal aspecto, somado ao fato de Oliveira dizer algumas vezes ao longo do texto que seu trabalho era constituído apenas das primeiras notações que se faziam sobre a língua, de enunciar textualmente que faria obra mais completa, talvez



culmine em afirmações que apontam a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros, como a primeira gramática propriamente sistemática de nossa língua. Não desprezemos, porém, o dado concreto de não haver um padrão de língua para ser analisado, pois, ao contrário do latim, o português ainda não contava com grandes obras literárias.

[...] as condições de produção das primeiras gramáticas das línguas vernáculas eram muito particulares: o apoio ‘teórico’ de que dispunham seus autores provinha de descrições de outras línguas; não havia uma literatura canônica a ser usada como modelo de língua padrão; e nem sequer havia uma norma ortográfica estabelecida (o sistema ortográfico usado tinha sido criado para o latim).

Dadas essas condições, não é de estranhar que boa parte de sua atividade devesse se concentrar em cobrir as diferenças entre o latim e o castelhano ou o português, em determinar um padrão de língua ‘exemplar’, em observar, registrar e sistematizar essa forma privilegiada de língua e em descobrir modos de projetar sobre essa língua as categorias desenvolvidas para o grego e o latim. (ABAURRE; PFEIFFER; AVELAR, 2009, p. 45)

Sendo assim, o que Oliveira faz é uma profunda observação do idioma para depois iniciar, com muita originalidade, a descrição e sistematização da língua portuguesa. Pelo fato de ter entre seus objetivos o desprendimento do português de sua língua de origem, o latim, o autor da primeira gramática goza de mais autonomia para criar critérios próprios para seu idioma. Na verdade, por considerar que “os homens fazem a língua e não a língua os homens” (cap. III), o gramático prega a independência do português e não a superioridade de um sobre o outro.

No capítulo destinado à *dição*, elemento básico para outros desdobramentos, tanto Oliveira quanto Barros admitem o fato de a palavra (*dição*) se declinar por casos, apesar de não advertirem que a maioria das funções sintáticas portuguesas não era mais assinalada morfologicamente como se dava com os casos latinos. O primeiro gramático explora mais as informações etimológicas: palavras próprias de seu idioma (*castiçal, janela*); alheias a ele (*ditongo, acento*) ou comuns (*mesa, çapato*); *dições* velhas, arcaísmos, (*ruão* = cidadão, *samica* = porventura); *dições* novas, neologismos<sup>55</sup>, (*bombarda* = peça de artilharia); *dições* primeiras, primitivas, como (*roupa* e *manta*); *dições* tiradas, derivadas, como (*tinteiro* e *velhiçe*). Ao tratar das declinações dos nomes, Oliveira reconhece que estes podem assumir gênero

---

<sup>55</sup> Oliveira reconhece a importância da criação de novas palavras “Fingir ou achar novos vocábulos é perigo (frequente). [...] Verdade é que não há cousa tão áspera que o uso não abrande.” (FRANCO; SILVESTRE, 2012, p. 145)

distinto do vocábulo do qual derivam, como em *livro* (masculino), *livreiro* (masculino) e *livraria* (feminino).

Por sua vez, Barros é mais objetivo e explicita a possibilidade de o nome assumir o gênero masculino ou feminino, por meio de um processo que ele chama de acidente, além de mencionar especificações de distinta natureza: nome substantivo e nome adjetivo, relativo e antecedente, derivado e primitivo, patronímico, possessivo, simples e composto, entre outras.

Assim como Oliveira, ele considera masculina toda palavra que pode ser antecedita do artigo *o*; e feminina, toda aquela que pode ser antecedita do artigo *a*. Para além de contemplar as principais regras, no que concerne à obra de Oliveira, apesar de admitir que não há leis universais, pode-se observar a tentativa de estabelecimento de casos mais específicos, como se fosse possível descrever as particularidades de cada palavra ou terminação.

## 5.2 O caso da flexão e da derivação

O objetivo político de Fernão de Oliveira lhe permite criar condições de igualdade entre o português e o latim, já que ambas as línguas possuem uma história gloriosa e homens com condição análoga. Essa igualdade se manifesta, por exemplo, no tratamento dado aos tipos de declinações, apoiado na concepção de Varrão, a qual compreendia o processo de forma voluntária (*derivatio voluntaria*) ou natural (*derivatio naturalis*), ou seja, derivação e flexão, respectivamente.

Barros, mesmo dispendo como apoio do critério pedagógico e do modelo latino, não cita esse tipo de formação de palavra e nem circunscreve seu papel formador de palavras de gêneros distintos. Neste ponto, conforme podemos verificar, a obra de Oliveira traz para os estudos sobre a língua portuguesa um aspecto bastante proveitoso, a ponto de, ainda nos dias atuais, haver discussões sobre qual processo ocorre no emprego da forma feminina em contraste à masculina.

Quando separa os nomes em primitivos e derivados, observamos que na *Grammatica da lingua portuguesa*, não há qualquer menção ao processo **natural** ou

**voluntário** de que falam Varrão, Oliveira e Mattoso. Vejamos a abordagem de cada um dos gramáticos nos quadros apresentados a seguir:

Quadro 10 – Flexão e derivação em Oliveira

Fernão de Oliveira <i>Gramática da lingoagem portuguesa</i>	
<i>Derivatio naturalis</i> (flexão)	<i>Derivatio voluntaria</i> (derivação)

Quadro 11 – Flexão e derivação em Barros

João de Barros <i>Grammatica da língua portuguesa</i>	
derivado	Primitivo
patronimico	
possessivo	
diminutivo	
aumentativo	
comparativo	
denominativo	
verbal	
adverbial	

(Quadros elaborados pela autora)

Entre os critérios de um gramático e de outro, mencionados no quadro acima, podemos estabelecer algumas relações de igualdade e divergência. A primeira delas – a omissão de Barros sobre os processos de derivação e flexão – já foi mencionada; a segunda está no critério da nominalização do verbo. Neste item, ambos compartilham da mesma opinião quando afirmam que, para nominalizar uma forma verbal (em regra infinitivo), basta que o mesmo seja antecedido de artigo, como na passagem de Barros: *Depois que olhei o nosso triste viver* (p. 8B).

Ainda sobre o papel do artigo, cabe consignar a maneira pela qual os autores abordam tal classe. Mais uma vez, o objetivo do autor determina o resultado da explanação: Oliveira faz questão de apresentar os artigos em casos, ainda segundo a tradição latina, mas, por outro lado, menciona a sua correlação deles em português. Barros apenas apresenta um quadro, vale destacar, de maneira bastante didática, nomeando os artigos somente a partir das línguas clássicas e ressaltando ainda o potencial de funcionarem como relativos na oração.

A segunda obra trata da concordância do relativo com o antecedente na parte dedicada à construção, ao passo que a de Fernão de Oliveira cita o assunto de

forma mais genérica, inserindo-a no artigo composto ou junto (*no, do, polo, lo*). O *o* (e demais artigos) funciona como um pronome relativo para ambos os autores, mas Barros já aponta seu caráter morfossintático explicitamente, quando diz que ele deve concordar com o antecedente em gênero, número e pessoa.

Podemos dizer, então, que Oliveira tem nomenclatura mais original que a de Barros e apresenta a seus leitores uma língua que até o momento era pouco conhecida, porém muito rica e distinta do latim em diversos aspectos. O segundo gramático orienta-se pelo modelo latino, permitindo menos aberturas para novas sutilezas que o idioma requeria, porém seu critério pedagógico e normativo complementa a obra de seu antecessor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo ao longo deste trabalho era realizar uma investigação do tratamento dado ao gênero gramatical nas duas primeiras gramáticas em português, a fim de averiguar até que ponto essas obras são inovadoras e em que medida elas conservam a tradição latina. Para cumprir tal meta, nossa tarefa consistiu em estabelecer um contraponto entre a *Gramática da linguagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, e a *Grammatica da Língua Portuguesa* (1540), de João de Barros, no intuito de identificar as posições assumidas por cada autor acerca do tópico destacado.

Mantendo ainda em vista a pretensão que motivou esta pesquisa, cumpre ressaltar a relevância dos estudos históricos e diacrônicos para o pleno entendimento da evolução do idioma e suas características atuais. Concedeu-se também atenção à contextualização histórica do período que precedeu a produção dessas obras bem como sua época atual para fins de compreensão das ideias nelas inseridas.

A partir da leitura integral desses dois textos metalinguísticos escritos no século XVI, sob a influência nada desprezível dos preceitos renascentistas, pôde-se constatar que, apesar do curto intervalo de tempo entre eles, seus propósitos e suas abordagens são bem distintos. Fernão de Oliveira tem como objetivo precípua a exaltação do seu idioma em face daquele que o originou, enaltecendo assim seu país, ao passo que João de Barros se preocupa sobremaneira com os aspectos gramaticais, apoiando-se para tanto nas lições do latim.

Observando de forma sistemática as perspectivas por cada gramático, atesta-se ao longo das análises feitas que, apesar de ser menos didático, Oliveira é mais inovador do que Barros. O autor pioneiro é mais ousado na tarefa a que se propôs de trazer para a língua portuguesa suas próprias nomenclaturas e características, sem que isso implique a dissolução do caráter descritivo em face do normativo por ele adotado.

No que se refere à inclusão da classe do artigo, uma das mais significativas alterações no percurso do latim até seu desdobramento em outras línguas, ambos reconhecem ser parte dos traços distintivos do novo idioma. Oliveira sequer

menciona a inexistência de tal classe no latim e Barros destaca justamente a diferença de uma língua para outra quando trata do assunto. Destacamos, mais uma vez, esta informação pelo fato de ela ensejar para o português, ainda nos dias de hoje, a marcação de uma palavra nos dois gêneros (masculino e feminino).

Espera-se que esta dissertação possa servir de alguma maneira aos estudos sobre a história do gênero gramatical ao longo da evolução do idioma e sobre o próprio percurso da língua portuguesa. Se, de alguma maneira, despertar em estudantes de Letras ou de outras áreas a curiosidade acerca do tema e o interesse em pesquisar o assunto além destas páginas, contribuindo assim ainda mais com os estudos de História da Língua e Filologia, terá sido inteiramente válida e bastante profícua.

Pelo fato de o vernáculo estar em constante processo de renovação e de possuir inúmeras particularidades a serem observadas, não se aspirava a esgotar todos os aspectos das obras estudadas. Em uma pesquisa futura, será possível abordar relações de outros níveis, como, por exemplo, a marcação do gênero com o uso da letra x ou do sinal de arroba (@), empregada em textos informais com o intuito de não sobrelevar a categoria, o que muitos hoje julgam ser um aspecto sexista. Talvez, um dia, esta seja uma marca que, de certa maneira, se aproxime do neutro latino. Essa possibilidade, porém, constitui assunto para outra dissertação ou tese, a requerer certo distanciamento temporal de que ainda não dispomos neste passo do português contemporâneo do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ABAUURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (Org.). *Fernão de Oliveira – Um gramático na história*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
- ALI, Manuel Said. *Grammatica Historica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Proprietaria, 1921.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Latina: curso único e completo*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- AZEREDO, José Carlos Santos. *Fundamentos da Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BARROS, João de. *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Disponível em: <file:///C:/Users/geova/Documents/Dissertação/Leituras%20para%20dissertação/Gramáticas%20-%20PDF/João%20de%20Barros.pdf>. Acesso em: 28. fev. 2017.
- BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Elementos de filologia românica. Vol. II História interna das línguas românicas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- BASSO, Renato Miguel; ILARI, Rodolfo. *O português da gente*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. *História concisa da língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BECHARA, Evanildo. *As fases históricas da língua portuguesa: tentativa de periodização*. Tese de concurso para Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/textos/bechara1985.pdf>>. Acesso em: 28. fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. Poeta ou poetisa. In: BECHARA, Evanildo (Org.) et al. *Na Ponta da Língua*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. v. 4.
- \_\_\_\_\_. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIDERMAN, M. T. C. A ciência da lexicografia. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo. supl., p.1-26, 1984. v.28.
- BOLÉO, Manoel de Paiva. O gênero em profissões femininas. In: BECHARA, Evanildo (Org.) et al. *Na Ponta da Língua*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. v.. 5
- BOTELHO, José Mário. O gênero dos substantivos: derivação ou flexão? *Revista SoLetras*, n. 7, p. 86-92, 2004.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Venda Nova - Amadora, Portugal: Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand, 1978. Disponível

em:<file:///E:/Dissertação/Leituras%20para%20dissertação/Gramáticos%20portugueses%20do%20séc%20XVI.pdf>. Acesso em: 28. fev. 2017.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dispersos de Mattoso Câmara Jr.* ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de linguística e gramática.* 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Estrutura da Língua Portuguesa.* 44. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARDEIRA, Esperança. *Entre o Português Antigo e o Português Clássico.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

CARVALHO, José G. Herculano. *Enciclopédia Luso-brasileira de cultura.* Lisboa: Verbo, 1969.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa.* Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

\_\_\_\_\_. *Introdução à História do Português.* Lisboa: Edições Colibri, 2006.

\_\_\_\_\_. *Introdução à História do Português.* 2. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

COSERIU, Eugenio. *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico.* Madrid: Editorial Gredos: 1978.

COSTA, Maria João. In: Revista Diacritica, Faculdade do Minho, 2009, p. Online: Disponível em: <[http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica\\_23-1.pdf](http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica_23-1.pdf)>. Acesso em: 28. fev. 2017.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.* 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

ELIA, Sílvio. *Preparação à linguística românica.* Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.

\_\_\_\_\_. *Pe. Avelino de Jesus da. Os mais Antigos documentos escritos em português. Separata de História, tomo XVII, Coimbra, 1979.* Cultura Linguística 1. 2º semestre de 1982. Dragão do círculo Linguístico do Rio de Janeiro.

FARIA, Severim. *Vida de João de Barros.* Lisboa: [s.n], 1778.

FRANCO, José Eduardo. *O humanista pioneiro Fernão de Oliveira revisitado n' O romance do gramático de Ernesto Rodrigues.* Revista Navegações, v. 5, n. 2, p. 213. Disponível em: <<file:///E:/Dissertação/Leituras%20para%20dissertação/Fernão%20de%20Oliveira%20-%20humanista%20pioneiro.pdf>>. Acesso em: 28. fev. 2017.

FRANCO, José Eduardo, SILVESTRE, João Paulo. *Gramática da linguagem portuguesa. Fac-simile, introdução e edição actualizada por José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre.* Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

GOUVEIA, Maria Carmem de Frias e. *A categoria gramatical de género do português antigo ao actual.* In: Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, vol. 2, p. 527-



544. Online: Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4584.pdf>>. Acesso em: 28. fev. 2017.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Afiliada, 2001.

LAGARES, Xoán Carlos. Sobre a noção de galego-português. *Caderno de letras da UFF - Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade*, n. 35, p. 61-82, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/35/artigo4.pdf>>. Acesso em: 28. fev. 2017.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa: Pro Domo, 1606.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Gramática Crítica: o culto e o coloquial no português brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2016.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

LLOYDE, Paul. *Del Latín a Español. I. Fonología e Morfología Historicas de lengua Espanola*. Madrid: Gredos, 1993.

MACEDO, Walmírio. *O livro da semântica: estudo dos signos linguísticos*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

MEIRELES, Cecília. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

MENDONÇA, Henrique Lopes de. *O Padre Fernando Oliveira e sua Obra Nautica. Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito "Livro da fábrica das Naus", apresentada à segunda Classe da Academia Real das Sciencias pelo (...)*. Lisboa, Typ. Da Academia Real das Sciencias, 1898.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

MONTEIRO, Christiane. *A importância do estudo de história da língua portuguesa no curso de letras*. Dissertação (mestrado em Língua Portuguesa, aprovada em 23 de janeiro de 2012. 116 f.) - UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

NETO, Serafim da Silva. *Manual de gramática histórica portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

\_\_\_\_\_. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática latina: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da Lingoagem portuguesa*. Fac-simile, introdução e edição actualizada e anotada por: José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado. Da techné grammatiké à gramática especulativa medieval: as relações lógicas e não lógicas do enunciado linguístico. *Anais do xv congresso nacional de linguística e filologia*. Disponível em: <<file:///C:/Users/geova/Documents/Dissertação/Leituras%20para%20dissertação/DA>>

%20TECHNÉ%20GRAMMATIKÉ.pdf> (páginas 1571 até 1587) Acesso em: 28. fev. 2017.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Língua padrão, língua culta, língua literária e contrato de comunicação. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 84-94, 2003. v. 7.

RUY, Maria Lucilia. *Formação de palavras - Livro VIII da gramática de Varrão*. Dissertação (mestrado em Letras Clássicas) - USP, São Paulo, 2006.

SILVA, José Pereira. *Português do século XVI e século XVII*. *Organon* (UFRGS), v. 22, p. 61-73, 2008. <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/39650/25333>

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, [ac. 1978].

TARALLO, Fernando. *Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

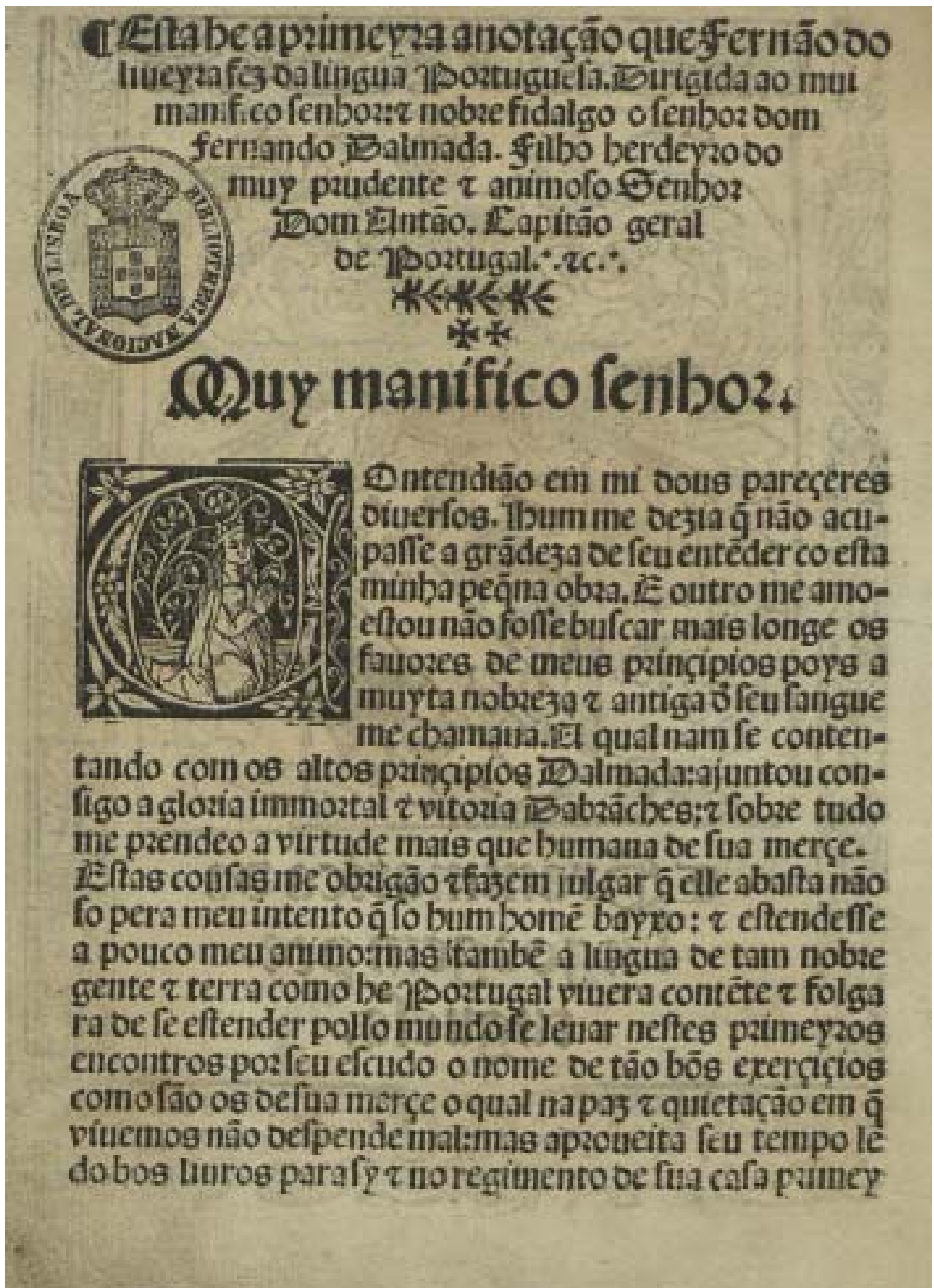
TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução: Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

VALLE, Rosalvo do. *Considerações sobre a Peregrinatio Aetheriae*. Organizado por José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Botelho, 2008. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/rosalvo\\_cd\\_rom/consideracoes\\_sobre\\_a\\_peregrinatio\\_aetheriae.pdf](http://www.filologia.org.br/rosalvo_cd_rom/consideracoes_sobre_a_peregrinatio_aetheriae.pdf)>. Acesso em: 28. fev. 2017.

VERDELHO, Telmo. *As origens da gramaticografia e lexicografia latino-portuguesas*. Lisboa : INIC, 1995.

WARTBURG, Walter von. *Les origines des peuples romains*. Paris: Presses Universitaires de France, 1941.

ANEXO A - Capa da *Grammatica da lingoagem portuguesa*

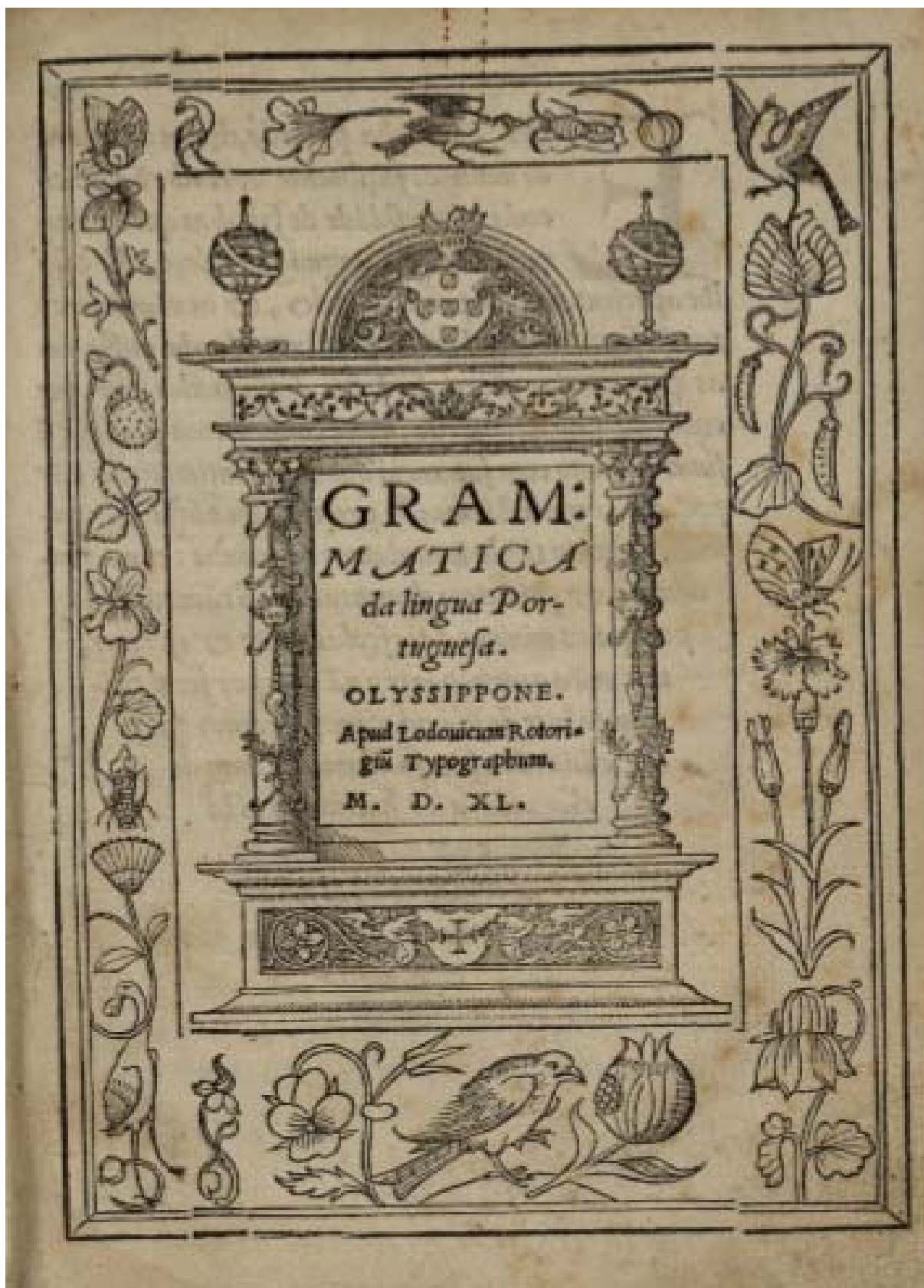
ANEXO B - Folha de rosto da *Grammatica da lingoagem portuguesa*

Continuação da folha de rosto

ro cria com muyto cuydado dom Elntão seu filho quem  
 deos guarde e prospere: para cuja doutrina com muyta  
 despeza me trouxe a sua casa e graciosa e cõpudamete me  
 conserua nella: poye quanto carregõ tem de sua gẽte ser  
 bem ensinada: e a fazenda milhor repartida e maye ma-  
 nifesto a todo o mundo do q̃ o eu posso dizer. E fim tãto  
 resplandeçe em sua merçe o lume da prudẽcia do senhor  
 Capitão seu pay. e a sua louuada velhice afremosenta em  
 todos seus filhos a noua idade tanto com saber que com  
 muita firmeza quero q̃ minhas obras se pubriquem so o  
 titulo de seu nome: e dellas seja a pameyza esta como pro-  
 logo das outras a notaçãõ em alghũas cousas do falar.  
 Portugues: na qual: ou nas quaes eu não presumo ensi-  
 nar aos q̃ maye sabem: mas notarey o seu bo costume pa-  
 ra q̃ outros muitos aprendãõ e saybãõ quanto prima e a  
 natureza dos nossos homẽs porq̃ ella por sua võtade bus-  
 ca e tem de seu a perfeycãõ da arte q̃ outras nações aqui  
 rem com muyto trabalho: e nestas cousas se acabara esta  
 pameira anotaçãõ em dizer não tudo mas apontar al-  
 ghũas partes neçessarias da ortografia: acento: etimo-  
 logia: e analogia da nossa linguagem em comũ e parti-  
 cularizando nada de cada diçãõ: porq̃ isto ficara para ou-  
 tro tempo e obra. E porem agora pameiro diremos que  
 cousa he linguagẽ e da nossa como e principal entre mui-  
 tas. E q̃ peço a sua merçe ouça com muyta atençãõ e võ-  
 tade porque nisso fauoreçera o partido de meu trabalho.



## ANEXO C - Capa da Grammatica da lingua portuguesa



ANEXO D - Folha de rosto da *Grammatica da lingua portuguesa*